

MARIA ALICE MASCHIO DE GODOY

**A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO
INTERIOR PARANAENSE**
UMA ABORDAGEM SOCIOLINGÜÍSTICA

Dissertação apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre em Lingüística. Curso
de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências
Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal
do Paraná.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Odete Pereira da Silva Menon

CURITIBA
1999



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO EM LETRAS

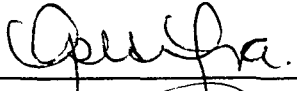
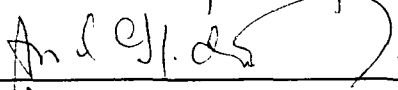
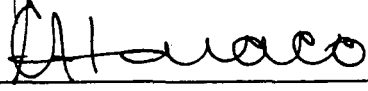
PARECER

Defesa de dissertação da Mestranda MARIA ALICE MASCHIO DE GODOY, para obtenção do título de **Mestre em Letras**.

Os abaixo assinados Odete Pereira da Silva Menon, Ângela Cecília Rodrigues e Carlos Alberto Faraco argüíram, nesta data, a candidata, a qual apresentou a dissertação:

“A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO INTERIOR PARANAENSE: UMA ABORDAGEM SOCIOLINGÜÍSTICA”

Procedida a argüição segundo o protocolo aprovado pelo Colegiado do Curso, a Banca é de parecer que a candidata está apta ao título de **Mestre em Letras**, tendo merecido os conceitos abaixo:

Banca	Assinatura	Conceito
Odete Pereira da Silva Menon		A
Ângela Cecília Rodrigues		A
Carlos Alberto Faraco		A

Curitiba, 23 de abril de 1999.


Prof. Reny Gregolin
Coordenadora

Aos professores
Maria Helena de Moura Andrade,
Mariliana Fontes Penteado e
Vitorino Machado,
pelo muito que significaram em minha vida escolar,
minha sincera gratidão.

Aos meus pais, José Antonio e
Philomena, pelo muito que lutaram para
que meus irmãos e eu estudássemos,
minha mais carinhosa homenagem.

Agradeço:

à Professora Doutora Odete Pereira da Silva Menon, pela atenção, orientação segura e compreensão;

aos professores do Curso de Mestrado, em especial às Professoras Doutoras Iara Benquerer Costa e Reny Maria Gregolin Guindaste, pelas valiosas contribuições;

à Adriane Setti, ao Carlos Fioravanti e à Cecília Tonon, pelo apoio e atenção;

aos colegas do Curso de Mestrado, em especial à Sueli e ao Alexandre, pela agradável convivência;

às funcionárias Glaci, do Pós-Graduação em Letras da UFPR, e Vera, do Pós-Graduação do CEFET-PR, Unidade de Ensino de Curitiba, pela competência e gentileza com que sempre me atenderam;

à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa concedida;

aos colegas do CEFET-PR, Unidade de Ensino de Medianeira, pela solidariedade;

à amiga Maria Raquel Aparecida Coelho Galan, pela ajuda pessoal e científica;

e ao Prof. Cezar Augusto Romano, vice-diretor do CEFET-PR, pela confiança e incentivo;

às minhas irmãs Regina e Rosângela e às amigas Clenilde, Diva e Rosa, pelo apoio em momentos decisivos;

à Mailde, à Sr.^a Geny e ao Oglacy, pela ajuda na viabilização de minha estada em Curitiba;

ao meu filho Felipe e à amiga Magda, pela ajuda com o VARBRUL;

aos meus filhos Bárbara e Bruno, pelo carinho e aceitação de *uma mãe nem sempre presente*;

ao meu marido Claudio, pelo incentivo constante e apoio incondicional.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	001
1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS.....	005
1.1 A indeterminação segundo a GT.....	006
1.1.1 A indeterminação pré-NGB.....	007
1.1.2 A indeterminação pós-NGB.....	009
1.2 Um trabalho de análise da GT.....	016
1.3 Abordagens não-tradicionais.....	020
1.3.1 MILANEZ (1982): uma abordagem gerativista.....	020
1.3.2 CUNHA (1993): uma abordagem discursiva.....	035
1.3.3 MENON (1994): uma abordagem variacionista.....	046
1.3.4 A indeterminação do sujeito sob a nossa perspectiva.....	061
2 O <i>CORPUS</i> E A METODOLOGIA.....	069
2.1 A caracterização da amostra; o Projeto VARSUL.....	069
2.2 As etapas.....	071
2.3 O <i>Pacote VARBRUL</i> para microcomputadores.....	071
2.4 As hipóteses.....	072
2.4.1 As hipóteses de natureza lingüística.....	072
2.4.2 Hipóteses sociolingüísticas.....	074
2.4.2.1 Escolaridade.....	074
2.4.2.2 Faixa Etária.....	075
2.4.2.3 Localidade.....	075
2.4.2.4 Sexo.....	076
2.5 Condicionamentos lingüísticos na seleção dos dados.....	077
2.5.1 A intercambialidade das formas.....	077
2.5.2 Pares mínimos.....	080
2.5.3 Os tempos verbais.....	081

2.5.4 Ditados, verdades gerais ou eternas.....	085
2.5.5 Mudança de tempo verbal.....	085
2.5.6 Advérbios e preposições.....	086
2.5.7 Completivas.....	087
2.5.8 O distanciamento do falante	088
2.5.9 O afastamento no tempo e o discurso hipotético.....	089
2.6 As exclusões.....	089
2.7 A metodologia na codificação das ocorrências.....	093
2.7.1 Os códigos.....	093
2.7.2 Os critérios de classificação das ocorrências.....	094
2.8 As variantes da indeterminação.....	098
2.8.1 A gente.....	099
2.8.2 Eles.....	101
2.8.3 Eu.....	102
2.8.4. Formas nominais.....	104
2.8.5. Nós.....	105
2.8.6. Se.....	106
2.8.7. Tu.....	110
2.8.8. Você(s).....	111
2.8.9. VPSA (voz passiva sem agente).....	114
2.8.10. VPASSINT(voz passiva sintética).....	116
2.8.11. ØV3PS (verbo na 3.ª pessoa do singular).....	117
2.8.12. ØV3PP (verbo na 3ª pessoa do plural).....	119
 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	 122
3.1 Respondendo às hipóteses de natureza linguística.....	125
3.1.1 Os diferentes recursos de indeterminação do sujeito.....	125
3.1.2 Presente do Indicativo: o tempo da indeterminação.....	128
3.2 Os resultados com fatores sociolingüísticos.....	135

3.2.1 Escolaridade.....	136
3.2.2 Faixa Etária.....	145
3.2.3 Localidade.....	153
3.2.4 Sexo.....	158
CONCLUSÃO.....	168
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	172

RELAÇÃO DE TABELAS

Tabela 01: Variantes da Indeterminação / Fatores Sociolingüísticos.....	124
Tabela 02: Variantes por Tempos e Modos Verbais.....	132
Tabela 03: Tempos e Modos Verbais mais Empregados / Faixa Etária.....	134
Tabela 04: Variantes mais Formais / Escolaridade.....	136
Tabela 05: Variantes / Escolaridade.....	139
Tabela 06: Eles – A gente – FNs / Escolaridade / Faixa Etária.....	141
Tabela 07: Eu -Ginásio / Localidade/Sexo/Faixa Etária.....	143
Tabela 08: Variantes / Faixa Etária.....	146
Tabela 09: Eu -Você / Faixa Etária.....	148
Tabela 10: Tu e Você / Localidade.....	153
Tabela 11: Variantes / Localidade.....	155
Tabela 12: Variantes / Sexo.....	159
Tabela 13: Eu - Nós - Se / Sexo / Faixa Etária	161

RELAÇÃO DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Variantes da Indeterminação do Sujeito.....	125
Gráfico 02: Tempos e Modos Verbais na Indeterminação do Sujeito.....	130
Gráfico 03: Tempos e Modos Verbais / Faixa Etária.....	135
Gráfico 04: Maior incidência com informantes de escolaridade primária.....	140
Gráfico 05: Maior incidência com informantes de escolaridade ginásial.....	142
Gráfico 06: Maior incidência com informantes de escolaridade secundária.....	144
Gráfico 07: Variantes com menor variação nos três níveis de escolaridade.....	145
Gráfico 08: Variantes com maior emprego pelos mais jovens.....	147
Gráfico 09: Variantes com maior emprego pelos mais velhos.....	150
Gráfico 10: Variantes com distribuição equilibrada por faixa etária.....	152
Gráfico 11: Tu e Você / Localidade.....	154
Gráfico 12: Variantes mais formais/ Localidade.....	157
Gráfico 13: Variantes com maior ocorrência na fala dos homens.....	160
Gráfico 14: Variantes com maior ocorrência na fala das mulheres.....	163
Gráfico 15: Nós e A Gente / Sexo.....	165
Gráfico 16: Variantes com menor variação entre homens e mulheres.....	166

RESUMO

Este estudo variacionista tem por objetivo descrever o fenômeno da indeterminação do sujeito tal como se apresenta em uma amostra do português falado em Irati, Londrina e Pato Branco, cidades do interior paranaense pesquisadas pelo projeto VARSUL (Variação Lingüística Urbana na Região Sul do País). A Gramática Tradicional atribui o caráter de indeterminação a apenas dois tipos de sujeito: *com o verbo (intransitivo ou transitivo indireto) na terceira pessoa do singular, acompanhado do pronome se; e com o verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expresso*. Entretanto, alguns trabalhos de abordagem gerativista, discursiva e variacionista apresentam diversos outros recursos por meio dos quais o sujeito indeterminado se realiza. Nosso trabalho, fundamentado em MENON (1994), apresenta como formas de indeterminação as variantes: *a gente, eles, eu, FNs (formas nominais), nós, se, tu, você, VPSA (voz passiva sem agente), ØV3PS (verbo na terceira pessoa do singular), ØV3PP (verbo na terceira pessoa do plural)*, distribuídas em 6.826 ocorrências, obtidas em 72 entrevistas, cada uma com aproximadamente 45 minutos de duração. Na análise desses dados, submetidos ao conjunto de programas estatísticos VARBRUL, levamos em consideração a variável lingüística *tempos e modos verbais* e os fatores extralingüísticos *sexo, faixa etária, escolaridade e localidade*. Os resultados mostraram que, primeiramente, as formas apresentadas pela Gramática Tradicional não são as mais usadas no *corpus*; depois, que as formas *você* e *ØV3PS* de um modo geral são as mais empregadas, que o tempo *presente do indicativo* é o mais propício para a indeterminação e que os fatores extralingüísticos considerados exercem influência na escolha do recurso de que o falante se vale para indeterminar o sujeito em seus enunciados.

ABSTRACT

The aim of this study is to describe the usage of the indeterminate subject in the current speech in the countryside of Paraná State, namely the cities of Irati, Londrina e Pato Branco in the VARSUL Project (Variação Lingüística Urbana na Região Sul - Urban Linguistic Variation in the Southern Region). The traditional Portuguese Grammar attributes the indetermination to just two kinds of subjects: one with the verb (being intransitive or transitive with an indirect object) third person, singular, with the Portuguese pronoun *se*; and other with the verb in the third person, plural, no subject showed. Nevertheless, some generative, discursive and variation approach works present a broad range of resources in which the Portuguese indeterminate subject may happen. Our work has its basis in Menon (1994) and presents as indeterminate forms the variants *a gente* (one, e.g. one needs), they, I, the Portuguese nominal forms, we, portuguese pronoun *se*, *tu* (thou, an archaic variation of “you”), you, passive voice with no agent, synthetic passive voice, verb in the third person singular and plural, all distributed in 6826 occurrences collected in 72 interviews, each of those of about 45 minutes. In the analysis of these data, which were processed through the VARBRUL statistic programs system, we considered the linguistic factor verbal tenses and modes and extralinguistical factors as sex, age, education and place. The results have showed that the forms indicated by the Tradicional Grammar are not the most used in the *corpus*. That people prefer the forms *você* (you) and the verb in the third person, singular, the Indicative (Present Tense) is the most common tense regarding the indeterminate subject and furthermore the considered extralinguistical factors have an influence in the choice of the resource used by the speaker to indeterminate the subject in his statements.

INTRODUÇÃO

A indeterminação do sujeito tem sido apresentada pela Gramática Tradicional (na seqüência, GT) como de natureza semântica, uma vez que os gramáticos afirmam a existência de um sujeito indeterminado, que não se expressa materialmente em nenhuma das duas formas de indeterminação por eles previstas: verbo na terceira pessoa do plural desacompanhado de pronome e verbo intransitivo ou transitivo indireto, na terceira pessoa do singular, acompanhado de *se*.

Neste trabalho, a indeterminação é considerada um fenômeno semântico-pragmático-discursivo, que se manifesta na sintaxe dos enunciados, e consideramos o sujeito como indeterminado quando não há possibilidade de identificação de seu referente no contexto em que ele se insere. Estamos chamando de sujeito indeterminado a *referência indeterminada do agente* que se manifesta no agente da passiva e no sujeito sintático realizado por diferentes recursos lingüísticos, o que torna esta abordagem diferenciada da tradicional. A metodologia adotada é o modelo variacionista laboviano e encontramos um modelo de análise para tratar desse fenômeno em MENON (1994).

A GT tem utilizado, na exemplificação da indeterminação do sujeito, unicamente fragmentos de textos literários escritos, procedimento que ignora qualquer entendimento do que seja a indeterminação na oralidade, dada a diferença existente entre essas modalidades de texto. Embora não tenhamos como objetivo maior o confronto da língua escrita com a falada, suas diferenças são objeto de reflexão e servem para justificar a execução deste trabalho, uma vez que, quando se trata de

ensino da língua-padrão escrita, um dos entraves para o processo é a falta de conhecimento, por parte do professor, das diversas possibilidades de realização de um determinado fenômeno nas variedades da língua falada.

A nosso ver, essa falta de conhecimento se deve, principalmente, à falta de trabalhos descritivos da língua. Assim, assumimos a execução desta dissertação alentada pela possibilidade de contribuir com o processo de descrição do português falado no Brasil e, dessa forma, em nossa prática de ensino de língua, entender e ajudar a explicar, ainda que minimamente e no âmbito da *indeterminação*, a complexa diferenciação entre a língua-padrão escrita e a língua falada em contextos reais de interação.

Podemos constatar diferenças entre a língua-padrão escrita e as variedades orais da língua no seu próprio sistema organizacional. Textos escritos conforme a língua-padrão, por poderem ser planejados e revisados em muitos casos, são, em geral, menos repetitivos do que os orais; apresentam mais claramente uma unidade temática, além de serem tecidos com recursos de coesão não tão freqüentes nos textos orais. Na língua escrita, também são menores as possibilidades de um mesmo fenômeno lingüístico ser expresso por diversas maneiras, pois quem escreve procura limitar-se ao que a GT considera correto; e ela, devido à sua proposta unificadora, é avessa a mudanças e ampliações tão freqüentes na língua falada.

Assim, pode-se dizer que a língua-padrão escrita, devido à sua sistematização, difere até mesmo da língua culta falada que, a princípio, seria a língua empregada por pessoas cultas em situações formais. Se, apesar do contato prolongado do falante com o padrão escrito, a língua falada dele difere, o que dizer das variedades faladas por pessoas com pouco ou nenhum acesso à língua-padrão? São nessas variedades que se acentuam mais as diferenças, principalmente as originadas por fatores regionais e sociais.

Como esses fatos são bastante significativos para a questão do ensino de língua, justificamos a realização deste trabalho, em que pretendemos analisar algumas das variedades orais praticadas por falantes de português no Paraná. Como dissemos que na escrita são menores as possibilidades de variação de um fenômeno lingüístico, mostramos que, na amostra das variedades orais analisadas, a indeterminação do sujeito se expressa por diversos outros recursos além dos dois previstos pela Gramática Tradicional.

Os tópicos desta dissertação foram organizados em três capítulos:

No primeiro, fazemos uma revisão bibliográfica da *indeterminação do sujeito* sob a perspectiva da Gramática Tradicional e de trabalhos com abordagens diferenciadas, como variacionista, gerativista e discursiva. Dada a uma certa confusão de conceitos e exemplificações que a GT faz, principalmente antes da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), envolvendo a *indeterminação*, a *indefinição* e a *impessoalização*, procuramos explicitar esses conceitos, buscando fundamentação nos trabalhos de MILANEZ (1982) e de MENON (1994).

O segundo capítulo aborda a metodologia e o *corpus*, constituído de 72 entrevistas, de aproximadamente 45 minutos de gravação, pertencentes ao banco de dados do Projeto VARSUL¹ e que representam variedades do português falado no interior paranaense, por meio de informantes das cidades de Irati, Londrina e Pato Branco. Apresentamos os condicionamentos lingüísticos que, a exemplo de MENON (1994), levamos em consideração na seleção dos dados: *a intercambialidade das formas, os pares mínimos, os tempos verbais, os advérbios, as preposições, as completivas, os recursos que marcam o distanciamento do falante e o afastamento no tempo e o discurso hipotético*.

Tratamos ainda de explicitar as exclusões de dados que, à primeira vista,

¹ Explicitamos o que é o Projeto VARSUL na seção 2.1.

poderiam ser interpretados como casos de indeterminação. Apresentamos os procedimentos adotados com dados que poderiam gerar mais de um tipo de análise, dada a complexidade das construções em que se inserem. Ainda nesse capítulo (2.º), expomos algumas hipóteses sobre a *indeterminação*, as quais levam em conta os fatores lingüísticos (recursos de indeterminação e tempos verbais) e extralingüísticos (sexo, idade, escolaridade e localidade). Apresentamos, também, os recursos presentes nas entrevistas analisadas: *a gente, ele, eles, eu, FNs (formas nominais), nós, se, tu, você, vocês, VPSA (voz passiva sem agente), VPASSINT (voz passiva sintética), ØV3PS (verbo na terceira pessoa do singular, desacompanhado de pronome), ØV3PP (verbo na terceira pessoa do plural, desacompanhado de pronome)* e tratamos de explicitar por que as formas *ele, vocês* e *VPASSINT* foram excluídas do tratamento estatístico dispensado aos dados.

O terceiro e último capítulo é dedicado à análise dos resultados. Nele, verificamos a grande distância entre o que a Gramática Tradicional considera correto e o que é falado em situações reais de comunicação, pois até mesmo os informantes mais escolarizados de nossa pesquisa (2.º grau) empregam outros recursos para indeterminar além das duas formas consideradas gramaticalmente corretas pela GT. Além disso, verificamos a influência dos tempos verbais na indeterminação, bem como a relevância dos fatores extralingüísticos considerados na análise.

1 A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO SOB DIFERENTES PERSPECTIVAS

A Gramática Tradicional tem sido criticada por não explicitar o conceito de indeterminação. Essas críticas ocorrem, principalmente, por haver uma certa confusão conceitual abrangendo a *indeterminação*, a *apassivação*, a *indefinição* e a *impessoalização*. Critica-se, também, o fato de a GT não tratar o fenômeno em sua totalidade uma vez que desconsidera os recursos de indeterminação característicos da linguagem oral, além de não levar em conta o contexto, já que se limita à análise da frase. Esses procedimentos provocam problemas tanto na definição do fenômeno quanto em sua exemplificação. Conforme veremos neste capítulo, esses problemas têm sido abordados em diferentes trabalhos que serão de grande valia no desenvolvimento da presente dissertação.

Em uma primeira etapa, apresentaremos a indeterminação conforme tem sido expressa pela GT, tanto nas abordagens anteriores a 28/01/1959, data da publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), quanto nas abordagens posteriores a ela. Para isso, utilizaremos gramáticas de autores tradicionais – BECHARA (S/D)², GUÉRIOS (1964), CUNHA & CINTRA (1985), CEGALLA (1989) – que nos parecem as mais relevantes, quer por apresentarem algumas diferenças na exemplificação dos recursos de indeterminação, quer por seu prestígio junto aos docentes. Nessa mesma etapa, buscaremos apoio em trabalhos que analisam a GT

² A obra analisada não exibe a data, mas entende-se que seja pós-1959, pois seu subtítulo é *Com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*.

no que concerne à indeterminação, como os de MILANEZ (1982), MENON (1994)³ e também em um trabalho específico sobre problemas das gramáticas de língua portuguesa, elaborado por HAUY (1987).

Em etapa posterior, novamente os trabalhos de MILANEZ (1982) e MENON (1994), além do de CUNHA (1993)⁴, serão utilizados para a apresentação do fenômeno em estudo, com abordagens diferenciadas da GT, pois são, respectivamente, de cunho gerativista, variacionista e discursivo, tendo os três um ponto em comum: analisam a língua falada em situações concretas de uso, ao contrário da GT, que se serve de textos literários da língua escrita.

1.1 A indeterminação segundo a GT

Geralmente, a GT conceitua a indeterminação como sendo um fenômeno em que o sujeito não vem expresso na oração e nem pode ser identificado. Verifica-se, portanto, que a GT atribui essa propriedade ao sujeito, apesar de a indeterminação ocorrer também com outras categorias sintáticas, como por exemplo, a de objeto ou de agente da voz passiva.

Para os gramáticos tradicionais, os processos pelos quais o sujeito indeterminado se realiza são restritos. Apenas dois tipos são mencionados com unanimidade pelos autores cujos trabalhos foram aqui analisados:

1) Com o verbo - intransitivo ou transitivo indireto - na terceira pessoa do singular, acompanhado do pronome *se*, como em *Vive-se bem aqui* e *Precisa-se de digitadores*.

³O trabalho de MENON (1994) está escrito no idioma francês. Sempre que nos referirmos a ele, em português, a tradução será nossa.

⁴ Conforme pode ser visto nos 2.º e 3.º capítulos, consultamos também trabalhos mais recentes sobre a indeterminação do sujeito, tais como MICHELETTI & FRANCHETTI (1996) e SETTI (1997).

2) Com o verbo na terceira pessoa do plural, como em *Quebraram o vaso chinês*.

Conforme será tratado mais adiante, outros processos são mencionados, porém de modo esporádico, por um ou outro autor.

1.1.1 A indeterminação pré-NGB

Alguns trabalhos que analisamos – MILANEZ (1982), HAUY (1987), MENON (1994) – deixam evidente que, ainda hoje, o conceito de indeterminação não está suficientemente esclarecido pela GT, mas que essa situação já foi mais grave, pois, antes de o Ministério da Educação e Cultura determinar que vigorasse a NGB, havia uma acentuada imprecisão terminológica, que abrangia não só a indeterminação, mas a gramática de um modo geral. No caso específico da indeterminação, o problema crucial era a confusão que se fazia envolvendo esse fenômeno e a *impessoalização*. Um exemplo claro dessa situação aparece em GÓIS (1959), citado por HAUY (1987, p. 61). O autor, em *Sintaxe de Regência*, diz que *verbo impessoal é o que tem sujeito indeterminado*, e exemplifica:

São dez horas
sujeito indeterminado
verbo impessoal
dez horas = predicativo

Um outro exemplo que me parece bastante pertinente para ilustrar esse caos terminológico/conceitual é o encontrado em BUENO (1944), citado por MILANEZ (1982, p. 13):

“O sujeito é indeterminado quando realmente não existe, sendo o verbo impessoal: Chove, Troveja, Faz dez dias (...)
“Há orações que dispensam o sujeito: diz-se que o verbo é impessoal, e o sujeito é indeterminado, não existente (...)
Vejam tais possibilidades:
a) Com verbos impessoais que indicam fenômenos da natureza orgânica: Chover, Trovejar, Nevar, etc.

- b) Com certos verbos que são usados impessoalmente: Haver, Dar, Ser, Fazer.
- c) Com certos verbos usados na 3ª. pessoa do singular com a partícula apassivadora *se*: diz-se, conta-se, (...), etc.
- d) Com certos verbos usados na 3ª. pessoa do plural nas narrativas: contam, falam, dizem (...), etc.”

Verifica-se, no item (c) do exemplo acima, que o autor contribuiu com o aumento da confusão existente em torno do conceito de indeterminação, mencionando um outro fator: a *apassivação* com *se*.

Muitos outros exemplos similares aos que mencionamos podem ser encontrados na literatura analisada; entretanto, cremos que os já citados são suficientes para delinear o panorama da indeterminação, segundo interpretação dos gramáticos, antes da publicação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. Conforme veremos mais adiante, mesmo após essa publicação, os conceitos de *indeterminação*, *indefinição* e *apassivação* continuam se confundindo. Já em relação à *impessoalização*, a situação é diferente. Segundo MILANEZ (1982), a distinção entre *indeterminação* e *impessoalização* começa a aparecer a partir da NGB, quando os autores passam a distinguir *sujeito indeterminado* de *sujeito inexistente*, de acordo com o prescrito por ela.

Vejamos o texto da NGB, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 36, de 28 de janeiro de 1959, citado por CHEDIAK (1960), especificamente na parte em que se refere aos tipos de sujeito:

B. Análise Sintática
– da Oração

Termos essenciais da oração:
sujeito
predicado

a) Sujeito
– simples
composto
indeterminado

– oração sem sujeito

b) (...)

Conforme se pode verificar, a classificação do sujeito pela NGB distingue o *sujeito indeterminado* das *orações sem sujeito* (impessoais). Entretanto, segundo MENON (1994, p. 50), não é esse texto, mas sim o do anteprojeto da Nomenclatura Gramatical Brasileira, nos termos da Portaria 152, de 24 de abril de 1957, que lhe parece constituir a referência para um bom número de autores, quando citam a NGB. Conforme pode ser visto, abaixo, o texto do anteprojeto apresenta-se mais detalhado:

O sujeito pode ser:

- a) simples
- b) composto
- c) indeterminado

E não há de se esquecer que existem orações sem sujeito.

Nota: para indeterminar o sujeito, vale-se a língua de dois recursos:

- empregar o verbo na 3ª. pessoa do plural.
- usá-lo na 3ª. pessoa do singular, acompanhado da partícula *se*, desde que ele seja intransitivo ou transitivo indireto.

Exemplos: 'Mataram um guarda ali na rua.' 'Dorme-se melhor durante o inverno.' 'Precisa-se de auxiliares.'

Orações sem sujeito: são orações sem sujeito as que denotam fenômenos da natureza (Chove, Trovejou ontem, etc. ...) e as que têm os verbos *fazer* e *ser* empregados impessoalmente em construções como as seguintes: 'Há professores ilustres no Brasil.' 'Fazia muito calor naquela cidade.'

Observamos que a NGB mostra-se clara no que se refere à *impessoalização* (orações sem sujeito) e isso, certamente, influenciará os trabalhos dos gramáticos. Entretanto, conforme veremos, outras confusões permanecem.

1.1.2 A indeterminação pós-NGB

Os trabalhos analisados mostraram que, mesmo após a publicação da NGB, os problemas referentes à má exemplificação da *indeterminação* e da *apassivação* continuam. Um exemplo disso está em MELO (1970), citado por HAUY (1987, p. 59) que faz a seguinte análise, na *Gramática fundamental da língua portuguesa*:

"Procuravam-se os tais livros..." (Taunay, Inocência, 64)"

se = índice de indeterminação do sujeito.

“ ‘...afastaram-se os móveis...’ (Ciro dos Anjos, Amanuense, 68)”

se = apassivador.

O que se verifica nos exemplos acima é uma dupla classificação do *se* em estruturas idênticas. Fato semelhante ocorre em OLIVEIRA (s.d.), citado por HAUY (1987, p. 59). O autor, na página 281 da *Revisão Gramatical*, analisa:

Vive-se bem

se = apassivador

Mais adiante, na página 331, afirma:

Verbo intransitivo: não pede complemento; é um verbo que ‘está só’.

E, na 420, diz:

“A palavra *se* funciona como índice de indeterminação do sujeito:

a) é pronome apassivador

b) é complemento de verbo intransitivo”

Dado o exposto, poder-se-ia afirmar que, para OLIVEIRA, haveria na nossa língua algo como “sujeito indeterminado passivo” expresso por *se*, uma vez que o *se*, funcionando como índice de indeterminação do sujeito, poderia ser, simultaneamente, pronome apassivador. Além disso, é evidente a contradição em torno da conceituação de verbo intransitivo. Como é possível o *se* ser complemento de verbo intransitivo, se, conforme ele mesmo diz, verbo intransitivo não pede complemento?

Além dessas questões envolvendo *indeterminação* e *apassivação*, nota-se, também, que há uma certa confusão envolvendo *indeterminação* e *indefinição*. Observemos:

“Sujeito indefinido (= indeterminado)

Alugam-se cadeiras” (ALI, 1969, p. 126, citado por Haury, 1987, p. 58)

Os exemplos acima mostram que ALI considera *sujeito indeterminado* sinônimo de *sujeito indefinido*. Ao exemplificar o sujeito indefinido (indeterminado)

com *Alugam-se cadeiras*, ele está atribuindo ao *se* tanto a função de *indeterminador* quanto a de *indefinidor*.

Ao contrário de ALI, os gramáticos GÓIS & PALHANO procuram separar a *indefinição da indeterminação*:

“Nota – Quando o sujeito da oração é um indefinido, há apenas indeterminação psicológica. Na análise sintática de – ‘Alguém terminou o trabalho’ – por exemplo, devemos declarar: *sujeito simples*, representado pelo pronome indefinido *alguém*. Não podemos esquecer que a análise sintática se fundamenta na *sintaxe*, que é uma das partes em que se divide a Gramática. (GÓIS & PALHANO, 1963, p. 141, citado por HAUY, 1987, p. 58)

Para justificarem essa separação, eles dizem haver apenas *indeterminação psicológica* em orações cujos sujeitos são constituídos por pronomes indefinidos e, dessa forma, esses sujeitos devem ser classificados como *sujeitos simples*. Entendemos que há uma correspondência de sentido entre o que eles chamam de *indeterminação psicológica* e *referência extralingüística*. É exatamente nesse ponto que se percebe que esses autores já tinham uma certa consciência de que a indeterminação não é um fenômeno puramente sintático.

Se, por um lado, vimos que a indeterminação continua perpassada por noções de indefinição e de apassivação, por outro, os autores já não tratam **impessoalização** e **indeterminação** como o mesmo fenômeno, conforme se constata nos autores analisados a seguir.

CUNHA & CINTRA (1985, p.125) assim se pronunciam a respeito da indeterminação:

Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o **SUJEITO É INDETERMINADO**.

Nestes casos em que o sujeito não vem expresso na oração nem pode ser identificado, põe-se o verbo:

a) ou na 3ª. pessoa do plural:

-Contaram-me, quando eu era pequenina, a história duns naufragos, como nós.

(A. Ribeiro, SBAM, 265)

Reputavam-no o maior comilão da cidade.

(C. dos Anjos, MS, 44.)

b) ou na 3.^a pessoa do singular, com o pronome se:

Ainda se vivia num mundo de certezas.

(A. Bessa Luís, OM, 296.)

Precisa-se do carvalho; não se precisa do caniço.

(C. dos Anjos, MS, 381.)

Comia-se com a boca, com os olhos, com o nariz.

(Machado de Assis, OC, I, 520 P.)

Os dois processos de indeterminação podem ocorrer num mesmo período:

Na Casa pisavam sem sapatos, e falava-se baixo.

(A.M. Machado, JT, 13.)

O que se observa no tratamento que CUNHA & CINTRA dão à indeterminação é a presença dos níveis *sintático* e *discursivo*. Ao dizerem que, no sujeito indeterminado, o verbo é posto na 3.^a pessoa do plural ou na 3.^a do singular com o pronome *se*, estão se referindo à *pessoa gramatical*; portanto, utilizam-se de critério sintático. Quando atribuem a indeterminação ao fato de *se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento*, adentram o nível discursivo. Dessa interpretação, pode-se inferir que os autores entendem a indeterminação como um fenômeno de natureza discursiva que se manifesta na sintaxe, e, nesse ponto, não discordamos. Entretanto, conforme visto, limitam-se a mencionar apenas os dois tipos convencionais de construções que se prestam a indeterminar o sujeito.

A análise que MENON (1994, p. 67 a 70) faz da obra de CUNHA & CINTRA (1985) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo* – no que se refere à indeterminação, vai além do título da seção *Sujeito Indeterminado*. Ela recorreu a outras seções para poder elaborar uma descrição mais detalhada do que seria a indeterminação do sujeito para os autores em questão.

MENON diz que, embora o *sujeito oculto* não seja mencionado pela NGB, CUNHA & CINTRA classificam-no como um tipo de sujeito e colocam ao lado da palavra *oculto* a palavra *determinado* entre parênteses: *SUJEITO OCULTO (DETERMINADO)*. Ela observa que esse procedimento pode ter o intuito de ressaltar a diferença entre *sujeito oculto* e *sujeito indeterminado*. Isso significa que existe a

idéia de que a distinção entre esses tipos de sujeito não é absolutamente clara, o que se justifica ao levar-se em consideração que uma das realizações da indeterminação é feita com o *sujeito zero*⁵ e *verbo na terceira pessoa do plural*. Assim como no sujeito oculto, a função de sujeito não está preenchida lexicalmente; entretanto, a natureza desses vazios, ou zeros, é diferenciada, pois no caso do sujeito oculto, o zero corresponde a uma anáfora ou a uma catáfora de sujeito determinado, diferindo do zero presente no campo da indeterminação, cuja referência é sempre não recuperável no contexto.

Na seção *ORAÇÃO SEM SUJEITO*, conforme observado por MENON (p. 70), os autores recorrem a características do sujeito indeterminado para explicar o que é uma oração sem sujeito:

Não deve ser confundido o SUJEITO INDETERMINADO, que existe, mas não se pode ou não se deseja identificar, com a inexistência do sujeito.

Em orações como as seguintes:

Chove. Anoitece. Faz frio.

interessa-nos o processo verbal em si, pois não o atribuímos a nenhum ser. Diz-se, então, que o verbo é IMPESSOAL; e o sujeito, INEXISTENTE.

Ainda segundo MENON, nesses exemplos de CUNHA & CINTRA pode-se constatar um terceiro tipo de sujeito vazio: um zero que jamais é preenchido e que a levou a afirmar que existem três tipos de sujeito não preenchidos formalmente: 1.º) uma anáfora (ou catáfora) zero, que se convencionou chamar *oculto*, apesar de essa denominação não mais constar na NGB; 2.º) um sujeito zero (*indeterminado*), porque não se conhece ou não se quer ou não se pode identificar o referente; 3.º) uma ausência de sujeito (o *sujeito inexistente* das gramáticas).

Parece-me que, no terceiro caso, a posição de sujeito não poderia estar preenchida nem vazia, simplesmente por não existir. Certamente essa questão

⁵ Entende-se por *sujeito zero* o sujeito não preenchido lexicalmente. Ao contrário de línguas como o inglês ou o francês, a língua portuguesa admite construções sem o sujeito expreso. Por exemplo: Ø *Falei muito*; Ø *Ligaram para você*. Essa característica das línguas que, em termos gerativistas, chamam-se *PRO-DROP* ou *de sujeito nulo*, tem sido atribuída à riqueza das desinências verbais que propiciariam a recuperação do sujeito não expreso lexicalmente.

mereceria ser abordada com mais profundidade, mas não é esse nosso objetivo nesta dissertação. De qualquer modo, consideramos fundamental a diferenciação entre os três vazios mencionados, para que não se confunda indeterminação com impessoalização (oração sem sujeito) ou com anáfora ou catáfora zero de sujeito determinado (o sujeito *oculto*).

Um outro gramático tradicional que analisamos foi CEGALLA (1989). Na abordagem que ele faz do sujeito, classifica-o em: *simples; composto; expresso; oculto (ou elíptico); agente; paciente; agente e paciente; indeterminado*. A respeito desse último, nosso objeto de estudo, o autor diz que ele ocorre *quando não se indica o agente da ação verbal* (p. 274). Entendemos que esse agente da ação verbal não indicado corresponde ao segundo tipo de sujeito vazio constatado por MENON (1994) e já citado anteriormente (p. 13): *um sujeito zero (indeterminado), porque não se conhece ou não se quer ou não se pode identificar o referente*.

Entre diversos exemplos e observações, constatamos que CEGALLA apresenta um outro recurso de indeterminação, além dos dois previstos pelo anteprojeto da NGB: **com o verbo no infinitivo impessoal**. E exemplifica com: *Era penoso carregar aqueles fardos enormes. É triste assistir a estas cenas repulsivas*. (p. 275)

Além de CEGALLA e de CUNHA & CINTRA, incluímos nessa revisão bibliográfica outros dois autores tradicionais: BECHARA (s/d) e GUÉRIOS (1964) porque eles apresentam um recurso muito pouco explorado pelos gramáticos: **a 3.^a pessoa do singular sem referência a pessoa determinada**.⁶

BECHARA (s/d), na *Moderna Gramática Portuguesa – Curso Médio – Com Base na NGB*, diz que sujeito indeterminado é *o que não se nomeia ou por não se*

⁶ MILANEZ (1982, p. 01; 107) chega a afirmar que esse recurso nunca foi citado pelos autores de gramática tradicional.

querer ou por não se saber fazê-lo e que a língua portuguesa indetermina o sujeito de duas maneiras diferentes. (p. 247). E exemplifica:

a) pondo o verbo da oração (ou o auxiliar se houver locução verbal) na 3ª. pessoa do singular ou, mais freqüentemente, do plural, sem referência a pessoa determinada.

Diz que eles vão bem (diz = dizem)

Dizem que eles vão bem

Estão chamando o vizinho

b) empregando o pronome *se* junto ao verbo de modo que a oração passe a equivaler a outra que tem por sujeito *alguém*, *a gente* ou expressão sinônima:

Vive-se bem aqui

Precisa-se de bons empregados (p. 247)

BECHARA (p. 247) acrescenta que, nessa aplicação sintática, o pronome *se* recebe o nome de *índice de indeterminação do sujeito* e, assim como CUNHA & CINTRA (1985), ele observa que *cumprе não confundir sujeito oculto com sujeito indeterminado*.

Mais adiante, ao tratar das orações sem sujeito, entre outras observações, o autor afirma:

Há mestres [mas não cita quais] que põem ainda entre os impessoais os seguintes verbos:

a) *Haver, fazer* nas idéias de tempo:

Há cinco anos. Faz três dias que não o vejo.

b) Verbo acompanhado do pronome *se* como índice de indeterminação do sujeito:

Vive-se bem aqui. *Precisa-se* de bons empregados. (p. 248, 249)

Dessa forma, ele retoma a já discutida – e praticamente esclarecida pela NGB – questão da sinonímia entre indeterminação e impessoalização.

GUÉRIOS (1964, p. 136), assim como BECHARA (s/d), e ao contrário dos outros gramáticos, apresenta como recurso de indeterminação a 3.ª *pessoa do singular* e apresenta um exemplo estabelecendo correspondência com a 3.ª *pessoa do plural*. Observemos:

Procura um pedreiro.

Procuram um pedreiro.

A respeito de sujeito constituído por pronome indefinido, GUÉRIOS diz que há indeterminação quanto ao sentido, mas não quanto à forma ou gramaticalmente.

Nesse caso, pode-se dizer que seu ponto-de-vista assemelha-se ao de GÓIS & PALHANO (1963), conforme visto na página 11 deste trabalho. Assim como eles, GUÉRIOS esboça uma diferenciação entre *sujeito sintático* e *referente extralingüístico*.

1.2 Um trabalho de análise da GT

HAUY (1985), no livro baseado em sua tese de doutorado, propõe-se a estudar as falsas definições, a má exemplificação, a diversidade de conceituação, a multiplicidade de análise da GT para demonstrar a necessidade de elaboração de uma gramática portuguesa padrão, *baseada na investigação rigorosamente objetiva dos fatos gramaticais e alicerçada na coerência e uniformização dos conceitos e numa atitude científica de análise*. (p. 220)

No *Estudo da Oração* (p. 56 a 67), ao analisar o sujeito, ela encontra divergências e contradições a propósito da indeterminação, ao confrontar trabalhos de autores como MELLO (*Gramática fundamental da língua portuguesa*); PARISOTTO (*Análise racional e simplificada*), OLIVEIRA (*Revisão gramatical*); CEGALLA (*Novíssima gramática da língua portuguesa*); CUNHA (*Gramática do português contemporâneo*); GÓIS (*Sintaxe de regência*). Essas divergências e contradições, de um modo geral, envolvem uma certa confusão em torno dos conceitos de *indeterminação*, *indefinição*, *impessoalização* e *apassivação*, nos termos que apresentamos em 1.1.1, quando nos servimos de exemplos citados pela própria HAUY.

Nesse mesmo trabalho, quando analisa as vozes verbais, HAUY (p. 143) depara-se, novamente, com a multiplicidade de análise envolvendo *apassivação*, *indeterminação* e *impessoalização*, pois há acentuada divergência entre os autores quando classificam as vozes verbais e principalmente quando analisam o *se*.

Para exemplificar o fato de muitas vezes os autores contradizerem-se em uma mesma obra, HAUY (p. 155) toma o trabalho de LUFT (1971). Na *Gramática Resumida*, página 102, o autor exemplifica a passiva impessoal (sem sujeito) com a oração *Fala-se*, sendo o *se* pronome apassivador. Na página 129, exemplifica o sujeito indeterminado com *Fala-se muito*, sendo o *se* índice de indeterminação do sujeito.

Ela diz que KURY analisa esse mesmo tipo de construção (*“Fala-se”, “Ama-se a Bernardes”, “Vive-se bem aqui”*) como oração sem sujeito em uma de suas obras e como oração de sujeito indeterminado em outra. (p. 155). E HAUY continua sua análise:

E, embora exemplifique com “Já não se falava, gritava-se” a passiva pronominal impessoal, confessa ser “mais convincente, e dentro da NGB, dizer simplesmente que se trata de uma conjugação pronominal sem sujeito.” E assim explica sua interpretação nessa obra: “A construção lingüística de um verbo acompanhado do pronome *se*, a princípio reflexiva, teve [...] estendido o seu emprego a significar passividade, quando com verbos transitivos diretos, em orações providas de sujeito.

Na evolução da língua, entretanto, passou a usar-se, extensivamente, com todos os tipos de verbos principais (intransitivos, transitivos indiretos, de ligação), mas em frases inteiramente desprovidas de sujeito: ‘Também se morre de amor.’ ‘Obedeça-se às prescrições.’ ‘Nunca se é excessivamente bom.’

A essa construção se denomina, algo inadequadamente, seguindo a tradição da gramática latina, passiva impessoal; passiva quanto à forma (verbo seguido do pronome *se*); impessoal porque desprovida de sujeito.”

E, no estudo da oração sem sujeito, insiste:

“Em ‘Devagar se vai ao longe’ não se cogita, em princípio, de que alguém vai ao longe, mas que ‘é possível ir ao longe’ (impessoalmente); e ‘Não se progride sem esforço’ quer dizer ‘não há progresso sem esforço’ e não ‘A gente não progride...’ Considera-as, pois, orações sem sujeito.

Não é, todavia, convincente a lição de uma ação verbal que exclua a idéia de agente, excetuando-se a dos verbos que indicam fenômenos meteorológicos e os que contêm passividade (verbos neutros) como, por exemplo: “Choveu” e “Ela apanhou”; mas Gama Kury insiste: “... O emprego da forma pronominal impessoal (‘Só se fala de eleições, nesta época’) põe em relevo a ação verbal, excluindo a idéia de agente.” (p.155-156)

Discordamos de KURY quando ele diz que construções como *Também se morre de amor*, *Obedeça-se às prescrições* e *Nunca se é excessivamente bom* são inteiramente desprovidas de sujeito. A exemplo de MILANEZ (1982) e de MENON (1994), entendemos que nesses casos há um sujeito indeterminado representado pelo

pronome *se*. Assim, também não concordamos com a afirmação de que em *Devagar se vai ao longe* e *Não se progride sem esforço* são orações sem sujeito.

HAUY (p. 159) analisa, ainda, o trabalho de NASCENTES (1959), que nega a passiva sintética em orações como *vendem-se casas*. NASCENTES exemplifica esse tipo de passiva com *esta casa alugou-se depressa*, e diz que *alugou-se esta casa depressa* é voz ativa. Ele afirma que na expressão *vendem-se casas* não se sente absolutamente a passividade do verbo. *A idéia é que alguém vende casas, e não que casas sejam vendidas por alguém*. (p. 159). Quanto ao verbo no plural, explica-se por atração. Entretanto em *coisa igual nunca se viu* (*se viu* = *foi vista*) e em *isto não se faz assim* (*se faz* = *é feito*), classifica o *se* como partícula apassivadora.

Observamos que, nesses casos, NASCENTES está utilizando a posição dos termos como critério para diferenciar voz ativa de voz passiva. Sua análise é um exemplo de que há uma tendência de considerarmos o que se pospõe ao verbo como complemento e o que se antepõe como sujeito; fato compreensível se levarmos em conta que, em português, quando se trata de construções com verbos transitivos diretos, a ordem SVO (sujeito-verbo-objeto) é mais comum do que as demais ordens possíveis.

Frente ao caos encontrado nos trabalhos acima citados e também em outros autores⁷ analisados, HAUY pondera:

Construções como “Vendem-se casas” poderão ser analisadas, então, segundo uns, como voz ativa com sujeito indeterminado e o *se* índice de indeterminação do sujeito; segundo outros, é voz passiva com sujeito paciente e o *se* apassivador. Quanto à colocação dos termos, considerando-se como passiva essa construção, ensinam uns que a anteposição do sujeito é obrigatória, outros que a posposição é que é a regra, e outros ainda consideram indiferente a anteposição ou posposição do sujeito. (p.163)

Essas constatações de HAUY evidenciam a arbitrariedade das interpretações que muitos gramáticos fazem de fatos da língua, o que gera múltiplas análises de um mesmo fenômeno lingüístico. Se, por um lado, essa falta de unidade tem propiciado

⁷ Entre eles, Napoleão Mendes de Almeida e Rocha Lima.

discussões produtivas a respeito de certos fenômenos lingüísticos (o próprio trabalho de HAUY é um exemplo), por outro ela representa um entrave para a confiabilidade dos manuais de gramática.

HAUY (p. 166) propõe a adoção de um critério formal de identificação de vozes, bastante minucioso, no qual fica evidente a distinção entre *se* índice de indeterminação do sujeito e *se* pronome apassivador.

O primeiro caso ocorre na voz ativa, junto de verbo intransitivo ou transitivo indireto, obrigatoriamente na 3.^a pessoa do singular das formas verbais simples e compostas, conforme os exemplos:

- “Não se falava dele no Ateneu” (Raul Pompéia)
- “No interior se briga muito.” (C. Drummond de Andrade)
- “Discutia-se, gritava-se, acenava-se”(Afonso Arinos) (p. 167)

O segundo apresenta-se com o verbo transitivo direto ou transitivo indireto e indireto na 3.^a pessoa do singular ou do plural (em concordância com o sujeito) e a construção chama-se *passiva sintética ou pronominal* (p.169):

- “Dissolveu-se a roda, afastaram-se os móveis...” (Ciro dos Anjos)
- “Apeamo-nos com efeito; sentamo-nos; e eis aqui a história da Menina dos Rouxinóis, como ela se contou” (= foi contada) (Garret)
- Concederam-se-me regalias. (p. 169)

Verificamos que essa distinção que HAUY faz do *se indeterminador* e do *se pronome apassivador* reflete uma atitude bastante conservadora, pois ela não leva em conta que, atualmente, a passividade do verbo em formas acompanhadas de *se* não é mais sentida pelo locutor, conforme veremos em trabalhos que privilegiam a língua falada em contextos reais de comunicação, como MILANEZ (1982) e MENON (1994). Entretanto, compreende-se essa posição de HAUY, cuja proposta de trabalho foi analisar a GT e propor uniformidade de tratamento para os fatos analisados. Como seu trabalho não contemplou outras abordagens que não a tradicional, não explorou a interpretação que o falante faz do *se* em questão.

1.3 Abordagens não-tradicionais

Abordagens diferentes da tradicional são encontradas nos trabalhos de MILANEZ (1982), CUNHA (1993) e MENON (1994), que identificam variados recursos para indeterminar o sujeito, além das formas descritas pela GT.

1.3.1 MILANEZ (1982): uma abordagem gerativista

Um trabalho que se diferencia da abordagem que a GT faz da indeterminação é a dissertação de mestrado de MILANEZ, *Recursos de Indeterminação do Sujeito*, à qual já nos referimos algumas vezes, por ocasião da análise da indeterminação segundo a GT.

Nesse trabalho, MILANEZ apresenta uma descrição dos recursos de indeterminação do sujeito encontrados num *corpus* com 20 horas de gravação, pertencente ao projeto NURC⁸ e representativo da fala culta da cidade de São Paulo. Ela encontrou, nesse *corpus*, as seguintes formas consideradas por ela como recursos de indeterminação: *a gente, você, eles, eu, nós, o/um indivíduo, o/um sujeito, a/uma pessoa, o/um cara, [Ø + 3ª. p. s.], [Ø + 3ª. p. pl], [Ø + verbo + se] e [Ø + infinitivo]*.

O tratamento que a autora dá à indeterminação do sujeito contém, como ela mesma diz, uma certa *heterogeneidade* (p. 04). Isso se deve ao fato de esse fenômeno lingüístico abranger diferentes níveis da língua, os quais estão estreitamente relacionados. Assim, ela recorreu à Gramática Tradicional e, após analisar diversos títulos, chegou à conclusão de que a mesma não é criteriosa para tratar do assunto,

⁸O projeto NURC (Norma Lingüística Urbana Culta), desenvolvido a partir da década de 70, em cinco capitais brasileiras - Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo - tem como um dos objetivos a descrição da língua falada por indivíduos de escolaridade universitária. O *corpus* do projeto é formado de entrevistas gravadas com: elocuições formais (EFs), constituídas de aulas e conferências; diálogos entre informante e documentador (DID); diálogos entre dois informantes (D2), totalizando 400 horas de gravação em cada capital.

sendo, portanto, insatisfatória. Recorreu então à Gramática Gerativa Transformacional, que lhe foi de grande valia na análise dos dados, principalmente nos casos em que a indeterminação se dá através das formas desprovidas de sujeito lexical. A Semântica e a Pragmática também se fizeram necessárias em seu trabalho, dado que o processo de indeterminação extrapola o nível puramente sintático. Dessa forma, ela levou em consideração as funções e efeitos da indeterminação, seus graus de abrangência e as pessoas envolvidas no processo. Isso tudo sem desconsiderar o contexto, que se revelou condição essencial para a caracterização e análise da maioria dos recursos de que o falante se vale para indeterminar seus enunciados.

Consideramos importantes para o nosso trabalho várias das questões que ela aborda e selecionamos algumas delas para serem mencionadas aqui: o tratamento dado por ela ao conceito de *indeterminação*, distinguindo-o dos de *determinação*, *indefinição* e *impessoalização*; as *funções* e os *graus* da indeterminação; e sua argumentação a favor de se considerar o pronome *se* unicamente como *indeterminador*, negando-lhe a função de *apassivador* prevista pela GT.

MILANEZ inicia seu trabalho dizendo que há um distanciamento entre o que se ensina na escola e o que é falado, mesmo no dialeto mais próximo da linguagem considerada padrão. Considera que prova disso é o fato de ela ter encontrado mais de dez recursos de indeterminação do sujeito, além dos dois previstos pela GT. Segundo ela, foi este fato que a motivou a desenvolver a pesquisa no âmbito da linguagem falada. Considera importante, também, no estudo da linguagem oral, a oportunidade de conhecer o que LABOV (1975) chama de *variações sistemáticas*. E explica: *segundo o autor, existe nas variações lingüísticas chamadas tradicionalmente de “desvios” um aspecto sistemático que permite a formulação de regras próprias.* (p. 3) Considera interessante o confronto da norma pedagógica com a norma no sentido apontado por LABOV, de *variação sistemática*, ou seja, *o uso generalizado de formas lingüísticas, independente da obediência à norma pedagógica.* (p. 3)

Conforme veremos na seqüência, a autora considera, na análise da indeterminação, noções como a de *pessoa*, a de *generalização* e a de *referência*. Ela diz que a análise do conceito desse processo lingüístico exige que se levem em conta essas noções.

MILANEZ observa que há construções que se referem, específica e claramente, a uma ou mais pessoas do discurso. Essas se situam no nível da *determinação*. Mas há também construções que expressam generalização e que podem envolver qualquer pessoa do discurso, situando-se, portanto, no nível da *indeterminação*. Ela exemplifica o primeiro tipo (determinação) com:

Você gostou do jantar?

O gato pulou o muro.

Meu irmão e eu não gostamos de festa (1ª e 3ª pessoas) (p. 24)

E o segundo (indeterminação) com:

(11) Docum. (Você sabe fazer gemada? Como é que faz?

Inform. 1 (“Põe só a gema e bate com o açúcar.

Inform. 2 (Bate até ficar bem branquinha a gema.” (D2 22)

(12) “Observa-se nas escolas, principalmente numa faixa de idade talvez dos quinze anos para baixo, uma preguiça tremenda para ler.”

(13) *Falar é fácil. Praticar é difícil.* (p. 25)

Ela afirma que os três tipos de construções *acima* [$\emptyset + 3^a$. p.s.], [$\emptyset + 3^a$. p.s. + se] e [$\emptyset + infinitivo$] são os que expressam generalização de modo mais característico. São construções sem sujeito lexical, desprovidas de referências anteriores com as quais o SN-sujeito vazio possa se relacionar. Salienta que as ocorrências da forma [$\emptyset + 3^a$. p.s.] como *põe só a gema*, *bate com o açúcar*, etc., embora apresentem desinência de terceira pessoa, não remetem a um *ele* exterior à situação dialogal, mas possibilitam uma interpretação de inclusão dos interlocutores na ação verbal, a exemplo do que acontece com as ocorrências de *se* e as do infinitivo.

Acrescenta que, além das três formas despronominalizadas, há outras que também constituem recursos através dos quais pode-se expressar a indeterminação,

embora estes, por serem marcados quanto à pessoa, não apresentem condições idênticas às dos três anteriores. E exemplifica dizendo que o pronome *a gente*, apesar do conteúdo genérico, é marcado pela presença obrigatória da primeira pessoa. Segundo ela, nesse caso há uma intersecção do plano da determinação com o da indeterminação e esse pronome não apresenta o mesmo grau de abstração dos outros três. A afirmação de que *a gente*, obrigatoriamente, inclui a primeira pessoa não é tida como correta por MENON (1994, p. 105). Para ela, a forma *a gente* pode, mas não necessariamente, conter referência à primeira pessoa. Estende sua crítica ao fato de MILANEZ não ter separado as duas referências possíveis para esta forma: referência às pessoas em geral (referência genérica) e referência às primeiras pessoas (referência específica), concorrendo com os pronomes pessoais *eu* e *nós*.

MILANEZ continua seu trabalho dizendo que, *curiosamente*, os pronomes referentes a 1.^a e 2.^a pessoas, respectivamente *eu* e *você*, também podem expressar indeterminação quando usados em contextos com uma função bem distinta da habitual. E ilustra o fenômeno com as duas sentenças abaixo, nas quais o conteúdo semântico do pronome *você* de uma delas difere do da outra:

[14] Você vai ao cinema?

[15] Não sei, a única época marcada pra mim seria a ... fim de ano mesmo, né? Que você tem que parar um pouco, pensar nas coisas que você tem que fazer..."(DID 47) (p.27)

E o exemplo, abaixo, com o pronome *eu* ocorre em uma aula sobre a arte na Pré-História. É obvio que neste caso, conforme se pode verificar, as ocorrências de *eu* não se referem ao falante, mas sim ilustram uma situação hipotética, passível de ocorrer com qualquer pessoa.

(16) Mas se a gente está num nível de vida em que a preocupação principal é se manter vivo, qualquer atividade vai estar relacionada com esta preocupação. Então a arte surge não em função de uma necessidade de embelezar o ambiente em que *eu* vivo, uma necessidade estética de ver coisas bonitas. Mas unicamente em função d'*eu* assegurar a caça e continuar podendo comer e me manter vivo." (EF 405) (p.28)

Numa demonstração de equivalência das formas, a autora diz que tanto as ocorrências de *você*, no exemplo (15), quanto as de *eu* no (16) poderiam ser substituídas pelo pronome *se*, sem alteração de sentido na sentença.

Acrescenta que certos sintagmas nominais como o *indivíduo*, *o cara*, *uma pessoa*, *etc.*, apesar de serem formas lexicais singularizadas e de pertencerem à esfera da 3.^a pessoa, podem ser usados com conteúdo generalizador. E exemplifica com um paralelo entre determinação e indeterminação expresso por dois exemplos com a forma *o indivíduo*:

(17) *O indivíduo* entrou no banco e ameaçou as pessoas.

(18) “Bom, a vantagem em abrir uma conta bancária: primeiro, é um lugar onde o indivíduo pode guardar o dinheiro dormindo sossegado (...) Se você pede 10 mil cruzeiros emprestado, o banco empresta por ... 60 dias; você assina mas recebe 10 menos 5% em despesas, taxa não sei de quê, aquela conversa toda; depois, no fim, você paga os dez. Mas em todo caso, num momento de aperto, *o indivíduo* pode ter essa vantagem.” (DID 250) (p. 29)

A autora explica os casos, dizendo que, no primeiro exemplo, um único indivíduo entrou no banco; no segundo, não é apenas um, mas qualquer indivíduo, podendo abranger, inclusive, o locutor e o ouvinte. Ela fez alguns testes de substituição das ocorrências de *indivíduo* dos exemplos acima por pronomes determinadores e indeterminadores e diz que em (17) a substituição por *se* não é possível por alterar o sentido da sentença, mas que em (18) é possível porque parece haver uma equivalência aproximada do SN *o indivíduo* com o pronome *se*. Na seqüência, ela diz que uma prova de que os SNs de (18) possibilitam a interpretação de inclusão das duas primeiras pessoas é a possibilidade de substituição dos mesmos pelo pronome *a gente*, que sempre inclui a primeira.

(18 b) ... (...) Primeiro, é um lugar onde *a gente* pode guardar o dinheiro, dormindo sossegado (...) Mas, em todo caso, num momento de aperto, *a gente* pode ter essa vantagem.

Mas acrescenta que em (17) a substituição mudaria completamente o sentido da sentença:

(17 b) * *A gente* entrou no banco e ameaçou as pessoas. (p.31)

Conforme observado por MENON (1994, p. 106), MILANEZ não se deu conta de que em (17 b) a substituição não foi possível devido ao emprego do pretérito perfeito. Esse tempo, por indicar uma ação pontual no tempo e no espaço, não é adequado para indeterminar em frase isolada. Entretanto, quando há um contexto de indeterminação, como por exemplo, o contexto de um discurso hipotético, é perfeitamente possível seu emprego.

MILANEZ chama a atenção para o fato de que em (18) o SN *o indivíduo* pode alternar-se com o pronome indeterminador *você* (que sempre inclui a 2.^a pessoa), equivalendo-se mutuamente. Na sequência, faz o seguinte comentário:

Parece, portanto, que com os pronomes *eu, você e os SNs o indivíduo, o sujeito, o cara, etc.* o mecanismo de indeterminação funciona através de uma projeção de um dos elementos do nível da determinação ao da indeterminação, sendo o envolvimento da 1.^a pessoa, 2.^a e 3.^a meramente hipotético, ou seja, as mesmas seriam usadas para efeito de ilustração de uma situação onde qualquer pessoa poderia se encontrar. (p.31)

Em relação à forma [\emptyset + 3.^ap. pl] e ao pronome *eles*, quando ocorrem em contextos sem referências anteriores, MILANEZ considera problemática sua inclusão no quadro de indeterminadores, tendo em vista o critério de identificação até então apresentado por ela: a possibilidade de abrangência às três pessoas do discurso. Essas formas excluem qualquer envolvimento dos protagonistas dialogais na ação verbal, entretanto, outros fatores fazem com que a indeterminação exista: a não-identificação do sujeito e a expressão de generalização.

Discordando de MILANEZ, julgamos possível que essas formas abranjam outras pessoas do discurso além da terceira do plural. Observemos o seguinte exemplo, retirado de nossos dados:

(001) Existia {5aquelas5} jardineiras, dizia jardineiras 9est), toda aberta, que eles hoje falam, como é que eles falam, Catita, né? [6(inint)6] Eles tratam de Catita. (...) Isso, é toda aberta, aqui eles falam, [é]- eles tratam de Catita. (est). (LDN/08/0135)

Nesse exemplo, é possível inferir que a informante, apesar de se esforçar por lembrar o nome *Catita*, também pode estar incluída entre os que tratam a jardineira

dessa forma, principalmente porque ela também é habitante de Londrina; aliás não é uma habitante qualquer, mas uma habitante que se mudou para Londrina quando bem criança e quando a cidade estava no início de sua formação. Essa informante ajudou a construir Londrina, local onde *eles falam*, [é] *eles tratam de Catita*.

MILANEZ finaliza a questão da oposição determinação/indeterminação com algumas considerações, das quais destacamos:

- (...) apesar das diferenças morfossintáticas, os indeterminadores apresentam pontos em comum, como por exemplo, a não identificação do sujeito e um efeito generalizador impreciso quanto às pessoas que envolvem. (p.33)
 - Se alguns recursos são interpretados exclusivamente por critérios semântico-pragmáticos, outros exigem, além destes, considerações de ordem sintática para sua identificação. Pertencem ao primeiro grupo os indeterminadores a gente, você, eu e os SNs, e ao segundo os indeterminadores [\emptyset + 3ª. p.s.], [\emptyset + 3ª. p.pl.] e [\emptyset + infinitivo], que são desprovidas de SNs anteriores com os quais o sujeito vazio da construção possa se relacionar. É justamente esta ausência de antecedentes no contexto que confere às três formas o significado indeterminador. (p.33)
 - O pronome *eles*, apesar de se enquadrar no primeiro caso, pode ocorrer como sujeito lexical, tem em comum com os recursos do segundo grupo a ausência de antecedentes, o que permite que se lhe atribua uma função distinta da usual. (p.34)
 - Por outro lado, os indeterminadores apresentam um ponto em comum: a dependência de contexto para sua interpretação. A única exceção é a construção *se*, uma vez que a presença do pronome já é suficiente para bloquear qualquer interpretação de relação do sujeito vazio com SNs anteriores. (p.34)
 - A indeterminação não apresenta uma natureza absoluta, mas gradativa (...) (p.35)
 - Além de todos esses elementos que caracterizam a indeterminação, ainda há outro, comum a todos os seus recursos: o fato da mesma só ocorrer com verbos que possibilitem subcategorizar o sujeito com o traço [+ humano]. Assim, são agramaticais:
 - * Late-se muito aqui.
 - * Ventou-se ontem. (p.37)
- Este fato vai diferenciá-la da determinação e também da indefinição, as quais não apresentam essa peculiaridade.

Na sequência, MILANEZ inicia a seção *Indeterminação e Indefinição* (p. 38) dizendo que é o efeito de imprecisão que esses dois fatos podem causar no contexto que justifica a aparente semelhança entre eles. Quanto à distinção entre esses dois conceitos, ela cita vários aspectos:

a) Enquanto a indefinição não exige o traço [+ humano], a indeterminação o exige.⁹

b) A indefinição se restringe a formas lexicais de 3.^a pessoa (alguém, algo, uns, tudo, nada, etc.), enquanto que na indeterminação há *recursos sintaticamente bem distintos entre si (tanto formas verbais como itens lexicais de 1.^a, 2.^a. e 3.^a. pessoas)* (p. 38).

c) Em relação à *generalização*, esses dois fenômenos também divergem. Na indeterminação, a generalização é essencial; na indefinição, não é mais que uma possibilidade. A autora observa que, mesmo quando há generalização na indefinição, é de maneira distinta da indeterminação, pois os recursos de indefinição sempre pressupõem um conjunto fechado de elementos, que pode ser expresso em sua totalidade (*todos, tudo*) ou no seu esvaziamento (*nenhum, nada*) ou parcialmente (*alguns, uns*, etc.). Isso significa que a indefinição é marcada por um índice quantificador, que se faz ausente nas construções indeterminadoras, o que constitui motivo para os recursos de indeterminação e indefinição não se substituírem nos mesmos contextos, sem que se altere o sentido, ainda segundo a autora.

d) Quanto às marcas de singular e plural, MILANEZ observa que são importantes na distinção *definição/ indefinição*, mas que não exercem influência na indeterminação porque *não está em jogo a quantificação de unidades, mas uma*

⁹ Para MENON (1994, p. 109) a indeterminação permite a ocorrência de referentes *não-humanos* (por exemplo, um animal), e até mesmo *não-animados*. Ela exemplifica dizendo que verbos como *estragar, arrebentar, espalhar* poderiam ter um sujeito cujo referente não comporta o traço [+ animado]: *o vento, a água, a chuva, o relâmpago, o granizo, a neve, a torrente, o tempo*. Acrescenta que se poderia perfeitamente falar de modo indeterminado de um fato, uma situação, como por exemplo, de uma árvore quebrada, e exemplifica com as seguintes construções: *Quebraram a árvore. A árvore foi quebrada. Quebrou-se a árvore* ou *Se quebrou a árvore. Quebrou a árvore.. A árvore quebrou..* Nesses exemplos, não se pode precisar o agente da ação de quebrar nem a sua natureza, que pode ser humano, animal, ou ainda o vento, um raio, a chuva, etc.

referência genérica, indistinta e não-limitada que independe desse tipo de marca morfológica. (p. 40)

e) A distinção *o/um* é fundamental para diferenciar a definição da indefinição, mas é irrelevante com relação a alguns recursos de indeterminação (como *o/um indivíduo, o/um sujeito, o/um cara, etc.*) uma vez que o uso de um ou outro artigo em nada altera o conteúdo indeterminador das mesmas. (p. 40). MILANEZ é contestada por MENON (1994, p. 110), que discorda dessa sua última afirmação, pois não considera recurso de indeterminação as locuções construídas com artigo indefinido.

f) Um outro aspecto que MILANEZ considera como distintivo para os fenômenos analisados é o sintático. Os recursos de indeterminação são dependentes de contexto para sua interpretação, já os de indefinição *podem ser analisados dentro dos limites frasais.* (p. 41)

g) A autora faz ainda uma outra consideração a respeito dos fenômenos em análise: a distinção entre *pessoa* e *não-pessoa* nos termos de BENVENISTE (1975) é evidente no nível da determinação. *Os pronomes eu e tu, neste nível, referem-se exclusivamente à 1ª. e 2ª. pessoas, respectivamente, e a terceira, apenas ao mundo objetivo, estranho às duas primeiras.* (p. 42). Considerando que a definição / indefinição pertencem ao nível da determinação e que seus recursos referem-se exclusivamente à 3ª. pessoa, então esse fenômeno é abrangido pela não-pessoa, segundo observa a autora. E justifica:

Esta nossa observação coincide com a teoria de Benveniste (1975) sobre a “pessoa/não-pessoa”, quando o autor afirma, entre os inúmeros argumentos que apresenta para distinguir a 3ª. pessoa (não-pessoa) das duas primeiras, que o *eu* e o *tu* são caracterizados aos (sic) uma unicidade específica para oposição ao *ele* que pode comportar qualquer ser ou nenhum. (p. 49)

Ela também observa que, se na indeterminação há formas lexicais de 1.ª e 2.ª pessoas (*eu, você*) que podem representar também a 3.ª e formas de 3.ª que permitem

a interpretação de inclusão das duas primeiras, então a distinção *pessoa/não pessoa* não é nítida nesse fenômeno. E comenta:

Nesse sentido, endossamos a opinião de Figueira (1982) de que a não-pessoa nem sempre é um elemento de conversão do verbo em signo “histórico” (no sentido de “história” de Benveniste), cuja função é “meramente representativa, isto é, a de remeter a predicções objetivas, sem correlação com a realidade discursiva”. (pag. 65). No processo de indeterminação os limites entre a pessoa/não pessoa não são nítidos, e isso evidencia ainda mais a sua peculiaridade. (p. 43)

Em seção seguinte, no confronto entre **indeterminação** e **impessoalização**, MILANEZ afirma que essa última é uma propriedade de certos verbos que, por sua própria natureza, não atribuem a seus SN-sujeitos *nenhuma função referencial*. Ela diz que esse sintagma nominal pode ser preenchido lexicalmente em outras línguas, mas não em português. E exemplifica com as frases: **Ele chove. * Ele faz frio.* (p. 47)

Observa que é essa ausência de referência ao SN-sujeito que diferencia as construções impessoais de todas as outras formas verbais da língua. Afirma que essa falta de referência é o ponto de oposição entre a impessoalização e a indeterminação uma vez que essa última sempre envolve uma referência independentemente de ocorrer ou não com sujeito lexical.

No terceiro capítulo, intitulado *A Indeterminação e o Discurso*, MILANEZ diz que a *indeterminação não se apresenta como um fenômeno de natureza absoluta, que se opõe à determinação sempre de forma nítida; ao contrário, a mesma comporta graus quanto à sua abrangência.* (p. 80). De acordo com sua explicação, as formas despronominalizadas [\emptyset + 3.^a p.s.], [\emptyset + 3.^a p.s. + se] e [\emptyset + infinitivo] comportam o grau mais alto de indeterminação. São essas formas que, por não possuírem marca de pessoa, mais se afastam de referências específicas a qualquer das três pessoas do discurso. *A gente, você e eu* apresentam um grau de indeterminação intermediário; elas não apresentam um efeito tão genérico como as formas despronominalizadas porque *embora envolvam pessoas não determinadas pelo contexto, ainda mantêm referências específicas aos protagonistas da situação dialogal. Assim, o uso de a*

gente e eu implica obrigatoriamente na inclusão da 1ª. pessoa, e você sempre envolve a 2ª. (p. 81). Um menor grau é expresso pelo pronome *eles* e pela forma [\emptyset + 3ª.p.pl.], sendo que, dentre todos os recursos de indeterminação, *eles* é o de menor campo de abrangência, sendo, portanto, o que expressa o menor grau de indeterminação. Ela levanta a hipótese de essas duas últimas formas serem um caso limítrofe entre a indeterminação e a determinação.

Em relação às funções da indeterminação, MILANEZ afirma que, por envolver generalização, esse fenômeno se presta a diversos fins. Em seguida, apresenta quatro de suas funções: *desfocalização do sujeito*; *exemplificação*; *descomprometimento* e *ocultação do sujeito*.

Segundo a autora, a **desfocalização do sujeito** ocorre quando se quer atribuir maior relevância à ação verbal do que à referência do sujeito. Ela ilustra com os seguintes casos, entre outros:

(107) Falar é fácil. Praticar é difícil. (p. 83)

(108) “Bom, então são vários preparos à parte. O camarão, quer dizer, camarão fresco, preferentemente, limpa, tira bem as cascas, tira as tripas (...)” (DID 11) (p. 83)
(...)

(110) Vende-se esta casa. (p. 84)

Na **exemplificação**, o falante se utiliza da referência à sua própria pessoa ou à do interlocutor para exemplificar situações genéricas. MILANEZ tratou desse item em capítulo anterior, do qual retiramos o seguinte exemplo:

(59) ... “eu prefiro as blusas tomara-que-caia do que essas transparentes. Que essas transparentes têm que ser de um tecido que... tem que ser de nylon, isso e aquilo. Quer dizer, você anda um pouquinho, transpira; você sente um calor, você está com ela transparente e sente mais calor do que se você tiver com uma fazenda grossa.” (D2 275) (p. 57)

A função do **descomprometimento** ocorre quando os recursos de indeterminação se prestam a não comprometer o falante. Nesse caso, ele não usa a 1.ª pessoa. A autora cita um exemplo que se registra na fala informal cotidiana:

(115) O escritório estava muito movimentado hoje cedo, por isso é que ainda não mandou a encomenda. (p. 87)

Em relação à **ocultação do sujeito**, ela diz que ocorre nos casos em que o falante não quer que a 2.^a pessoa identifique o ser a quem ele se refere. E exemplifica:

(116) Ontem falaram mal de você. (p. 88)

MILANEZ acrescenta que a função do descomprometimento e a da ocultação podem estar relacionadas, o que as diferencia é que, no descomprometimento, o objetivo é retirar a pessoa do próprio locutor do fato relatado, para não ter que assumir a responsabilidade de uma participação intencional no mesmo, enquanto que, na ocultação, o locutor tem interesse em esconder a identidade de uma terceira pessoa.

Ela finaliza esse capítulo dizendo que as funções da indeterminação podem ser variadas, como também o são os recursos sintático-semânticos que a expressam e que *um mesmo recurso pode se prestar a indeterminar o sujeito, motivado por diferentes interesses do falante*. (p. 91)

MILANEZ dedica o quarto capítulo inteiramente ao **pronome se**. Ela considera como indeterminador tanto o pronome *se* que acompanha os verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação (considerado índice de indeterminação do sujeito pela GT) como o *se* que acompanha verbos transitivos diretos (considerado partícula apassivadora). Vejamos alguns argumentos que ela utiliza para justificar sua posição.

1º) A intuição do falante:

A maioria dos falantes intui a construção *se* sempre como ocorrência de sujeito indeterminado (...), daí o fato de não concordarem o verbo com o grupo nominal, o qual é intuído como mero objeto direto:

(121 a) Fuma-se charutos aqui.

Manuel Said Ali, que já em 1919 argumentava a favor de se atribuir uma só função ao *se* explica que este pronome sugere na consciência de todos, a idéia de um agente que não conhecemos ou que não queremos nomear. A tendência em não concordar é, segundo ele, “natural, espontânea”, ou seja, “no sentir do povo não se compreende porque se deva concordar o verbo com o objeto.” (pág. 100)

2º) Um só critério

Para Celso Luft (apud Nascimento, 1979) é mais acertado considerar ativa a “construção-se” com verbos transitivos diretos, para evitar o divórcio desta construção com a dos verbos não transitivos diretos (trabalha-se, corre-se, precisa-se, etc.) que seria absurdo considerar passivos. (p. 95)

Referindo-se aos exemplos (120) e (121), apresentados por ela anteriormente, MILANEZ continua sua argumentação:

(120) Fuma-se aqui.

(121) Fuma-se charuto aqui. (p. 93)

[...]

Além disso, quando se afirma que o sujeito de (120) é indeterminado, o critério é semântico, uma vez que o vazio lexical é interpretado como referente a um elemento semântico (, “que não podemos ou não queremos nomear”), e quando se afirma que o sujeito de (121) é charuto, o critério é sintático, pois baseia-se na concordância.

Segundo Said Ali, este tipo de análise entra em contradição quando considera correta a forma:

(122) Adora-se aos ídolos.

ou seja, sem concordância, por ser ídolos um objeto direto preposicionado. Em outras palavras, o simples uso da preposição antecedendo aquilo que é considerado sujeito passivo (ídolos), mudou sua função para objeto direto. Ou ainda: um fato superficial, meramente estilístico, como o preposicionamento do objeto direto decide, segundo esta análise, uma mudança radical. (p. 95)

3º A construção-SE não é equivalente à passiva:

Said Ali aponta a não-equivalência da construção-SE com a passiva:

“Aluga-se esta casa” e “Esta casa é alugada” exprimem dois pensamentos, diferentes na forma e no sentido. Coloque-se na frente de um prédio um escrito com a primeira das frases, na frente de outro ponha-se o escrito contendo os dizeres “Esta casa é alugada”. Os pretendentes, sem dúvida, encaminham-se unicamente para uma das casas, convencidos de que a outra já está tomada.” (p. 95-96)

MILANEZ apresenta, ainda, a argumentação de IKEDA (1977) e de NASCIMENTO (1979) a favor de não se atribuir função apassivadora ao *se* e finaliza o assunto dizendo que os argumentos apresentados são suficientes para não aceitar a equivalência da construção-*se* com a forma passiva, atribuindo ao *se* unicamente a função de indeterminador.

Conforme veremos com mais detalhes mais adiante (1.3.3 e 2.8.6), também MENON (1994) considera que a construção-*se* não é mais sentida como passiva, mas sim como indeterminada. Além disso, ela considera o *se* sujeito indeterminado da frase.

No capítulo V, MILANEZ analisa as formas despronominalizadas de indeterminação à luz da Gramática Gerativa Transformacional. Ela busca na Teoria Padrão Estendida (a teoria interpretativa) a fundamentação para não se considerar a forma indeterminada [\emptyset + 3.^ap. s.] o resultado de apagamento de algum pronome pessoal (ele, você, a gente) usado com verbo na 3.^a pessoa do singular, nem de apagamento de uma construção de sentido equivalente ao pronome indefinido *alguém*. Para ela, é viável que tanto essa forma, bem como as demais formas despronominalizadas, constituam casos em que a referência é arbitrária, portanto, não-anafórica e que o \emptyset dessas formas possa ser considerado um PRO¹⁰, *não com uma leitura de indefinido, ou seja, interpretado a nível da frase, mas interpretado a nível do contexto, uma vez que o próprio Chomsky deixa entrever essa possibilidade em "Conditions on Rules".* (p. 128)

Nesse mesmo capítulo, MILANEZ (p. 130) argumenta a favor de não se considerar um recurso de indeterminação a forma passiva sem agente, porque essa forma estaria muito mais próxima da indefinição do que da indeterminação. Os motivos alegados são:

- 1) A passiva não envolve necessariamente uma referência de traço [+ humano], como a indeterminação. A sentença:
(192) O homem foi ferido.
pode comportar um agente animado (O homem foi ferido por alguém) ou inanimado (O homem foi ferido por um raio). Entretanto, frases do tipo:
(193) Feriu-se o homem.
Sempre vão envolver uma referência humana, que é fundamental para caracterizar a indeterminação.
- 2) O agente não expresso permite ser interpretado como um indefinido: o homem foi ferido por alguém ou por algo, enquanto que, conforme já demonstramos nesta dissertação, a omissão do sujeito, nos casos de indeterminação, não permite essa interpretação.
- 3) Diretamente ligado à característica anterior, está o fato de que a referência desse agente não é genérica, abrangente às três pessoas do discurso (como acontece com os casos de indeterminação), mas remete fundamentalmente a uma terceira pessoa. É o que sucede com o exemplo (192), que se distingue, por esse motivo, de (193).
- 4) A passiva sem agente expresso não depende do contexto para ser interpretada, podendo ser explicada dentro dos limites da frase, como fez a teoria standart da GGT, através das

¹⁰Segundo MILANEZ (1982, p. 112), na teoria gerativa, PRO é um símbolo que representa uma categoria principal (nome, verbo, adjetivo).

regras de apagamento. Este fato também a distancia dos recursos de indeterminação, os quais, como vimos, não podem ser explicados pela referida teoria justamente por esse motivo.

Além dessas distinções, ela afirma que a passiva sem agente não se equivale à *construção-se*, o que é um outro argumento a favor de não se considerar a passiva sem agente expresso como um recurso de indeterminação.

Finaliza o assunto dizendo que, em relação à função de não explicitar o agente no contexto, as duas construções se identificam, e é justamente nesse ponto em comum que alguns trabalhos se apoiam para considerar a equivalência entre elas. Mas não é essa a sua posição, pois crê haver argumentos suficientes para evidenciar a distinção entre ambas.

Consideramos relevante mencionar que nas considerações finais de seu trabalho, a autora diz que a indeterminação é um processo da língua explicável essencialmente a nível semântico-pragmático e, por isso, se revela um fenômeno dependente de contexto para sua interpretação. Acrescenta que não esconde a esperança de que seu trabalho represente uma contribuição ao estudo do português oral do Brasil, que ainda se encontra no início do desenvolvimento e que se dará por satisfeita se ele também servir como incentivo para os estudiosos da língua continuarem os trabalhos de reformulação da GT, *em prol de um ensino mais eficiente e realmente de acordo com a nossa realidade lingüística*. (p. 138)

De fato, MILANEZ (1982) representa uma contribuição ao estudo do português oral do Brasil, haja vista que tem servido de referência a trabalhos já realizados sobre a indeterminação do sujeito. Quanto à reformulação da GT, entendemos que o processo é dependente de muitos outros trabalhos de descrição lingüística para que as mudanças possam ser efetuadas com segurança.

1.3.2 CUNHA (1993) : uma abordagem discursiva

Em sua dissertação de mestrado *Indeterminação Pronominal do Sujeito*, CUNHA, ancorando-se na Análise do Discurso, define os fatores lingüísticos e não-lingüísticos que determinam a escolha de *nós*, *a gente* ou *você* como processo de indeterminação do sujeito em um *corpus* do projeto NURC/RJ.

A autora diz que se individualizam três tipos de *pronome indeterminado*: os que se relacionam com um determinado item lexical no texto, o qual permite sua interpretação; os que se relacionam com elementos contextuais imersos no discurso e os que não se relacionam com qualquer elemento implícito ou explícito no contexto, com o qual possa ser estabelecida relação anafórica.

A constatação desses diferentes tipos de pronome indeterminado fez que ela chegasse a uma escala que vai da determinação até a indeterminação completa, tendo como níveis intermediários a indeterminação parcial com elo de referência explícito e a indeterminação parcial com elo de referência implícito.

Referindo-se a BROWN & YULE (1983), CUNHA (4.5) diz que:

nos casos em que há indeterminação parcial explícita existe uma expressão nominal antecedente com a qual o pronome não concorda graficamente. A relação anafórica se dá não com a expressão nominal, mas com o predicado que a integra [...]. Nos casos de indeterminação parcial implícita não existe nenhum tipo de antecedente nominal no discurso, anterior à ocorrência do pronome, que forneça uma informação nova ligada a algum elemento dado anteriormente [...]. Tanto numa quanto noutra situação, a interpretação do pronome depende da ativação de esquemas [¹¹] e, conseqüentemente, de inferências.

Ao tratar das funções da indeterminação, a autora cita as apontadas por MILANEZ (1982) – desfocalização do sujeito, exemplificação, ocultação do sujeito, descomprometimento – e diz que, no *corpus* que analisou, encontrou a indeterminação pronominal cumprindo duas funções: *desfocalização do sujeito* (nos casos em que era

¹¹ Uma definição de esquema pode ser: *uma organização ativa das reações e experiências passadas que estão continuamente operando em qualquer organismo bem desenvolvido*. (STEIN & GLENN, 1979, p. 54, citados por SCLiar – CABRAL, 1991, p. 86).

mais relevante focalizar a ação verbal do que a referência do sujeito) e *exemplificação* (nos casos em que o falante se serviu da referência à sua própria pessoa ou à do ouvinte para exemplificar situações genéricas).

Ela se pergunta a que princípios comunicativos o falante estaria obedecendo ao se valer de um pronome para indeterminar um enunciado. É GRICE (1982, p. 86-89, citado por CUNHA, 4.6) quem lhe fornece uma possível resposta em seu Princípio da Cooperação: *Faça sua contribuição tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção de intercâmbio conversacional em que você está engajado.*

Encontrou, também, exemplos em que a indeterminação pronominal apareceu para que o falante obedecesse à *máxima da relevância*. Cita como exemplo o caso de EF (elocução formal), em que o professor enfatiza as ações e não quem as desempenha. Diz que se ele não for requisitado a dar exemplos adicionais ou a explicar novamente o ponto, manterá a indeterminação como estratégia de manutenção da relevância da informação. Nesse caso, a indeterminação ocorre cumprindo a função de desfocalização do sujeito, segundo a qual, conforme já visto, é mais relevante focalizar a ação verbal do que a referência do sujeito.

Em outro caso, quando a estratégia do professor é manter aberto o canal de contato com a audiência e “para quebrar” a impessoalidade de frases como *São conhecidos materiais muito resistentes* ou *Fecha-se o tubo e espera-se 48 horas*, utiliza pronomes pessoais, com fins interativos. (4.6.)

Como conclusão da análise qualitativa, a autora apresenta três afirmações:

- 1 - Um pronome para ser indeterminado não deve ter sua referência recuperável, podendo ser associado a um leque de referentes depreensíveis do contexto;
- 2 - Há mais de um tipo de indeterminação pronominal, distinguindo-se três: as indeterminações parciais, com elo de referência explícito e implícito no contexto, e a indeterminação completa. Nos dois primeiros o pronome apresenta uso anafórico - diverso da anáfora convencional - onde a indexação com o referente se faz por meio de inferência. Na indeterminação completa o pronome não desempenha função dêitica nem anafórica;

3 - Estabelece-se, entre o contexto e a indeterminação pronominal, uma relação de dependência: quanto mais a interpretação do pronome depende de elementos contextuais (o texto, a situação comunicativa, o tipo de contrato estabelecido entre os participantes da conversa) mais próximo ele está de ser indeterminado. (4.7.)

Não concordamos plenamente com CUNHA na questão das indeterminações parciais. Por exemplo, na seção 5.2, ao tratar dos graus da indeterminação, ela utiliza o seguinte trecho para exemplificar *a indeterminação parcial com referência posterior expressa no contexto*:

Então uma noite nós fomos ao chiqueiro que fica perto dessa fazenda e escureceu muito rapidamente porque estava ameaçando chuva. Então o negócio era o seguinte: nós não vamos passar perto da casa velha. Sim. Nós vamos passar perto da casa velha, absolutamente não tem perigo. Tá bom. Foi aquela coisa, uma fila de criança, sete crianças, eu e mais duas moças. Passamos. (DID 84)

Entendemos que os *nós* do trecho acima está determinado por *sete crianças, eu e mais duas moças*; entretanto, CUNHA os considera indeterminados. Parece que ela utilizou como critério para considerá-los como tal apenas o fato de a referência ser posterior. Não discordamos de que a referência posterior possa causar um certo efeito de indeterminação no trecho que antecede sua explicitação, mas esse efeito se desfaz no contexto geral.

Quanto à *análise quantitativa*, CUNHA (cap. 5) foi minuciosa. Ela considerou como variáveis discursivas o *gênero do discurso*, os *graus de indeterminação*, o *tipo de elocução*, a *forma antecedente e referência* e o *tamanho do grupo*. A esse respeito, vamos mencionar apenas o que entendemos como mais relevante para o nosso trabalho.

O pronome *a gente* mostrou-se como o de maior trânsito entre os três gêneros analisados (descritivo, narrativo e argumentativo), embora tenha tido maior incidência no gênero descritivo. Ela atribuiu esse comportamento à natureza referencial desse pronome, geralmente mais genérica que a dos demais analisados (*nós* e *você*). Ele presta-se tanto a apontar um referente com grau de determinação maior (no caso de narrações) quanto a enunciados mais genéricos, como os encontrados em

argumentações e descrições. A maior incidência do pronome *nós* (78%) ocorreu nas narrativas. A autora observa que nesse gênero, na maioria das vezes, os contextos permitem que o referente pronominal seja depreendido. O pronome *você* comportou-se de maneira oposta ao *nós* em relação à narração. Apenas 7% de incidência, contra 49% e 64% em descrições e argumentações, respectivamente.

Pensamos que o fato de o referente pronominal ser mais depreendido nas narrativas, deve-se principalmente ao tempo verbal característico desse gênero: o passado. E o fato de o falante utilizar mais *nós* e menos *você* nas narrativas pode estar relacionado às características do tempo verbal empregado. Por exemplo, o *pretérito perfeito* é um tempo verbal que tem a característica de *precisar* um fato no tempo, o que diminui sua produtividade na indeterminação. Esse tempo ocorre na indeterminação quando o contexto é indeterminado; em frases isoladas, não se depreende um conteúdo indeterminado. Essa sua característica mais pontual somada à carga semântica de *você* poderia causar um efeito de sentido de comprometimento muito acentuado do interlocutor, fato que inibe o emprego de *você* indeterminado no *pretérito perfeito* e, conseqüentemente, nas narrativas. Assim, para obter o efeito de indeterminação em narrativas no passado, o falante utiliza formas mais diluídas, como *nós*.

No que se refere aos graus de indeterminação, CUNHA observou que, em enunciados cujo pronome é parcialmente indeterminado, ocorreram 67% de pronome sujeito *nós*, 30% de *a gente* e apenas 3% de *você*. Já em enunciados de indeterminação completa, ocorreu o inverso. Houve maior incidência de *você* (82%). O pronome *a gente* ficou com 19% das ocorrências e *nós* revelou-se como o que menos se emprega: apenas 9%. A autora ressalta: *emprega-se nós quando a indeterminação guarda ainda possibilidades de inferência do referente; você quando esse referente se perde por completo; a gente atendendo às duas possibilidades.*

(6.1.1)

A análise dos dados envolvendo graus de indeterminação em relação ao gênero discursivo permitiu que CUNHA confirmasse a hipótese anteriormente levantada: *o grau de indeterminação varia dentro dos limites impostos pelo gênero discursivo*. (6.1.1) Ela observa que, em argumentações e em descrições, há preferência pelo uso do pronome *você*, mas apenas se a indeterminação for completa. Se for parcial, a ocorrência de *nós* e *a gente* é que será expressiva. Nas narrativas, o comportamento dos pronomes analisados é outro: baixa incidência de qualquer um deles para indeterminação completa. Quando há um referente parcialmente recuperável, o pronome *nós* representa 90% das ocorrências, *o que demonstra os limites que o gênero discursivo impõe à indeterminação do pronome*. (6.1.1). Remetemos aqui às nossas observações anteriores (p. 38) sobre a falta de produtividade do tempo verbal característico da narrativa (pretérito perfeito) na indeterminação e a relação que isso tem com o maior emprego de *nós* e menor emprego de *você* em elocuções narrativas.

Tendo em vista o fator *tipo de elocução*, os dados mostraram que o grau de formalidade exerce influência sobre a escolha do pronome. O pronome *nós* teve maior índice de ocorrência nos diálogos onde o grau de formalidade é maior: DIDs. Já as elocuções com maior grau de informalidade (D2) favoreceram tanto a ocorrência de *a gente* como a ocorrência de *você* (*pronome que remete à segunda pessoa do discurso*). Em relação a esse resultado, a autora observa que nas D2 a segunda pessoa do discurso é representada, quase sempre, por um interlocutor que desempenha um papel contextual semelhante ao do locutor: ambos são entrevistados e partilham da mesma posição no diálogo. Talvez por isso, ao indeterminar, os locutores *sintam-se mais à vontade para colocar o outro em situações hipotéticas*. (6.1.1 ; 6.4.)

Quanto à *forma antecedente e referência*, o trabalho de CUNHA confirma a hipótese considerada pela autora no início da análise: *marcas favorecem marcas*. Uma série de repetições de um pronome pode ser desencadeada exatamente pela primeira ocorrência desse pronome num enunciado. A autora registrou ocorrências desse fato

lingüístico com os três pronomes analisados, sendo que o pronome mais utilizado para abrir uma série de enunciados com o sujeito indeterminado é o *você*. Já na posição isolada, o pronome *nós* é o de maior ocorrência.

Ela observou que o processo de *paralelismo* é definido, em conjunto, pelos grupos forma antecedente e referência, e, mais adiante, já na análise do fator referência, observa que a manutenção do referente acompanha a manutenção da forma. Os dados mostraram que, nos casos de pronomes imersos em uma série, *você* é a forma que mais mantém o referente e *nós* a que mais propicia a mudança. A autora diz que chama atenção o fato de a substituição da forma *nós* por *a gente* (e vice-versa), indicando um mesmo referente, ser pouco produtiva na indeterminação: apenas 9% em ambos os casos.

Com a ressalva de que na indeterminação nem sempre é possível uma identificação clara do tamanho do grupo que o pronome representa, ela declara que esse quadro é bem definido: o pronome *nós* refere-se, na maioria das vezes, a grupos médios; o pronome *a gente*, a grupos grandes e médios; o pronome *você*, a grupos pequenos.

Como fatores sociais, CUNHA considerou *faixa etária* e *sexo*, sendo que a primeira apresenta números bastante interessantes: resumidamente falando, o pronome *nós* é utilizado, preferencialmente, pelos mais velhos; *a gente*, pela faixa mediana e *você* é a forma mais usada por falantes mais jovens. Esse resultado, de certo modo, foi ao encontro do que a autora esperava, pois, quando do levantamento de hipóteses, ela disse esperar que a faixa mediana fosse mais propícia à ocorrência das formas *a gente* e *você*, por ter uma situação socialmente definida e estável, tendo, por isso, maior liberdade para fazer escolhas lingüísticas inovadoras.

Já com os mais jovens, ao mesmo tempo em que estão propensos a inovações, estão apenas iniciando suas atividades no mercado de trabalho, o que provoca uma necessidade de afirmação social e faz com que, em situações mais formais, empreguem

mais a forma de maior prestígio - *nós* - sendo que *você* e *a gente* prevalecem em situações informais.

A hipótese levantada para os mais velhos foi a de que eles usariam mais a forma *nós*, por serem marcados pelo conservadorismo e pela referência constante ao passado como modo de encaminhar a análise do presente, o que se faria, principalmente, através de narrativas. *O uso de nós possibilita indeterminar mantendo alguma referência no contexto, permitindo a remissão ao passado sem que se faça necessário discriminar todos os indivíduos participantes dela.* (5.2.3)

Quanto à variável *sexo*, os dados mostraram que ela não atua de maneira isolada. Em relação a *sexo* em conjunto com a faixa etária, os resultados apontam algumas tendências interessantes: *nós* e *a gente* são as formas preferidas pelas mulheres, enquanto *você* é a preferida pelos homens. Segundo a autora, isso evidencia que os homens preferem indeterminar comprometendo, de certa forma, o interlocutor, usando o pronome *você*. Entretanto, há um limite estabelecido pela faixa etária, pois só entre os falantes mais jovens é predominante o uso dessa variável. Além disso, confirma-se a hipótese da tendência geral das mulheres ao conservadorismo (usam mais *nós*). *Ao mesmo tempo, são as mulheres que lideram a mudança de nós por a gente, quando, nas faixas etárias mais jovens e em elocuições menos formais, fazem uso desta última forma para indeterminar seus enunciados.* (6.4)

Consideramos discutível falar em mudança de *nós* por *a gente* no **campo da indeterminação** sem que se mostrem evidências de que *a gente* indeterminado é uma forma nova em concorrência com *nós* indeterminado. Há evidências de que o percurso histórico é exatamente o contrário: *a gente* é mais antigo do que *nós* como recurso de indeterminação do sujeito.

Encontramos respaldo para essa afirmação em MENON (1994, 1996), em que a autora trata do processo de *gramaticalização*¹² de *a gente*. Tendo seu início na língua portuguesa como substantivo *gente*, essa forma, originária do latim (acusativo *gentem*), admitia flexão em número e podia constituir locução nominal com a adjunção de determinantes, conforme pode ser visto nos exemplos abaixo, transcritos do texto de MENON (1996, p. 624-625):

- (01) *a gente dos lombardos* [...] usou de toda sa crueza e de toda sa maldade contra os cristãos (Díal. São Greg., apud M e SILVA (1989:495).
 (4) *as gentes que dormiam*, sahiam aas janellas, veer que festa era aquella ou porque se fazia (LOPES, p. 62)
 (06) e que lamçasse de seu reino seus irmãos e *as gentes que eram* com elles [...] e disse que *as gentes todas* lançaria fora (LOPES, p. 110).
 (09) ...com hu'a gente de Hespanha chamados Indígetes (Duarte Nunes de Leão, Origens, cap. 2, apud AMARAL (1920:58)

Dentre as observações de MENON, destacamos a de que a forma em questão podia receber determinação por meio de orações relativas (ex. 04) e a de que o determinante podia ser um artigo indefinido (ex. 09). Além disso, ela afirma que *a concordância do predicativo respeitava ainda o gênero gramatical do substantivo feminino gente* (ex. 06), *mas que já se flagra exemplo de concordância “desviante” ou “ideológica”* (ex. 09). (p. 625)

Para efeito de maior clareza e precisão, transcrevemos parte do texto de MENON (1996) a respeito da trajetória de *a gente*:

Usado [o substantivo *gente*], por conseguinte, no singular e no plural, designava um conjunto de seres humanos, identificados entre si por traços comuns ou compartilhando características e, por isso mesmo, tornados “comuns”; daí, provavelmente, sua acepção genérica, coletiva, ou até “indeterminada”, como parece já ser o caso de (12), conforme nota ROBL (com. pessoal):

(12) Pelo Souto do Crescente / u~a pastor vi andar / muit'alongada da gente / alçando voz a cantar (CBN 967, CV 554, ROBL, com. pessoal)

Porém, num dado momento do português, ainda não estudado em profundidade ou extensão, dentre as várias construções possíveis especializou-se o uso da locução formada pelo artigo *a* mais o substantivo *gente*, para designar os seres de maneira coletiva, genérica: especializou-se o sentido, mas não se perdeu o significado primeiro. Passa, então, a ser uma das formas de expressar o “sujeito indeterminado”. Desse uso, possivelmente derivou o emprego de *a gente*

¹² Gramaticalização seria a transformação por que passa uma palavra lexical, autônoma, para se tornar uma palavra gramatical, presa ou funcional. MENON (1996, p. 623)

por *nós* e por *eu*. Visto que o(s) falante(s) pode(m) se incluir na indeterminação, a forma adquiriu os traços semânticos de 1.^a pessoa do plural e, depois, do singular.

No processo de transformação semântica, o significante se tornou fixo, do ponto de vista sintático: *a gente*, pronome indefinido, não pode mais ser decomposto, não admite mais flexão de número e a concordância se neutralizou. Temos, então, a seguinte cadeia de transformação:

(13) LNP > LNE > LNI > Pron. Indef. > Pron. Pess. 1 (P>S)

[...gente..] a gente [a gente] a gente a gente

em que LNP corresponde à etapa em que *gente* poderia constituir locução nominal expandida, à direita e à esquerda; LNE corresponde à formação da locução nominal especial, com adjunção do artigo *a*, mas ainda com a possibilidade de uso no singular ou no plural; LNI corresponde ao momento em que a LNE perdeu a capacidade de ser usada no plural e se especializou. Sendo forma fixa e passando a ser empregada como meio de indeterminar o sujeito, se transformou em pronome indefinido. Como tal, passou a ter a concordância do predicativo no gênero não-marcado, idêntico à forma masculina, como em (14), dado de um informante do NURC/SP, do sexo feminino:

(14) Então pra se orientar eu tenho a impressão pra se orientar *a gente* teria que ser *orientado* antes (DID/41/52/558/F1)

[...]

Finalmente, já como P1, *a gente* se comporta como qualquer outro pronome pessoal: a concordância do predicativo passa a ser feita de acordo com o sexo do referente extralingüístico: *nós estamos cansados(as)/ a gente está cansado(a)*. Está, portanto, perfeitamente integrado no paradigma dos pronomes pessoais, sobretudo no PB. (p. 625-627)

Creemos que o estudo de MENON é suficiente para indicar que *a gente* indeterminado é antigo na língua. Como não temos indício de que *nós* indeterminado é mais antigo do que *a gente* indeterminado, consideramos não ser viável falar em mudança de *nós* por *a gente* no campo da indeterminação, mesmo porque, segundo MENON (1994, p. 136), *a gente* vem se enfraquecendo enquanto forma de indeterminação e o vazio que está deixando parece estar sendo ocupado por *a pessoa*.

Como variáveis lingüísticas, CUNHA (cap. 5) considerou o *tipo de oração* e o *tempo verbal*. Em relação à primeira variável, a autora verificou que o fato de a oração integrar período simples ou composto parece não atuar na escolha dos pronomes. Os dados apontaram algumas diferenças, tanto em termos percentuais quanto em índice de probabilidade, porém pouco significativas. Junto às orações simples (absolutas e coordenadas), as quais se mostraram predominantes nas entrevistas analisadas, encontrou-se o maior percentual de ocorrência do pronome *nós*. O pronome *a gente* apresentou maior tendência de uso junto a orações principais. Com as orações

subordinadas foi o pronome *você* que demonstrou um índice um pouco maior de ocorrências.

Em relação à segunda variável – tempo verbal – a autora constatou que: 1.º) a forma *a gente* é mais utilizada com verbos no presente do indicativo, infinitivo e em tempos do modo subjuntivo; 2.º) em termos percentuais, o pronome *você* é mais empregado com os tempos de futuro, infinitivo, presente do indicativo e subjuntivo; em termos de probabilidades, os pesos relativos maiores ficam com o presente do indicativo, infinitivo e com os tempos de futuro; 3.º) a ocorrência de *nós* é bastante acentuada quando se emprega o verbo no passado do indicativo, principalmente no pretérito perfeito. É relevante observar que a incidência dos outros pronomes (*você, a gente*) junto a esse tempo é inferior a 5%.

Ela explica a alta incidência de *nós* no passado, dizendo que a escolha do tempo verbal depende, muitas vezes, do gênero em que o trecho do discurso analisado se insere. Nos diálogos analisados, geralmente as narrativas versam sobre experiências vividas pelos informantes, situando-se, portanto, no passado. Ela ressalta que, devido a isso, *podemos supor, então, que a relação entre o tempo verbal e o pronome é intermediada pelo gênero discursivo.* (6.1.1.) Entretanto, após análise detalhada dos dados da tabela *Tempo Verbal X Gênero Discursivo*, a autora acrescenta:

O comportamento dos tempos verbais descrito acima comprovaria a suposição que fizemos, de que o gênero discursivo intermedia a relação tempo/pronome, caso a distribuição dos dados no pretérito perfeito do indicativo - justamente o tempo que tomamos como exemplo - não nos mostrasse o contrário. O pronome *nós* é de fato o mais utilizado em narrações, mas também o é em trechos descritivos e argumentativos, ou seja, ***nós é o pronome que predomina como sujeito de verbos no pretérito perfeito do indicativo independentemente do gênero em que o discurso se enquadre.*** (grifo nosso) (6.1.1)

Remetemos também essa análise de CUNHA às observações que fizemos anteriormente sobre a maior produtividade da forma *nós* na indeterminação e a menor produtividade de *você* quando o tempo verbal é o *pretérito perfeito* (p. 38).

A título de conclusão de seu trabalho, a autora faz algumas afirmações relevantes:

Confirma-se a hipótese de que fatores intra e extra-lingüísticos (sic) influenciam o processo de indeterminação pronominal.

Os fatores que atuam na escolha do pronome são, primordialmente, os de natureza discursiva, sendo que os fatores sociais ocupam uma posição secundária e os fatores estritamente gramaticais não se mostram relevantes.

Uma vez escolhida a forma (atendendo a condições pragmáticas específicas como o grau de comprometimento com o discurso e as condições interativas) é acionado um mecanismo de repetição, isto é: repete-se uma ou mais vezes a forma escolhida até que o contexto determine o uso de outra.

Quanto ao mecanismo de repetição citado por CUNHA, temos a dizer que, em nossos dados (VARSUL), ele também está presente em grande número de ocorrências. Entretanto, também se encontram trechos em que não há repetições, mas sim diferentes recursos indeterminadores, como se pode verificar nos exemplos (14), (16), (17), (18), (19), (20), (22) e (23), presentes no 2.º capítulo deste trabalho.

Se considerarmos que CUNHA verificou que o pronome *nós* é o mais empregado no pretérito perfeito independentemente do gênero em que o discurso se enquadre, então nos parece que há alguma incoerência em sua afirmação de que os fatores estritamente gramaticais não se mostram relevantes na escolha do pronome.

A autora finaliza seu trabalho dizendo, entre outras coisas, que acredita ter avançado alguns passos na compreensão do uso indeterminado dos pronomes e que tem a impressão de que, *anexando as noções de figura e de fundo e partindo para uma abordagem, ainda que sociolingüística, mais voltada para os elementos interativos da conversação, estaremos perto de caracterizar este tipo de frase intermediário entre a frase impessoal e a de sujeito nítido. (7.)*

Não nos parece adequado CUNHA ter colocado a frase indeterminada como *intermediária* entre a frase impessoal e a de sujeito nítido. Dessa colocação infere-se que na frase impessoal o sujeito seria não-nítido e na indeterminação semi-nítido. Se é impessoal, não há sujeito; portanto, ele não pode ser nem nítido nem não-nítido, nem

tampouco pode ser colocado em uma escala em que se atribui grau de nitidez ao sujeito.

1.3.3 MENON (1994): uma abordagem variacionista

O trabalho de MENON sobre *indeterminação* constitui sua tese de doutorado intitulada *Analyse Sociolinguistique de l'Indetermination du Sujet dans le Portugais Parlé au Brésil, à partir des Données du NURC / SP*. Nesse trabalho, que teve como *corpus* 68 entrevistas do Projeto NURC¹³, ela trata de doze formas de que o falante culto paulistano se serve para indeterminar o sujeito em seus enunciados: *a gente*; *eles*; *eu*; *FNs* (formas nominais); *nós*; *se*; *você*; *vocês*; *VPsA* (voz passiva sem agente); *VPASSINT* (voz passiva sintética); *ØV3PS* (verbo na 3.^a pessoa do singular), *ØV3PP* (verbo na 3.^a pessoa do plural).

Trata-se de um trabalho extenso e minucioso, portanto tivemos que limitar as anotações de nossa leitura aos aspectos que julgamos imprescindíveis à nossa pesquisa. Dessa forma, não comentaremos o primeiro capítulo, *Le Portugais du Brésil*, em que a autora traça um panorama da origem da língua portuguesa, sua implantação e desenvolvimento no Brasil, além de explicações a respeito do Projeto NURC.

O segundo capítulo é uma extensa revisão bibliográfica em que ela analisa, primeiramente, a abordagem que a GT faz do sujeito, tanto antes quanto após a NGB, bem como analisa a própria NGB, nos itens referentes ao sujeito e à indeterminação.

Para exemplificar a posição dos autores pré-NGB, MENON (p. 46-49) analisa o trabalho de PEREIRA (1948), por ter tido mais de uma centena de edições entre 1907 e 1948. Dessa análise, considero relevante destacar a distinção que PEREIRA faz entre sujeito determinado e indeterminado, quando classifica os sujeitos. Ele diz

¹³ Informações obre o Projeto NURC estão na nota n.º 8 (p. 20).

que o sujeito é determinado quando é expresso ou oculto e indeterminado quando não é nem enunciado nem conhecido, o verbo sendo impessoal. Aponta como indeterminado também os sujeitos de verbos meteorológicos, o que evidencia que considera *indeterminação* e *impessoalização* o mesmo fenômeno.

Para explicar e exemplificar a posição da GT em relação ao sujeito e à indeterminação, após a publicação da NGB, MENON analisa cinco obras de quatro autores: BECHARA (1960), (1992); KURY (1985), (1989) e CUNHA & CINTRA (1985).

Dentre as diversas observações de MENON (p. 72) a respeito de BECHARA (1960), destacam-se o fato de ele apresentar a 3.^a pessoa do singular (V3PS) como recurso de indeterminação do sujeito, embora não exemplifique o fenômeno, e sua observação dizendo que não se deve confundir sujeito indeterminado com sujeito oculto. Para MENON, essa observação leva a pensar que realmente deve haver problemas de identificação, por parte dos estudantes, entre os dois tipos de sujeito. MENON observa, também, algo de controverso em relação ao pronome *se* pois, na lição sobre voz passiva sintética, BECHARA trata como apassivador o mesmo *se* já tratado anteriormente, por ele mesmo, como indeterminador. Ao tratar da concordância do verbo com o sujeito, ele diz que se deve prestar particular atenção à concordância do verbo acompanhado do pronome *se* mais sujeito plural posposto, embora não diga nem que se trata de uma construção da voz passiva pronominal nem que os verbos são transitivos diretos. O papel exercido pelo *se*, nessas construções, não é mencionado. Ele apresenta uma listagem, citada e analisada por MENON:

Certo	Errado
Alugam-se casas.	Aluga-se casas.
Fazem-se chaves.	Faz-se chaves.
Consertam-se rádios.	Conserta-se rádios.
Vendem-se apartamentos.	Vende-se apartamentos. (p. 74)

Segundo ela, os exemplos enunciados acima são encontrados habitualmente no comércio, nas placas, nos painéis, nos jornais. A autora observa que, na grande

maioria das vezes, estão escritos conforme a coluna incorreta proposta pelo autor e que este é, provavelmente, um sintoma de que a língua está em processo de mudança. Acrescenta que se deve observar que as construções da lista incorreta já atingiram, em uma certa medida, a escrita formal, mesmo na linguagem de pessoas profundamente implicadas em questões de língua.¹⁴

Uma outra observação de MENON é a respeito de BECHARA afirmar que, nos casos onde o nome plural é precedido de uma preposição, ele não pode ser sujeito, e, portanto, o verbo deve ser posto no singular. Ele dá um exemplo, empregando um verbo transitivo indireto, sem classificá-lo como tal:

Certo	Errado
Precisa-se de empregados	Precisam-se de empregados

E diz que, nesse caso, trata-se de sujeito indeterminado, sendo que o pronome *se* é índice de indeterminação do sujeito.

Para MENON, em BECHARA (1992), o ponto mais interessante é a questão das funções do *se*. O autor recorre a AGUIAR (1942) que traçara um percurso do pronome *se*, demonstrando como se deu a evolução das funções exercidas por esse pronome ao longo dos tempos. Então, para AGUIAR (1942), citado por BECHARA (1992), ambos citados por MENON (1994, p. 76-77), o pronome *se* teria tido uma evolução das suas funções, passando pelas seguintes etapas: 1.^a) pronome reflexivo; 2.^a) pronome apassivador; 3.^a) indeterminador do agente; 4.^a) indeterminador do sujeito de verbos intransitivos; 5.^a) indeterminador do sujeito de qualquer tipo de verbo.

MENON observa que o autor fala, indiferentemente, de sujeito e de agente. De índice de passividade (2.º estado) iria para indeterminador do agente (3.º estado). Em seguida, seria indeterminador do sujeito de verbos intransitivos (4.º estado) e finalmente indeterminador do sujeito de qualquer tipo de verbo. Vê-se, portanto, uma

¹⁴ A esse respeito, ver MENON (1993).

sucessão de transformações e de funções do *se*. Entretanto, AGUIAR afirma que a construção *Vende-se casas* não é a modificação de *Vendem-se casas*: *trata-se simplesmente de dois estágios diferentes da evolução*. (p. 77) Para MENON, parece que há uma contradição nesse tipo de raciocínio.

A respeito de KURY (1985), MENON (p. 78-89) observa que ele analisa o fenômeno da indeterminação em termos de inexistência de referente, com o verbo na 3.^a pessoa do plural e a posição de sujeito vazia: [ØV3PP]. Quando ele diz que esta forma verbal não se refere a nenhum substantivo mencionado anteriormente, entende-se que ele fala da inexistência de um referente anafórico.

Conforme ela também observa, o autor apresenta a estrutura [V3PS+SE] sem mencionar a que tipos de verbo esta forma pode se aplicar; entretanto, os exemplos apresentados são constituídos por meio de verbos intransitivos, com os quais não se coloca em dúvida a existência de sujeito indeterminado, exceto pelos autores que consideram que há uma construção passiva impessoal.

O autor introduz a noção de agente indeterminado. MENON diz que sob a denominação agente indeterminado (que é uma noção semântica e pragmática) se escondem duas funções sintáticas diferentes: o sujeito, na voz ativa, e o agente da passiva, na voz passiva.

MENON observa que ele apresenta incoerência em seus próprios ensinamentos quando, ao dizer para se compararem três tipos de construções (voz ativa, voz passiva com auxiliar e voz passiva com pronome *se*) escreve *compare-se*, quando deveria ter escrito *comparem-se*. (p. 85). Ela também observa que, a respeito das frases *Conserta-se relógios* e *Aluga-se apartamentos*, KURY diz serem construções que contrariam a norma em vigor na boa linguagem literária, mas que há exemplos semelhantes, como em Aluísio de Azevedo: *Como se sentia ainda na indolência da neblina as derradeiras notas da última guitarra da noite antecedente*.

(p. 89) Dessa forma, KURY reconhece haver o uso da estrutura [verbo transitivo direto + se + SN plural] mesmo na linguagem literária.

Segundo MENON (p. 89), KURY (1989) apresenta algumas novidades em relação à indeterminação tal como apresentada na obra de 1985. Destacamos alguns dos fatos observados por ela:

1.^a) Ele afirma que com o verbo *dizer* a indeterminação do sujeito pode ser expressa pela forma *diz que* que equivale a *dizem que*. E exemplifica: *Negrinho do Pastoreio*, / *Ø diz que você acha tudo*. (A. Meyer) (p. 90)

2.^a) Ele busca um exemplo de indeterminação com *se* em Nélida Piñon – *Quando não se é amado, a gente medra* – (p. 90) e declara que nessa frase não há nenhum termo, claro ou elíptico, para exprimir o sujeito que, embora exista, é indeterminado. Reconhece que *a gente* e *se* são equivalentes, mas não reconhece que o *se* possa ser o sujeito indeterminado da frase.

3.^a) Ele reconhece, também, a indeterminação com *nós* e com *tu* ou *você*, e exemplifica com: *Ø Estávamos no início da segunda metade do século passado*. (Afonso Schmidt); e com *Aqui tudo é diferente. Você vê falar em ovelhas e evoca prados relvosos, os brancos carneirinhos redondos de lã*. (Raquel de Queirós) e ainda com *Você atravessa a ponte, Ø pega o caminho da esquerda e depois de andar uns cem metros você chega a uma gruta enorme*. (p. 91-92) A respeito desse último exemplo, ele observa que o uso de *você*, referindo-se a qualquer pessoa, é procedimento usual na linguagem falada.

MENON (p. 93) analisa, ainda, o trabalho de CUNHA & CINTRA (1985), sendo que os aspectos que consideramos mais relevantes de sua análise já constam deste trabalho, no item 1.1.2, quando apresentamos a indeterminação do sujeito segundo esses autores.

Após a revisão bibliográfica, MENON (p. 98), em tópico especial, observa que muitos autores tradicionais dizem que o português antigo apresentava, para a indeterminação do sujeito, a forma *homem*, tendo a mesma origem que a do francês *on*, isto é, a partir do latim (acusativo *hominem*). Ela declara que, segundo estudos de NARO (1976, p. 798), a forma pronominal *se* originou-se na segunda metade do século XVI e que, ao mesmo tempo em que a construção com *se* impessoal se afirma na língua, desaparece a forma *homem*.

Um outro ponto observado por MENON é que, para sua surpresa, as formas *o fulano*, *o sicrano* e *o beltrano* não se mostraram produtivas no *corpus* da sua tese. Parece-lhe que essas formas não pertencem à língua culta nem em sua expressão oral e é possível que isso seja um índice de sua vulgarização, e que, por terem caído na linguagem popular, são marcadas, estigmatizadas; por isso, evitadas na linguagem mais cuidada.

MENON (p. 100) aborda o estruturalismo no Brasil e declara não ser de seu conhecimento a existência de trabalhos estruturalistas sobre indeterminação. A respeito dos gerativistas, ela cita o trabalho de NARO (1976) sobre as construções com *se* para formar as frases passivas sintéticas: aquelas onde o verbo concorda com o sujeito posposto (*se-passivo*) e aquelas onde ele não concorda (*se-impessoal*). O objetivo de NARO é demonstrar uma mudança sintática como um fenômeno de superfície, no estabelecimento de frases reflexivas impessoais em português. O *corpus* é constituído de textos antigos (séculos XIII ao XVII). Segundo ele, as construções com *se-passivo* são mais antigas e as com o *se-impessoal* originaram-se no século XVI. MENON (p. 103) destaca diversos aspectos desse trabalho, sendo que julgamos mais relevantes o fato de NARO dizer que *a gente* não pode ser o sujeito subjacente de *se-impessoal* porque em *a gente* está implícita uma característica de 1.^a pessoa, e o fato de ele dizer que, na língua antiga, o agente introduzido pelas preposições *per*, *por* e *de* poderiam aparecer mesmo em construções com *se-passivo*, sendo que esse agente desapareceu em um momento ainda não detectado com precisão. Já as

construções com *se* com verbos intransitivos aparecem na 2.^a metade do século XVI, assim como as construções impessoais.

Em seguida, MENON (p. 104) analisa o trabalho, também gerativista, de MILANEZ (1982), sendo que os aspectos de sua análise que mais nos interessaram já foram mencionados no item 1.3.1, quando resenhamos o mesmo trabalho.

MENON inicia o terceiro capítulo apresentando estudos realizados sobre a indeterminação do sujeito sob a perspectiva variacionista, em que se destaca o trabalho de KATO & TARALLO (1986) *Anything YOU Can Do in Brazilian Portuguese*. Nesse trabalho, os autores se propõem a descrever uma situação de tensão pronominal no português do Brasil falado em São Paulo. Entre outras coisas, eles dizem que há evidências do desaparecimento do clítico indeterminado *se* *sujeito* no Português do Brasil. Essa forma estaria sendo substituída por *eu*, *nós*, *a gente*, *categoria vazia*. O pronome *você* não é mencionado embora eles digam que seus primeiros resultados evidenciam que *você* é a forma mais favorecida na oralidade; em seguida vêm, ordenadamente, *categoria vazia*, *a gente*, *nós* e *eu*. Além disso, há uma tendência ao apagamento do *se* *pronome reflexivo*. Esses fatos, dizem os autores, fazem parte de um fenômeno mais abrangente do PB: o de rejeição do clítico.

Dentre outros comentários de MENON (p. 114) a respeito desse trabalho, ressaltamos o fato de ela questionar a afirmação dos autores sobre o desaparecimento do *se* na língua falada. Ela declara que, em certos dialetos do PB, de fato ocorreu esse fenômeno; entretanto, acrescenta que seus dados (NURC / SP) apontam para uma utilização estável do *se* na linguagem falada culta, tanto nas faixas etárias como nos tipos de entrevistas.

MENON analisa, também, o trabalho de OMENA (1986) sobre a referência variável de 1.^a pessoa do discurso, no plural. À nossa pesquisa, interessa, principalmente, a constatação de que a forma *a gente* está em vias de perder, em certas circunstâncias, a marca de indeterminação e que uma das provas da migração de *a*

gente para o sistema pronominal, referindo-se à 1.^a pessoa do plural, seria a utilização dessa forma seguida de verbo na 1.^a pessoa do plural, como no exemplo (104) *A gente começamos a bater papo, e a gente começamos a se conhecer.* (p.115)

Para OMENA, ainda citada por MENON (p. 116), a introdução de *a gente* no sistema de pronomes pessoais é uma modificação, entre outras, que está em vias de provocar uma reestruturação do sistema. Como uma das explicações para o movimento de inclusão de *a gente* no sistema pronominal, ela diz que há uma tendência do locutor, sujeito de seu discurso, de centrar o discurso na 1.^a pessoa. Entre outras coisas, afirma que *a gente* tem a preferência para fazer uma referência mais geral, indeterminadora.

A respeito da *variação sintática* no âmbito da teoria laboviana, MENON introduz o assunto dizendo que para que uma forma seja tida como variante de uma variável, ela deve ser intercambiável com uma outra, conservando o mesmo valor referencial.

Acrescenta que o problema de extensão dos procedimentos sociolinguísticos a outros níveis além do fonológico motivou uma ampla discussão depois do trabalho de LAVANDERA (1978), o qual colocou em cheque as afirmações de LABOV sobre *guardar o mesmo valor de verdade* (sobretudo após o estudo de WEINER & LABOV (1977) sobre as passivas).

As divergências entre os autores provocaram uma série de textos, como a réplica de LABOV (1978) a LAVANDERA (1978) ou como ROMAINE (1981), que constitui uma resposta a LABOV e a LAVANDERA. Nessa publicação, ROMAINE sustenta que somente a corrente *funcionalista* de HALIDAY & HASAN poderia dar conta da variação em outros níveis que não o fonológico, o que coloca em cheque as posições de SANKOFF (1973). Além disso, HUDSON (1980) apresenta algumas questões sobre o debate, inclusive a respeito da *noção de equivalência* ou de *valor de verdade*. Como contrários à metodologia variacionista para explicar a variação

sintática, MENON acrescenta ainda outros autores como GARCIA (1985), CHESHIRE (1987) e HASAN (1989).

Nesse debate, cada um defende sua posição teórica para sustentar que ela resolveria melhor o problema da variação em outros níveis que não o fonológico, mas o problema do *valor de verdade* não é ainda esclarecido; cada um se limita a seu campo e não se trata a questão nem suas implicações de forma abrangente. No entanto, depois da resposta de LABOV a LAVANDERA, a sociolinguística quantitativa laboviana passou a empregar a expressão *um mesmo valor referencial*.

MENON apresenta também a posição de KATO e de TARALLO, autores que combinam a teoria dos parâmetros (gerativista) e a sociolinguística quantitativa laboviana, sob o nome de *sociolinguística paramétrica*. Esse modelo tenta combinar a força teórica do modelo gerativo, na versão paramétrica, com a metodologia quantitativa laboviana, que utiliza um modelo estatístico bastante sofisticado, como o VARBRUL¹⁵.

MENON faz diversas observações a respeito de BENTIVOGLIO (1987), das quais destacamos a constatação de que o número de contextos idênticos de ocorrência no nível sintático é bem mais raro do que no nível fonológico, mas que existe um certo número de possibilidades. BENTIVOGLIO acrescenta que se se espera encontrar, em outros níveis de análise, as condições exatamente idênticas às existentes no nível da fonologia, seria melhor renunciar antes de começar a pesquisa. Entretanto, BENTIVOGLIO considera que os estudos variacionistas poderiam trazer muitos esclarecimentos a propósito do funcionamento da língua e, mesmo considerando que os estudos variacionistas em sintaxe são deveras problemáticos, ressalta a importância da contribuição desses estudos para melhor se conhecer a língua que se quer analisar.

¹⁵ Na seção 2.3, apresentamos as características do *Pacote VARBRUL* para microcomputadores.

Por seu turno, MENON considera importante que se façam estudos quantitativos do português para se desfazer uma série de posições equivocadas, provocadas pelas reduções dos conceitos da GT. Para ela, por volta do final dos anos cinqüenta, os autores de manuais de gramática teriam começado um processo que consistiu em reduzir a um mínimo a reflexão sobre os fatos gramaticais e sobre os usos, em nome da simplificação e da facilitação dos estudos aos alunos.

Ela termina sua exposição sobre o assunto dizendo que a indeterminação do sujeito em português constitui um dos casos em que *é possível a equivalência de formas diversas para exprimir o mesmo sentido ou a mesma referência*.

Conforme vimos em 1.1.2, há autores de gramáticas tradicionais que consideram *indeterminação* e *indefinição* um mesmo fenômeno. MENON (p. 130-132) estabelece algumas diferenças entre elas. Ela afirma que, na indeterminação, não se pode ou não se quer nomear o sujeito – na acepção de referente extralingüístico – mas que o referente é conhecido do locutor e, às vezes, do interlocutor também. Acrescenta que, se o locutor quisesse ou se fosse conveniente ou interessante, ele poderia nomeá-lo ou descrevê-lo. Trata-se de um modo de escamotear o sujeito extralingüístico por meio de uma expressão lingüística, em função da situação de comunicação.

Continua sua diferenciação entre os fenômenos em questão, dizendo que o referente de um sujeito indefinido seria *um* entre *outros*, isto é, seria um representante de uma classe de indivíduos, de características idênticas, sendo que qualquer um desses indivíduos poderia preencher a função de representação. Ela busca essa concepção de indefinição em CULIOLI (1983 - 1984 e notas de seminário, 1988 - 1990), que trata esse fenômeno como uma *operação de extração*, em que se toma um dos elementos de um conjunto qualquer. O sujeito indeterminado, por poder ser identificável, não poderia constituir, de forma alguma, um representante de um conjunto.

Ela ressalta o fato de que a indefinição, por meio do *artigo indefinido* junto a um nome, pode se aplicar a qualquer palavra passível de extração, ao passo que a indeterminação se aplica apenas a um pequeno contingente de palavras (possivelmente devido ao traço [+humano]), as quais, recebendo o *artigo definido*, constituiriam não uma locução, mas itens lexicais, com características próprias e que não se confundem com as locuções nominais habituais. Observa que *uma pessoa* e *a pessoa* não se substituem mutuamente porque elas não têm o mesmo sentido. Na locução nominal constituída com o artigo indefinido, é possível inserir outros determinantes. Há até a possibilidade de substituição do artigo indefinido por outro determinante ou quantificador, o que não é o caso de *a pessoa* quando se refere a um sujeito indeterminado, pois se trata de locução fixa, também chamada *forma cristalizada*.

Em uma seção específica sobre o emprego do artigo definido, MENON (p. 132) busca fundamentação em LYONS (1990) para argumentar a favor de se considerar que, em português, existe a possibilidade de utilização das formas nominais, compostas de um artigo definido mais um nome, para indicar um sujeito indeterminado, como no caso de *a pessoa* citado no parágrafo anterior.

MENON (p. 135) apresenta as suas hipóteses sobre a indeterminação do sujeito, sendo uma lingüística e três sociolingüísticas. Como introdução ao assunto, ela afirma que, para exprimir o referente indeterminado, o sujeito sintático se realiza por diferentes meios lingüísticos. Uma vez que a indeterminação é do referente, as *construções passivas sem agente* podem ser incluídas como uma variante. Além disso, ela considera que o sujeito gramatical pode estar *presente ou ausente* na frase e acrescenta que esta tomada de posição se afasta dos conceitos tradicionais de sujeito claro, oculto, indeterminado, segundo suas características expressas pela GT.

A primeira hipótese que ela levanta refere-se aos meios pelos quais o sujeito indeterminado pode ser expresso no português falado no Brasil: haveria mais meios do que os previstos pela GT, tendo em vista as diferenças estabelecidas entre sujeito

categoria sintática e sujeito *referente extralingüístico*, não recuperável pelas desinências verbais. Segundo sua análise, já no capítulo seguinte, essa hipótese se confirma, uma vez que a autora encontrou outros dez recursos de que o falante se serve para indeterminar o sujeito, além dos dois previstos pela GT.

Ela apresenta, também, hipóteses secundárias – que se confirmaram – referentes a quatro das variantes lingüísticas de indeterminação: 1.^a) a forma *a gente* estaria passando por um processo de gramaticalização, tornando-se um pronome, a princípio de caráter genérico, em seguida indeterminado e, mais recentemente, utilizado no lugar das primeiras pessoas, sobretudo do plural; 2.^a) para preencher o vazio deixado pela forma *a gente*, os falantes estariam utilizando a forma *a pessoa* ; 3.^a) o pronome *se* é um sujeito de pleno direito; 4.^a) de forma polida de tratamento (Vossa Mercê) de que é originário, *você* transformou-se em pronome pessoal de segunda pessoa, em concorrência com *tu*, e é, também, um recurso de indeterminação do sujeito.

As hipóteses sociolingüísticas levadas em consideração por MENON (p. 138) referem-se à *idade*, *sexo* e *estilo*.

Em relação à idade, ela afirma que a utilização de diferentes meios de indeterminação do sujeito varia segundo o locutor pertença à primeira, à segunda ou à terceira faixa etária. Na análise dos resultados, confirma-se a variação. Destacamos alguns dos resultados a que MENON chegou analisando as faixas etárias: 1.º) as formas *eu*, *eles* e *você* são utilizadas mais freqüentemente pelos mais jovens de modo muito regular, uma vez que o uso é pequeno na terceira faixa etária, cresce na segunda e atinge grande probabilidade de ocorrência na primeira. Por esse comportamento, a autora as chama de *formas inovadoras*; 2.º) as formas *ØV3PP*, *nós*, *VPASSINT* constituem as *arcaizantes*, pois são mais empregadas pela terceira faixa etária do que pelas outras duas; 3.º) a forma *ØV3PS* está estabilizada na língua já há algum tempo, pois é utilizada pelas três faixas etárias, com um uso um pouco maior pela terceira

faixa. Essa constatação contraria MILANEZ (1982), que a caracteriza como forma nova no PB (português brasileiro).

Além dessas constatações, MENON (p. 299-300) observa que as formas *VPSA*, *você* e *se* apresentam um pico positivo na segunda faixa, o que pode significar que estas formas estão se tornando estáveis na língua, com uma avaliação positiva, uma vez que os falantes da segunda faixa etária ainda se encontram em atividade profissional e têm um forte contato com a variedade padrão da língua. Por outro lado, as formas *a gente* e *FNs* apresentam picos negativos na segunda faixa etária e isso pode significar que há estigmatização dessas formas.

Para a hipótese de a variação ser decorrente do sexo do locutor, MENON (p. 139) afirma que, segundo certos estudos – por exemplo, SMITH (1979) – homens e mulheres utilizam diversamente as formas lingüísticas. Ela verifica se, de acordo com seus dados, as mulheres seriam mais conservadoras conforme se afirma na literatura variacionista. Do lado masculino, ela investiga se é verdadeira a tendência de serem os homens os que estão à frente nas inovações.

Seus resultados apontaram para a confirmação da hipótese de que a indeterminação do sujeito varia conforme o sexo do locutor. Ressalta que as formas com os pesos relativos mais altos em favor das mulheres são: *você*, *a gente*, *eles*, *ØV3PP* e *você*. (p. 294) Ela ressalta que, dessas formas, apenas a *ØV3PP* é reconhecida pela GT como uma das formas de indeterminar o sujeito; as outras são novas. Devido a isso, afirma que as mulheres são as *utilizadoras* ou *veiculadoras* das novas formas. Em relação aos homens, as formas com maior peso relativo são: *eu*, *se*, *VPASSINT* e *FNs*. Ela observou que eles utilizam os recursos mais formais de indeterminação e que a inovação masculina seria o uso de *eu* como modo de indeterminar o sujeito. Segundo ela, desse fato pode-se inferir que eles são mais egocêntricos do que as mulheres, as quais, por seu turno, usam formas mais diluídas ou mais atenuadas como *a gente*. (p. 276) Os resultados apontaram também para uma

realização da indeterminação um pouco maior em locutores homens, uma vez que, no quadro 12 – *distribuição das variantes lingüísticas por sexo* – (p. 274) o peso relativo para os homens ficou em .58 e para as mulheres em .43.

A terceira hipótese sociolingüística refere-se ao estilo; portanto, no trabalho de MENON, ao tipo de entrevista¹⁶. A hipótese formulada é que as formas podem se especializar conforme os tipos de texto e de situação. MENON (p.139) esperava que nas EFs (elocuções com maior grau de formalidade) as formas consideradas mais de acordo com as prescrições normativas seriam mais numerosas que em outros tipos de entrevista. Em contrapartida, ela esperava encontrar uma utilização mais numerosa de FNs nas DIDs e nas D2, devido ao seu caráter mais informal, em que se utilizam as formas mais características da oralidade. A análise dos dados mostrou que realmente houve uma variação de formas conforme o estilo, mas que também há formas que transitam pelos três estilos – [VPSA], [FNs] – (p. 302), sendo estas últimas fortes candidatas a se tornarem estáveis na língua.

MENON (p. 140) fala, também, da variável lingüística (a indeterminação do sujeito) e da metodologia adotada por ela para estabelecer as variantes pelo meio das quais a variável se realiza. Na seleção das variantes, ela considerou como relevantes os seguintes fatores: *a intercambialidade das formas, os pares mínimos, os tempos verbais, os advérbios e as preposições, as completivas, o distanciamento ou destaque do locutor*. Após tratar minuciosamente desses fatores, ela passou ao estudo das variantes: *a gente; eles; eu; FNs; nós; se; você; vocês; VPSA; VPASSINT; V3PS; V3PP*). A respeito dessas formas, ela observou, principalmente, o que dizem os dicionários, as gramáticas e outros estudos e as ocorrências no NURC/SP. Para evitar repetições desnecessárias, não entraremos em detalhes sobre esses aspectos nesta fase do trabalho uma vez que serão retomados no segundo capítulo quando da apresentação

¹⁶ Conforme vimos anteriormente, no projeto NURC há 03 tipos de entrevista: elocuções formais (EFs), diálogos entre informante e documentador (DIDs) e diálogos entre dois informantes (D2).

das variantes com as quais iremos trabalhar e dos fatores relevantes na seleção das mesmas.

O trabalho de MENON revela, ainda, outros aspectos, destacados por ela em sua conclusão, dentre os quais gostaríamos de mencionar sua manifestação a respeito da importância da descrição da língua culta, nos diferentes domínios da gramática, sem a qual o único ponto de referência é a gramática tradicional, que, contendo as prescrições e regras para a língua escrita, não lança luz sobre os fatos da língua oral e nem, certamente, sobre os fatos de variação.

Sabemos que a GT prevê apenas dois modos de indeterminar o sujeito, mas o trabalho de MENON mostra que há uma grande variação nos modos de fazer referência a um referente indeterminado. Ele mostra, também, que algumas dessas formas são muito antigas na língua portuguesa, não somente na língua falada, mas também na literatura. Segundo a autora, isso pode servir para que professores se conscientizem de que certos fatos da língua, que muitas vezes eles nem imaginam existir, são suficientemente antigos na língua escrita, o que reitera sua legitimidade. Além disso, outras formas mais recentes na língua, mas já consolidadas na língua oral culta deveriam ser aceitas na escrita, como todo fenômeno de língua. Entretanto, a inovação nas línguas encontra sempre a reação das forças conservadoras da sociedade, sendo os professores os primeiros a condená-la, pois são os encarregados de transmitir os valores concernentes à correção da linguagem.

A autora destacou, também, que as chamadas *passivas sintéticas* perderam sua característica de passividade, pois as construções com *se* permitem uma interpretação indeterminada. Tendo recebido essa interpretação indeterminada, *se* é o sujeito da frase, interpretado pelos locutores não como passivo, mas como ativo. E considerar o *se* como sujeito não lhe parece um problema sem solução, se se levar em conta o movimento geral da língua no sentido da utilização, cada vez maior, do pronome sujeito antes do verbo. Portanto, o *se* não teria uma utilização diferente de outros

pronomes-sujeito que já perderam o caráter de uso enfático ou contrastivo para se tornarem pronomes-sujeito sempre presentes. Acrescenta que muitos trabalhos, no âmbito da Gramática Gerativa Transformacional, questionam o fato segundo o qual o português seria uma língua de sujeito nulo.

O trabalho de MENON, dadas as suas características descritivas, permite que, além do fenômeno da indeterminação, se investiguem, paralelamente, outros fenômenos. Assim sendo, ela tece comentários a respeito do sistema dos pronomes pessoais, mais especificamente sobre os pronomes de 2.^a pessoa no dialeto culto paulistano. Seus resultados e particularmente o uso de *você* indicam que os paulistanos com 3.^o grau de escolaridade, apesar de, aproximadamente, quinze anos de contato com a língua ensinada na escola, não utilizam jamais o pronome *tu* – o único a ter seu lugar na GT para fazer referência à segunda pessoa. Caso semelhante acontece com o plural *vocês*, pois a forma *vós* não é usada. Disso, ela conclui que os locutores preservam traços de sua comunidade lingüística, malgrado o período passado na escola. Acrescenta que o pronome *você* é uma forma de prestígio porque é utilizado pela classe culta da comunidade paulistana como uma forma historicamente consolidada para fazer referência à segunda pessoa.

Finaliza sua tese, dizendo que seus resultados poderiam balizar as futuras reformulações da gramática, que não se pode ignorar os usos predominantes pela sociedade e que a maior parte do trabalho ainda está por fazer.

1.3.4 A indeterminação do sujeito sob a nossa perspectiva

Conforme já visto até esta fase do trabalho, o fenômeno da indeterminação tem servido de objeto de estudo de trabalhos fundamentados em diferentes abordagens. É preciso esclarecer que daremos à indeterminação uma abordagem variacionista; assim, nos orientaremos pela metodologia quantitativa laboviana,

segundo a qual a língua deve ser estudada em seu contexto social. Além disso, nossa abordagem será fundamentada no trabalho de MENON (1994). Esclarecemos, também, que optamos por esse referencial, pois nossa pretensão maior nesta dissertação se relaciona com a descrição da língua falada. Nesse sentido, dentre os trabalhos que analisamos, o de MENON é o que nos oferece mais subsídios para alcançarmos nosso objetivo. Não desconsideramos a importância de trabalhos discursivos sobre a indeterminação, mesmo porque ela é um fenômeno de natureza semântico-pragmático-discursiva que se manifesta na sintaxe; entretanto, pelo menos neste trabalho, não é nossa intenção nos aprofundarmos nesse tipo de abordagem.

Faz-se necessário esclarecer que estamos chamando de *sujeito indeterminado* a **referência indeterminada do agente** que se manifesta no *agente da passiva* ou no *sujeito sintático* realizado por diferentes recursos lingüísticos. Vejamos o seguinte exemplo retirado de nossos dados:

(002) É nessas danceterias a maioria das vezes, *se* nota, *se* vê. (...) Infelizmente **a gente** vê (...) *você* vê perdidos mesmo. (IRT/03/844;861;866)

O que se observa no exemplo acima é a existência do sujeito sintático, realizado por meio de *se*¹⁷, de **a gente** e de *você*, mas cuja referência é indeterminada, uma vez que o contexto não permite que precisemos quem vê, ou quem nota. Observe-se que o conteúdo dessas formas, neste contexto, é absolutamente generalizador, pois pode-se referir a qualquer um. Dessa forma, sempre que dissermos *sujeito indeterminado*, não estaremos nos referindo ao sujeito sintático, mas ao *referente extralingüístico*.

A indeterminação envolve referência e envolve também contexto. Ela mostra-se dependente desse último, conforme veremos nos exemplos abaixo:

(003) * Pra *você* ir para o tanque Ø lavar roupa é triste. (est) (risos) * O meu serviço é frio. (IRT/01/0019)

¹⁷ Assim como MENON (1994, p. 228) assumimos que o *se* é sujeito sintático de referência indeterminada.

No exemplo (03), verificamos que a informante utiliza *você* para indeterminar o sujeito que, sem dúvida, pode ser preenchido por outros indeterminadores. Possivelmente com o intuito de *destacar-se* no discurso, ela diz *o meu serviço é frio*. Assim, é possível inferir que a informante inclui-se como possível realizadora de *ir para o tanque lavar roupa*, fato que estabelece uma relação entre ela e a referência do sujeito. Entretanto, essa relação não retira o sujeito *você* do domínio da indeterminação.

Observamos que, se retornarmos e substituírmos *você* por *se*, obteremos o mesmo conteúdo indeterminador:

(003b) Pra *se* ir para o tanque lavar roupa é triste. O meu serviço é frio.

Por outro lado, uma substituição por *eu* resultaria em uma interpretação de sujeito determinado, exatamente por causa do contexto. Nesse caso, a interpretação dêitica de *eu* é reiterada na seqüência do enunciado, pelo pronome *meu*. Vejamos:

(003c) Pra *eu* ir para o tanque lavar roupa é triste. O *meu* serviço é frio.

Os casos acima nos dão a noção de que a indeterminação é um fenômeno essencialmente dependente de contexto para a sua realização.

Quando dizemos que, na indeterminação, é impossível recuperar, no contexto, a referência extralingüística do sujeito (embora ela seja conhecida ou inferida pelo falante e, às vezes, pelo ouvinte também), certamente estamos dizendo que na determinação é possível a identificação do referente. Essa oposição *indeterminação / determinação* mostra-se claramente em:

(004) Está feio, nossa mãe, e como está. Está perdido. Infelizmente **a gente** vê, *eu vejo muito da idade da Elaine, da minha irmã, e [da]- da Cláudia que é minha prima. Eu vejo a rapazeada assim, piazadinha, né? Que era amigo delas, hoje Ø vejo só dando risada, eles só- e tudo numa boa assim, sabe?/ (est) você vê perdidos mesmo, né?* (IRT/03/860-867)

No trecho acima, a informante utiliza o indeterminador *a gente* (*a gente* vê) para iniciar sua argumentação a respeito da falta de seriedade da juventude. Ao

exemplificar com fatos concretos essa situação, ela passa seu discurso para o campo da determinação ao usar o pronome *eu* no seu sentido dêitico. Ao terminar a exemplificação, ela retorna à indeterminação, usando o pronome *você* com interpretação generalizada, uma vez que não é o entrevistador quem realiza o verbo *ver* em *você vê perdidos mesmo, né?*

Vimos, nas seções precedentes, que o fenômeno da *indeterminação* tem sido, freqüentemente, confundido com a *indefinição* e, por vezes, com a *impessoalização*; portanto, julgamos procedente esclarecer como serão tratados, uma vez que encontramos ocorrências dos três fenômenos no *corpus* analisado. Ao contrário do exemplo (04), em que a oposição *determinação/ indeterminação* estava bem delimitada, no exemplo (05), abaixo, a diferença entre os fenômenos começa a ficar mais sutil, pois entra em cena um outro fator: a *indefinição*, no caso, expressa por *alguém*. Conforme já visto, a *indefinição* é um fenômeno do domínio da *determinação*, porém, muitas vezes, confundido com a *indeterminação* pois, ao que parece, por vezes esses fenômenos não apresentam fronteiras bem definidas, já que ambos apresentam o efeito de imprecisão. Vejamos:

(005) (...) nessa eleição passada *alguém* me até me incentivou e até fiquei bastante com vontade (...) LDN/01/1221

De acordo com o que vimos em 1.3.3, a referência do sujeito indefinido (no caso do exemplo (05), *alguém*) seria *um* entre *outros*, isto é, o representante de uma classe de indivíduos de características idênticas, sendo que qualquer um deles poderia preencher a função de representação. Já o sujeito indeterminado, por poder ser identificável (o falante ou sabe ou infere quem é), não poderia constituir, de forma alguma, um representante de um conjunto.

Observe-se que a *indeterminação* *generaliza, não discrimina*; enquanto a *indefinição* *discrimina sempre*. Na *indeterminação*, a *generalização* é essencial; na *indefinição*, é apenas uma possibilidade e, mesmo quando ocorre, apresenta-se de forma distinta da *indeterminação*, pois seus recursos implicam sempre um conjunto

finito de elementos, o que dá a idéia de *quantificação*, conforme já tratado por MILANEZ (1982).

Tomemos agora os exemplos:

(006) (...) mas não coisas, assim, [de]- de *você* ficar aí depois, né? até doente muitas vezes *uma pessoa* fica até- né? (IRT/09/904)

(007) O importante é que *a pessoa* tenha fé (...). (IRT/08/468)

Com base em MENON (1994), assumimos que (006) é determinado e (007) indeterminado; pois no primeiro caso (locução nominal constituída com o artigo indefinido) é possível inserir outros determinantes; já no segundo caso não é possível inseri-los sem que se perca o sentido indeterminado, pois trata-se de *locução fixa, forma cristalizada*. No primeiro caso, verifica-se que há quantificação, o que não é o caso do segundo. Assim, construções como:

(008) (...) *um cara* tinha [um]- uma área e queria lotear. LDN/24/964

(009) Eu moro aqui, *um outro* abre uma casa de ferragens ali, não funciona. (LDN/24/1208)

(010) (...) você vai falar com aquela firmeza, como Jesus Cristo falou, pregou, *muitos* não aceitam, né (IRT/20/1166)

serão tratadas como fenômenos do domínio da determinação, pois que são indefinidas e não indeterminadas. Outros exemplos do domínio da indefinição serão vistos quando tratarmos das *exclusões* na seção 2.6.

Quanto à **impessoalização**, cremos que diferenciá-la da indeterminação é mais simples, visto que, enquanto esta última sempre envolve uma referência, a primeira nunca envolve. Observemos:

(011) *Você* planta, às vezes *gia* (...) (LDN/02/1008)

Você planta apresenta o sujeito genérico *você*, que o contexto mostrou não ser o interlocutor e cuja referência não está expressa, mas existe (pode ser o agricultor), localizando-se, portanto, no domínio da indeterminação. Por outro lado, a oração às

vezes *gia*, cujo tipo de construção já foi tratado pelos gramáticos, principalmente antes da NGB, como de sujeito indeterminado, aqui é tida como de *sujeito inexistente*; portanto, não pode ser indeterminado.

Fazemos aqui um parêntese para lembrar que a GT classifica os verbos que indicam fenômenos da natureza como *impessoais* (desde que não estejam em sentido figurado); assim, as orações com esses verbos são tidas como *orações de sujeito inexistente*. Entretanto, no *corpus* de nosso trabalho, encontramos construções com verbos que indicam fenômenos da natureza empregados de forma que parece ser pessoal, sem que tenha havido linguagem figurada. Observemos:

(012) *É, [era<mei->] - [começou]- a hora que eu estava indo pra casa de noite, (est) *ela* começou a nevar, né? aquela hora. (PBR/14/825)

(013) *Um ano, ou *ele* chove muito, ou não chove, ou dá um frio fora [de]- [de]- (...) (IRT/24/194)

No exemplo (12), contrariando a GT, uma possibilidade de interpretação do pronome *ela* é que representaria o realizador do verbo *nevar*, não mencionado no contexto. Entretanto, parece-nos que também é possível que esse *ela* seja uma retomada anafórica de *a hora que eu estava indo para casa*.

Dessa forma, poderíamos interpretar esse caso como sendo uma construção com *tópico*, nos termos tratados por PONTES (1987). Segundo ela, o PB (português brasileiro) apresenta algumas características em comum com línguas de *tópico* e poderia ser considerado uma língua em que tanto a noção de sujeito quanto a de *tópico* são proeminentes. Segundo CHAFE, LI & THOMPSON (citados por PONTES, 1987, p. 13) o que caracteriza o *tópico* nas línguas como o chinês, por exemplo, é *ele estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir*.

Assim, no exemplo de PONTES (1987, p. 13): *Essa bolsa aberta aí, eu podia te roubar a carteira*, o primeiro sintagma nominal (*essa bolsa aberta aí*) lança o *tópico* sobre o qual se faz a seguir um comentário por meio de uma sentença completa, com sujeito e predicado: *eu podia te roubar a carteira*. Pontes afirma que *a relação*

que se estabelece entre o comentário e o tópico é puramente semântica. Não se pode dizer que um elemento da sentença sofreu um deslocamento para a esquerda. Não seria o mesmo caso de eu podia te roubar a carteira dessa bolsa aberta aí.

Retornando ao nosso exemplo (*...a hora que eu estava indo pra casa de noite, (est) ela começou a nevar, né? aquela hora*), o pronome *ela* poderia ser uma retomada de *a hora que eu estava indo para casa*, e esta construção não seria simplesmente uma forma “errada” do adjunto adverbial *na hora em que...*, mas sim o tópico a respeito do qual o falante faz o comentário: *ela começou a nevar*. Da mesma forma, no exemplo (013) (*Um ano, ou ele chove muito, ou não chove, ou dá um frio ...*) *ele* poderia ser uma retomada de *um ano*, que tampouco seria a forma “errada” de *em um ano*, mas sim o tópico a respeito do qual o falante comenta: *ou ele chove muito, ou não chove ou dá um frio...*

Não é nosso objetivo nos aprofundarmos em questões de tópico nem de preenchimento da posição de sujeito com verbos impessoais. De qualquer modo, vemos nesses exemplos verbos ditos *impessoais* antecidos de pronomes pessoais. Em nosso trabalho, esses casos não foram considerados pertencentes ao domínio da *indeterminação* e os citamos aqui a título de exemplificação de que há fatos da língua oral dos quais a GT não dá conta.

Voltando ao conceito de *indeterminação* e sua delimitação em relação a fenômenos com os quais é confundido, julgamos relevante reiterar que a **determinação** encerra a possibilidade de identificação do referente no contexto, ao contrário do que ocorre na **indeterminação**. Na **indefinição** há presença de quantificação, enquanto na **indeterminação** não há. Na **impessoalização**, por não haver sujeito, não há referência; na **indeterminação**, há sempre uma referência possível.

Uma vez já tratados esses aspectos, passaremos ao segundo capítulo, onde serão apresentados o *corpus* com o qual trabalhamos e a metodologia adotada na execução deste trabalho.

2 O CORPUS E A METODOLOGIA

2.1 A caracterização da amostra; o Projeto VARSUL

Tendo em vista nossa intenção de pesquisar a indeterminação do sujeito tal como ela se apresenta na fala no interior paranaense, recorreremos ao banco de dados do Projeto VARSUL – Variação Lingüística Urbana na Região Sul do País – de onde retiramos o material que constitui o *corpus* de nosso trabalho.

Em KNIES & COSTA (1996), vemos que o projeto VARSUL, desenvolvido por professores e alunos das universidades Federal do Paraná, Federal do Rio Grande do Sul, Federal de Santa Catarina e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tem como finalidade trabalhar com as variações lingüísticas da região Sul do Brasil. Para isso, foi constituído um banco de dados, apresentado à comunidade científica em setembro de 1996, com gravações de entrevistas realizadas em doze cidades abrangidas pelo projeto, sendo elas as capitais e mais três cidades do interior de cada estado, representativas de colonização diferenciada: Curitiba, Irati, Londrina e Pato Branco, no Paraná; Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja, no Rio Grande do Sul; e Florianópolis, Lages, Blumenau e Chapecó em Santa Catarina.

As entrevistas, obtidas por um(a) entrevistador(a) junto a informantes selecionados conforme o perfil da amostra, têm em torno de 45 minutos de gravação. A amostra conta, para cada cidade, com um conjunto de 24 entrevistas, correspondendo a 12 perfis — 2 sexos x 3 níveis de escolaridade (primário, ginásial e

2.º grau) x duas faixas etárias (de 25 a 50 anos e mais de 50 anos), sendo que cada perfil é representado por 2 entrevistados.

Dessa forma, o projeto conta com 384 entrevistas, já submetidas à informatização e transcritas em um sistema de 3 linhas (o mesmo adotado pelo Projeto Censo de Variação Lingüística do Rio de Janeiro). Na primeira linha, há o registro da sintaxe real da fala do entrevistado (F), entrevistador (E) ou interveniente (I), as hesitações e interrupções; na segunda, registram-se os aspectos fonéticos variáveis e as pausas; na terceira, há informações sobre a ênfase e a mudança de velocidade na fala e apresenta-se a classificação morfossintática dos itens lexicais.

Na escolha dos informantes, houve o cuidado de se observar alguns critérios. Em relação ao fator etnia, o informante do VARSUL deveria ter, preferencialmente, nascido na localidade e nela morado a maior parte de sua vida; não deveria causar estranheza a outros moradores da região; preferencialmente só deveria falar português (ainda que entendesse outra língua). Em relação ao fator escolaridade, evitou-se, sempre que possível, escolher pessoas que tivessem feito curso supletivo.

Nosso trabalho utiliza a fala de 72 informantes, totalizando 54 horas de gravação, pois tomamos desse banco de dados as entrevistas realizadas em Irati, Londrina e Pato Branco.

Essas cidades são etnicamente diferenciadas, visto que Irati é de colonização eslava; Londrina foi colonizada predominantemente por paulistas e mineiros; Pato Branco, por gaúchos e catarinense descendentes de gaúchos, responsáveis pela ocupação do território do sudoeste do Paraná. Assim, cremos que o *corpus* de nosso trabalho constitui material etnicamente significativo.

2.2 As etapas

Conforme já visto anteriormente, adotamos neste trabalho a metodologia quantitativa laboviana. Como as entrevistas utilizadas são do projeto VARSUL, o trabalho de coleta de dados e transcrição não foi realizado por nós.

Após o estudo da bibliografia referente à indeterminação do sujeito, passamos à redação preliminar do primeiro capítulo em que constam diferentes abordagens do fenômeno em estudo, feitas por gramáticos e lingüistas conceituados, bem como o nosso olhar sobre o assunto. A seguir, passamos à seleção dos dados. Para isso, procedemos à leitura das entrevistas e os casos de indeterminação foram transcritos em arquivo próprio.

Todas as ocorrências de sujeito com referência indeterminada foram codificadas de acordo com os fatores relacionados às hipóteses levantadas na seção 2.4. São eles: *os diversos recursos de indeterminação do sujeito, os tempos e modos verbais, faixa etária, sexo e escolaridade do informante e localidade*. Na etapa seguinte, esses dados foram submetidos ao conjunto de programas estatísticos VARBRUL, que nos forneceu os resultados para análise e comprovação ou não das hipóteses formuladas.

2.3 O Pacote VARBRUL para microcomputadores

Segundo SCHERRE (1993, p. 01), *os programas VARBRUL foram desenvolvidos com o objetivo de implementar modelos matemáticos que procuram dar tratamento estatístico adequado a dados lingüísticos variáveis, analisados sob a perspectiva da teoria da variação lingüística laboviana*. Esses programas, em número de dez, quantificam os dados recebidos e fornecem resultados estatísticos para que o pesquisador os interprete.

Os nossos dados foram submetidos inicialmente ao programa CHEKTOK, em que se detectam alguns tipos de erros cometidos na codificação dos dados, como por exemplo, a digitação de um código não previsto ou a inversão na ordem dos códigos. A seguir, utilizamos o READTOK, que recebe os dados corrigidos e gera o chamado *arquivo de ocorrência*. Na sequência, submetemos os dados ao MAKECELL (também chamado MAKE3000) que pode trabalhar com até nove variantes e fornece resultados em percentuais. Ele recebe os dados do *arquivo de ocorrência* e os do *arquivo de condições* (o qual contém as especificações apropriadas para a rodada que se quer fazer) e gera um *arquivo de células* com dados já preparados para serem utilizados por diferentes programas de análise. Em nosso caso, utilizamos o TVARB, programa adequado para ser usado com três variantes na variável dependente, quando analisamos os fatores *escolaridade* e *localidade*; quando analisamos os fatores *sexo* e *faixa etária*, usamos o IVARB (também chamado VARB2000), programa adequado para análise binária (tanto o TVARB quanto o IVARB atribuem peso relativo às variantes do fenômeno lingüístico). Utilizamos também o CROSSTAB quando os dados indicaram que seria adequado fazer o cruzamento das percentagens atribuídas aos fatores *sexo* e *faixa etária* para verificarmos se havia interferência entre esses fatores.

2.4 As hipóteses

2.4.1 As hipóteses de natureza lingüística

A revisão bibliográfica mostrou que a GT prevê apenas duas estratégias para expressar a indeterminação do sujeito: com o verbo na terceira pessoa do plural, sem sujeito expresso; com o verbo (intransitivo ou transitivo indireto) na terceira pessoa do singular, acompanhado do pronome *se*. Entretanto, trabalhos realizados com a língua falada nas cidades de São Paulo (MILANEZ, 1982), (MENON, 1994), Rio de Janeiro

(CUNHA, 1993) e nas capitais do Sul (SETTI, 1997)¹⁸ mostram que os falantes dessas cidades têm utilizado outros recursos, além dos previstos pela GT, para indeterminar o sujeito. Assim, nossa expectativa primeira é de que, no interior paranaense¹⁹, mais especificamente em Irati, Londrina e Pato Branco, também se indetermine o sujeito com diferentes recursos além dos previstos pela gramática tradicional.

Nossa segunda hipótese lingüística refere-se a tempos e modos verbais. No primeiro capítulo, vimos que o tempo presente do indicativo tem sido apontado como característico da indeterminação do sujeito devido à *atemporalidade* que ele sugere. Embora não tenhamos usado como fator condicionante os gêneros discursivos, uma análise preliminar nos mostrou que, nas entrevistas do VARSUL, freqüentemente, o informante recorre à narração para atender ao entrevistador que, invariavelmente, o questiona sobre sua infância, costumes de uma época já passada, formação da cidade, conforme também constatado por SETTI (1997, p. 22). Devido a isso, utiliza com freqüência os tempos e modos do passado. Segundo PERRONI (1992, p. 19-23), a questão da *temporalidade* é fator essencial na construção do texto narrativo e o *tempo perfeito* é um dos critérios lingüísticos de identificação de um texto como narrativo. Assim, nosso objetivo é testar se, em nossos dados, o tempo presente mantém-se como o mais produtivo para a indeterminação ou se esta posição é ocupada por tempos do passado, amplamente empregados nas entrevistas do VARSUL.

¹⁸ SETTI (1997), em trabalho (dissertação de mestrado) a respeito da indeterminação do sujeito em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, utiliza um *corpus* constituído de 72 entrevistas, com aproximadamente 45 minutos de gravação cada uma, também pertencente ao projeto VARSUL. A tônica desse trabalho é a descrição dos recursos de indeterminação da referência do sujeito no português falado nas três capitais do Sul.

¹⁹ Esclarecemos que estamos utilizando o termo *interior* com o sentido de *toda a extensão do estado exceto a capital*, e não com o sentido, bem difundido no Paraná, de *região rural, pequenas comunidades*. No caso específico do VARSUL, *interior* se refere às cidades-alvo (Irati, Londrina e Pato Branco), correspondentes à ocupação étnica diferenciada.

2.4.2 Hipóteses sociolingüísticas

As hipóteses de natureza sociolingüística deste trabalho relacionam-se aos fatores sociolingüísticos já previstos no projeto VARSUL: *escolaridade, faixa etária, localidade e sexo*.

2.4.2.1 Escolaridade

Embora reconheçamos que o contato com a língua padrão não se faz exclusivamente através da escola (haja vista os autodidatas, os leitores da Bíblia com pouca escolaridade), nossa hipótese é que a escola, por propor um ensino de língua fundamentado na gramática tradicional, propiciaria aos alunos a aprendizagem das formas canônicas da indeterminação do sujeito. Desse modo, esperamos que os informantes com maior grau de escolaridade (2.º grau), ou com o nível ginásial e pertencentes à 2.ª faixa etária (mais velhos), utilizem mais as formas de indeterminação previstas pela GT (ØV3PP e ØV3+SE). Estabelecemos essa diferenciação por faixa etária no nível ginásial tendo em vista que, até o final dos anos sessenta, para ingressarem no ginásio, os alunos se submetiam a um exame de admissão. Devido a esse exame, que excluía os menos preparados, pode-se supor que informantes mais velhos com ginásio tenham um desempenho lingüístico mais próximo do padrão do que os mais jovens com o mesmo nível de escolaridade, já que estes, devido a mudanças no sistema educacional, não precisaram se submeter a nenhum tipo de seleção formal para ingressarem na 5.ª série do 1.º grau (equivalente à 1.ª série do ginásio).

Nossa segunda hipótese relacionada à escolaridade refere-se à forma *VPASSINT* (voz passiva sintética) com concordância no plural, considerada por MENON (1994 : 248) o meio mais formal de indeterminação do sujeito. Seu trabalho mostrou que essa forma não é produtiva na língua falada por pessoas cultas (com 3.º

grau) de São Paulo: em 8.150 casos de indeterminação, houve apenas 35 ocorrências de VPASSINT contra 101 casos de construções com *se* sem concordância. Nossa hipótese é de que, em nossos dados, a VPASSINT seja ainda menos produtiva do que foi em São Paulo, devido ao nível de escolaridade dos informantes do VARSUL (2.º grau, no máximo). Esperamos também que, caso haja ocorrências dessa forma em nossos dados, elas se dêem mais na fala dos informantes que tenham o segundo grau de escolaridade, ou dos que tenham o nível ginásial, mas que pertençam à segunda faixa etária (mais velhos) do que na fala dos que têm o nível primário ou dos mais jovens com nível ginásial.

2.4.2.2 Faixa Etária

Ao descrever a indeterminação do sujeito em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre, SETTI (1997, p. 87, 88), tomando como referência o total de ocorrências das três cidades, constatou que as formas *você* e *FNs* aparecem com maior frequência na fala de pessoas mais jovens. Constatou, também, que as variantes *nós* e *VPSA* são mais usadas por falantes com mais de 50 anos do que pelos mais jovens. Queremos testar a hipótese de que, no interior paranaense, esses usos se repetem.

2.4.2.3 Localidade

A cidade de Pato Branco, constante da amostra de nossa pesquisa, foi colonizada essencialmente por gaúchos e catarinenses, veiculadores da forma *tu* como expressão da segunda pessoa do singular. Levando em consideração que, em certas situações, os migrantes conservam traços lingüísticos de sua comunidade de origem, supomos que encontraremos o uso de *tu* como recurso de indeterminação do sujeito, na fala dos informantes dessa cidade. Em Irati, cidade plurilíngüe colonizada principalmente por eslavos, e em Londrina, colonizada por paulistas e mineiros, os

quais não têm tradição no uso de *tu*, supomos que se use exclusivamente a forma de segunda pessoa *você*.

2.4.2.4 Sexo

Diversos estudos têm demonstrado que o fator *sexo* tem influência no comportamento lingüístico das pessoas. LABOV (1990), citado por LOPES (1995, p. 19-20), aponta, como resultado de inúmeros trabalhos, para a preferência que as mulheres têm pelas formas de prestígio, em um processo de variação estável. Entretanto, também considera que, em casos de mudança lingüística, elas seriam inovadoras pois introduziriam a variante não-padrão. Para ele, esse comportamento lingüístico de homens e mulheres varia nas diversas segmentações da sociedade, o que evidencia a necessidade de se considerar a interação entre sexo e outros fatores sociais.

No caso específico da indeterminação do sujeito, o trabalho de CUNHA (1993, 6.4) indica que o fator sexo influencia a escolha dos recursos, porém não age isoladamente, pois há influência de outros fatores como o tipo de elocução e a faixa etária. O trabalho de MENON (1994, 273-277) também apresenta a influência do sexo na indeterminação. Dentre seus resultados, destacamos: os homens indeterminam mais do que as mulheres; são mais conservadores do que elas pois empregam mais os recursos *se* e *VPASSINT*. A única inovação masculina seria o maior emprego de *eu*, o que lhes confere a característica de portadores de um discurso indeterminado mais egocêntrico do que o das mulheres. Elas, ao contrário, usam mais as formas mais diluídas, como *a gente*, e formas de maior exclusão do *eu*, como *vocês* e *eles*. MENON também observa que há influência dos fatores *faixa etária* e *estilo* quando da interação com o fator *sexo*.

Quanto ao nosso trabalho, não temos uma hipótese bem específica para a variante *sexo* na indeterminação do sujeito, mas esperamos encontrar diferenças entre

o comportamento de homens e de mulheres frente ao fenômeno, quer na frequência com que o empregam, quer na escolha de um ou de outro recurso que o expresse.

2.5 Condicionamentos lingüísticos na seleção dos dados

Levando sempre em conta que o objeto de nosso estudo é a indeterminação da referência do sujeito e que esse é um fato da língua passível de ser expresso por diferentes recursos lingüísticos - as variantes - tivemos que, inicialmente, selecionar os casos de sujeito de referência indeterminada. Conforme a revisão bibliográfica nos mostra, nem sempre é simples a identificação imediata do sujeito indeterminado. Por isso, servimo-nos do referencial teórico proposto por MENON (1994, p. 141-189), em que ela estabelece uma série de condicionamentos lingüísticos para o fenômeno da indeterminação e que, para nós, foram de grande valia quando tivemos que classificar como indeterminada ou não a referência do sujeito. Esses critérios são os seguintes: a *intercambialidade das formas*, os *pares mínimos*, os *tempos verbais*, os *advérbios* e as *preposições*, as *completivas*, o *afastamento do locutor*.

2.5.1 A intercambialidade das formas

MENON (1994, p. 143-155) argumenta em favor de se considerar a possibilidade de o mesmo conteúdo ser expresso por meio de diversas formas. Ela sustenta sua argumentação, basicamente, com a análise de casos de indeterminação e com trabalhos de outros treze autores sobre *as diversas formas de se dizer uma mesma coisa*, dentre os quais destacamos DECAT (1987) e MANDRIK & FARACO (1980).

Para DECAT (1987, p. 127, citado por MENON, 1994, p. 146), as ocorrências de indeterminação encontradas no *corpus* de seu trabalho poderiam perfeitamente ser

substituídas por qualquer uma das outras formas de indeterminação sem que a significação da frase fosse alterada.

MANDRIK & FARACO (1980, p. 66-67, citados por MENON, p. 143) tratam da correspondência entre construções ativas, construções passivas e nominalizações e exemplificam:

[...]

A prefeitura planejou um novo bairro industrial. [...]

O conteúdo que está na frase 2 pode ser expresso por meio de outras estruturas da língua (a língua possui uma organização muito flexível, como veremos no capítulo 8):

Um novo bairro industrial foi planejado pela prefeitura.

O planejamento de um novo bairro industrial pela prefeitura...(p. 66-67)

MENON acrescenta que os autores defendem que *o mesmo conteúdo básico é expresso pelas três ocorrências, apesar das diferenças de construção.*

MILANEZ (1982, p. 28), em seu trabalho gerativista, fala de substituição de formas de indeterminação sem que se altere o conteúdo. Um exemplo que nos parece pertinente dá-se quando ela substitui por *se* o pronome *eu*. Vejamos:

(16) “Mas se a gente está num nível de vida em que a preocupação principal é se manter vivo, qualquer atividade vai estar relacionada com esta preocupação. Então a arte surge não em função de uma necessidade de embelezar o ambiente em que eu vivo, uma necessidade estética de ver coisas bonitas. Mas unicamente em função d’eu assegurar a caça e continuar podendo comer e me manter vivo.” (EF 405).

Trata-se de uma conferência sobre a arte na Pré-História. Sem dúvida, o uso do pronome *eu* transcende aí a unicidade da 1ª pessoa, uma vez que não se refere a uma experiência *pessoal* do falante, mas da mesma forma que o pronome *você* no ex. (15) ilustra uma situação *hipotética*, em que qualquer pessoa poderia se encontrar.

Nesse sentido, todas as suas ocorrências poderiam ser substituídas pelo pronome *se*, sem alteração de sentido na sentença:

(16 a) Então a arte surge não em função de uma necessidade de embelezar o ambiente em que *se* vive (...) Mas unicamente em função de *se* assegurar a caça e continuar podendo comer e *se* manter vivo.

MENON (1994, p. 149; 163) sustenta que o tempo verbal constitui uma espécie de restrição para a intercambialidade das formas. Enquanto o tempo presente do indicativo favoreceria a interpretação indeterminada dos enunciados, o contrário

ocorreria com o pretérito perfeito. Na seção 2.5.3, esta questão será tratada com maiores detalhes.

MENON declara que o *se* parece ser o único a substituir todas as outras formas de indeterminação, e que, por sua natureza, também teria características limitadoras que impediriam a substituição em todos os contextos possíveis, mas que sua capacidade de se intercambiar em grande número de situações lhe confere um estatuto especial. Devido a isso, ela o adotou como fio condutor ao fazer a prova de substituição e diz que onde ele pode ser empregado no lugar de uma das outras formas, sem dúvida essa forma pode ser considerada como uma das variantes da indeterminação do sujeito em português.

Afirma também que, para estar mais em conformidade com a metodologia laboviana, seriam precisos contextos exatamente idênticos para demonstrar a intercambialidade das formas, os quais constituiriam os *pares mínimos*. Acrescenta que, ainda que as formas não constituam sempre pares mínimos, a intercambialidade é um processo muito freqüente para ser ignorado.

Vejamos alguns casos em que se processa a intercambialidade das formas em contextos não idênticos, presentes no *corpus* deste trabalho:

o pessoal x ØV3PP x a gente x ØV3PS x você

(14) (...) a poupança **o pessoal** fica entusiasmado e Ø **começam** a vender as coisas de novo e colocar na poupança. (est) que nem Ø **fizeram** [com o]- no tempo do Collor, né? E quando **a gente** vê, acontece tudo de novo. Por isso Ø **tem** que estar sempre com [o pé]- o pé atrás, né? Com tudo que **você** faz (est) e Ø **saber economizar** (...) (PBR/4/0942-0948)

tu x você

(15) (...) às vezes tu vais numa loja, tal, se **você** é bem atendido, **você** volta (...) (LDN/17/0395)

a gente x você

(16) (...) quando eu era criança, **a gente**, assim, via mais os poloneses na igreja. Aquela coisa, ajudando, aquela coisa. *Hoje em dia **você** vai, já não é mais só os poloneses. (IRT/10/638)

VPSA X ØV3PS

(17) (...) foi **dragado** Ø já esse rio (...) Ø **tinha** que estar dragando (...) (IRT/13/0039; 0043)

2.5.2 Pares mínimos

Uma das principais características da pesquisa variacionista é o estabelecimento das variantes de uma variável, conforme ensina TARALLO (1997, cap. 3). Não é comum em sintaxe, mas eventualmente encontram-se *variantes que se substituem no mesmo contexto, sem alteração do conteúdo da frase*, as quais MENON (1994) denominou *pares mínimos*. Assim como ela, também fizemos uma busca de pares mínimos para melhor caracterizarmos a indeterminação do sujeito como um fenômeno de variação. Vejamos alguns exemplos:

a gente x o pessoal

(18) (...) alguma forma [que] – que (hes) **a gente** consiga oportunidade de emprego, que **o pessoal** consiga pra sozinho sobreviver (...) (IRT/5/1067)

ØV3PP x VPSA

(19) (...) até que Ø **mudaram** ela de sala, não eu. Quem foi **mudada** foi ela. (IRT/3/166)

a gente x você

(20) E aquela tensão, **a gente às vezes até tinha medo, né?** *[De]- de certos [pes]- professores, assim que **você tinha medo até, né ?** (IRT/10/028)

se x a gente

(21) É nessas danceterias a maioria das vezes, **se nota, se vê** (...) Infelizmente **a gente vê**. (IRT/03/0844/ 0861)

ØV3PS x ØV3PP

(22) (...) por causa que quando Ø **fala** em adventista do sétimo dia, já Ø **falam** assim: (...) (PBR/08/977)

ØV3PS x se

(23) (...) aqui era tudo banhado pra Ø caçar rã, a gente caça rã, (est) lá onde que está (...) tudo isso daqui, até lá na baixada se caçava rã (...) (PBR/24/495)

No exemplo (23), vemos que é perfeitamente possível preencher com o indeterminador *se* o vazio existente entre a preposição “*pra*” e o verbo no infinitivo *caçar* (*aqui era tudo banhado pra (se) caçar rã*). Quanto à oração seguinte (*a gente caça rã*), não a incluímos no domínio da indeterminação, tendo em vista a possibilidade de o referente do sujeito *a gente* ser o próprio enunciador. Um dos indicativos dessa possível mudança do domínio da indeterminação para o da determinação (com posterior volta à indeterminação) é a mudança do tempo verbal ocorrida no discurso, muito embora o verbo da oração *a gente caça rã* esteja no presente do indicativo, o tempo mais adequado para indeterminar. Conforme será melhor exemplificado na seção 2.5.5, uma das estratégias de que o falante se vale para transitar da determinação para a indeterminação e vice-versa é a *mudança do tempo verbal*.

2.5.3. Os tempos verbais

Há tempos verbais que propiciam a indeterminação do sujeito. É o caso, por exemplo, do *presente do indicativo*. MENON (1994, p. 163-171) afirma que o presente do indicativo tem valor aspectual neutro, pois denota uma ação sem fazer referência à sua duração e é utilizado para indicar fatos habituais. Essa característica *atemporal* propicia uma interpretação indeterminada dos enunciados. A pertinência dessa informação se verifica ao levarmos em consideração que, em um universo de 8.150 ocorrências de sujeito indeterminado encontradas por MENON, 4.822 ocorreram com o verbo no tempo presente do indicativo, o que representa 59,1% contra 40,9% distribuídos entre todos os outros tempos verbais.

Em nosso trabalho, verificamos que a questão dos tempos verbais apresentou-se de forma análoga à de MENON. Tivemos 6.826 ocorrências de indeterminação, das quais 3.774 (55,3%) apresentaram-se com o presente do indicativo contra 3.052 (44,7%) para todos os demais tempos. Mais detalhes sobre os tempos verbais serão vistos na análise dos resultados no próximo capítulo.

Certamente, o fato de a indeterminação apresentar-se predominantemente com o verbo no presente do indicativo não significa exclusão de outros tempos, o que exige especial atenção na triagem dos dados uma vez que, nos casos em que o tempo é outro que não o presente, a indeterminação vai depender, necessariamente, de outros fatores como, por exemplo, do contexto de indeterminação ou do conteúdo hipotético. Assim, o pretérito perfeito, por exemplo, ocorre se o contexto for de indeterminação. Vejamos alguns dados com todos os tempos verbais em que o fenômeno ocorreu no *corpus* analisado:

Presente do Indicativo

(24) (...) porque às vezes a gente **julga** mal a pessoa (...) (PBR/05/0088)

(25) **Dizem** que é calma, totalmente calma (...) (LDN/01/0974)

(26) Você **tem** um compromisso acima de tudo. (IRT/03/0557)

Pretérito Perfeito

(27) **É** **trabalhou** tem, não **trabalhou** dança (...) (LDN/24/419)

O exemplo (27) está no pretérito perfeito, tempo pouco propício à indeterminação, porém tem o caráter genérico dos ditados, o que favorece uma interpretação de sujeito indeterminado.

(28) Quando **viram**, a coitada trabalhou três anos a mais. (LDN/02/1297)

Caracterizamos o exemplo (28) como de sujeito indeterminado, pois não encontramos no texto em que essa frase se insere nenhum elemento ao qual o vazio que antecede *viram* pudesse se referir.

Pretérito Imperfeito do Indicativo

(29) (...) como a gente **sabia** bem o português, você **sabia** fazer uma redação, você **sabia** escrever bem, você **fazia** caligrafia, quer dizer, eu acho que era mais- era- [dava]- **dava-se** mais atenção [a]- a problemas e coisas básicas (...) (IRT/05/0095)

Nas entrevistas do VARSUL, o informante é convidado a falar sobre sua infância, sobre a época em que estudava. No exemplo (29), o emprego do pretérito imperfeito se dá para que os fatos que usualmente ocorriam pudessem ser relatados com a idéia de continuidade no passado.

Futuro do Pretérito

(30) (...) eles **poderiam** precisar da pessoa dentro daquele horário. (IRT/08/0118)

(31) A pessoa não ("lhe") estaria à disposição. (IRT/08/0120)

Os dois exemplos com futuro do pretérito indicam apenas uma *possibilidade* e não um *acontecimento de fato*, o que confere ao discurso um caráter impreciso e favorece a interpretação do sujeito como indeterminado.

Presente do Subjuntivo

(32) Muitas vezes a gente [tem que] – [tem que] – tem que dar uma gorjeta, uma coisa pra você conseguir [que] que **trabalhem** mais rápido. (IRT/05/431)

(33) Mas tem coisa que você por mais que você **queira** perdoar, mas não dá, é difícil. (IRT/06/217)

O presente do subjuntivo, com pouca frequência nos dados (fato que não nos surpreendeu, pois são dados de língua oral), é um tempo adequado para indicar *possibilidade*, *hipótese*, assim como os demais tempos do subjuntivo. Pudemos ver essas características nos exemplos (32) e (33), acima.

Futuro do Subjuntivo

(34) (...) ele faliu também, né? se Ø não **souber** mexer com o negócio mesmo, né? (LDN/02/916)

No exemplo (34), após contar o caso da falência do avô comerciante, retomado no fragmento acima pelo pronome determinado *ele*, o informante produz o enunciado *se não **souber** mexer com o negócio mesmo, né?* em que atribui uma causa

à falência não só do avô, mas à de quem quer que seja. O que se observa neste enunciado é que o informante, ao usar o *se* condicional e mudar o tempo verbal para o subjuntivo, atribui ao discurso uma característica de hipótese, o que é campo propício para a indeterminação. Outros exemplos de caráter hipotético com verbo no subjuntivo são os de número (35), (36) e (37).

(35) (...) só que se você **fizer** um teste com ela (...) (PBR/03/255)

Imperfeito do Subjuntivo

(36) Então, se você fosse num outro lugar e Ø **fizesse** (...) (PBR/03/305)

(37) (...) o que você **lembrasse**, alguma redação também. (IRT/05/179)

Infinitivo

(38) Você é fácil de você **conseguir** é informações e tudo. (IRT/05/649)

(39) Em vez de eles **fazerem** esgoto onde não tinha (...) (IRT/01/0145)

Casos como os de (38) e (39), em que o infinitivo se apresenta precedido de preposição e de sujeito expreso, também se fizeram presentes em nossos dados. Em (38) há uma *exemplificação*, fato recorrente na indeterminação com *você*, e em (39) a referência de *eles* não pode ser recuperada no contexto maior.

Gerúndio

(40) É só você **trabalhando** (...) (IRT/03/0407)

(41) Você **lidando** com as pessoas (...) (IRT/03/0298)

Embora com pouca frequência, o gerúndio se fez presente. Sua característica de continuidade pode ser vista em (40) e (41).

Imperativo

(42) (...) você pode ir no primeiro dia, daí enche de gente, sabe? Mas depois também, **esqueça**. (IRT/02/801)

(43) Quando eu acho que deve-se primeiro analisar, Ø **analisem** primeiro, Ø **vejam**, Ø **verifiquem** (IRT/11/371)

O imperativo é pouco empregado no *corpus*, provavelmente devido ao estilo das entrevistas, em que o informante procura responder às perguntas feitas pelo entrevistador. Esse modo verbal pode ser visto em situação de exemplificação em (42); e de desfocalização do sujeito, em que se realça a ação verbal em detrimento do agente, no exemplo (43).

2.5.4 Ditados, verdades gerais ou eternas

Um dos recursos de que o falante se vale para sustentar sua argumentação é a citação de ditados, os quais encerram as ditas verdades gerais ou eternas. Dado que os ditados apresentam a característica de generalização não é problemática a constatação de seu caráter indeterminador; além do que, há um outro fator que facilita essa constatação: nos ditados, o tempo verbal predominante é o presente do indicativo. Vejamos alguns exemplos:

(44) (...) daí eu saí dali e fui trabalhar, **que a gente tem que passar, outro não passa**. (PBR/15//461)

(45) (...) **não é flor que se cheire**, não adianta contar diferente (...) (IRT/23/1287)

2.5.5 Mudança de tempo verbal

Os dados mostram que a mudança de tempo verbal no discurso pode ser uma estratégia do falante para indicar a oposição entre situação real e situação hipotética. Nesse sentido, a mudança de tempo indica também a oposição *determinação /*

indeterminação, o que constitui um dado relevante quando se trata de localizar as ocorrências de indeterminação. Vejamos:

(46) Era gostosa e difícil, né? *porque no sítio Ø trabalha muito, né? *Então a gente tem que ajudar bastante, né? (est) *Porque tem criação, né? tem que trabalhar na roça, às vezes a hora que chega em casa tem que cuidar das criações né? ajudar o pai e a mãe, mas tive muito prazer também, sabe?* (LDN/02/0005)

Analisando-se o exemplo (46), percebe-se que o informante, após falar sobre como era sua vida no sítio, no passado (*Era gostosa e difícil*) generaliza a referência de *tem que ajudar; chega em casa; tem que cuidar; ajudar*. Para conseguir esse efeito, usa o tempo presente do indicativo. Quando resolve inserir-se como sujeito do discurso, excluindo "os demais" que têm as mesmas funções que ele tinha no sítio, utiliza a estratégia de usar a primeira pessoa do singular e de mudar o tempo verbal para o pretérito perfeito (*tive muito prazer*).

2.5.6 Advérbios e preposições

MENON (1994, p. 175) declara que, para efeito de triagem dos dados em seu trabalho, considerou que certas preposições, assim como certos advérbios, caracterizariam a indeterminação do sujeito. Segundo ela, entre os advérbios, há sobretudo os terminados em *-mente*, que são bastante empregados e que remetem a situações que se sucedem com uma certa frequência (*geralmente, normalmente*), bem como marcam a intensidade das ocorrências (*frequentemente, repetidamente*). Há outros advérbios como *hoje (em dia), agora, amanhã, antigamente*, que marcam as oposições no tempo. Há outros ainda que indicam a repetição de um fato: *toda vez que, todo fim de ano, às vezes, sempre* e são igualmente numerosos no *corpus*. Ela referiu-se também a locuções adverbiais que ela chama de *localizadores espaço-temporais*, os quais têm propriedades de situar o fato no tempo ou no espaço. Essa localização afastada do locutor descarta a possibilidade de interpretação pessoal das formas de indeterminação. Vejamos alguns exemplos de nossos dados:

(47) Então <aque->²⁰ **naquele tempo** se comprava em saca, né? (PBR/17/0196)

(48) Então, **antigamente**, a gente quando assumia um cargo [no]- setor público, por exemplo (...) (LDN/24/0785)

Quanto às *preposições*, vemos em MENON (p. 180) que a presença de variantes da indeterminação após preposições é bastante freqüente. A autora ressalta que elas parecem exercer um papel muito interessante nas construções que exigem o infinitivo, questionando se o infinitivo seria impessoal ou se já seria pessoal. Seus dados revelam que isso pode ser uma evolução no preenchimento da posição de sujeito, pois a frase construída por meio de preposição seguida de infinitivo apresenta cada vez mais um sujeito expresso, o que estaria provocando uma mudança no infinitivo, que de impessoal passaria a pessoal.

Vejamos exemplos com a variante *se* precedida de preposição:

(49) (...) dá pra **se dizer** se o povo se conscientizar (...) (PBR/17/0887)

(50) Qualquer tipo [de]- [de]- o investimento de pessoas de pessoas (inint) em termos disso, né? **de se viver**. (PBR/24/925)

De acordo com a GT, não haveria *se* nas construções como as dos exemplos acima; entretanto, constatamos seu emprego no *corpus*.

2.5.7 Completivas

MENON (1994, p.183) apresenta como condicionamento na indeterminação do sujeito as construções gramaticais que apresentam um sujeito constituído de uma oração reduzida de infinitivo posposta ao predicado e orações que constituem o complemento. Seus dados mostram que há bastante vitalidade na construção dessas orações, porém com sujeito do verbo do infinitivo, o que contraria a GT, que prevê

²⁰ No VARSUL, palavras interrompidas ou incompletas estão registradas seguidas de hífen, entre colchetes angulados: <...->

para essas construções gramaticais um sujeito constituído tão somente de um verbo no infinitivo impessoal.

O que se observa, portanto, é o uso de construções com infinitivo pessoal e, de acordo com a possibilidade ou impossibilidade de identificação do referente do sujeito, podemos caracterizá-lo como determinado ou indeterminado. Vejamos alguns exemplos de construções com o verbo no infinitivo e sujeito indeterminado:

(51) É difícil **você agüentar** um estudo lá porque eu (...) (IRT/22/1127)

(52) Mas Ø tem que aproveitar o inverno porque é a única época que dá pra **você fazer** alguma coisa, sabe? Porque já [no<ver->]- no verão dá mal pra Ø **comer** e Ø **comprar** uma roupinha como essa. (IRT/06/0112)

(53) Mas é bom Ø **ter** filho. *Mais tarde você tem (...) (IRT/01/0175)

2.5.8 O distanciamento do falante

Em situações de comunicação em que o discurso se apresenta de uma forma genérica favorecendo a indeterminação do sujeito, pode acontecer de o falante resolver introduzir sua própria vivência, através do relato de fatos ou opiniões mais pessoais. Segundo MENON (p. 186), esse distanciamento do caráter genérico decorre do fato de o falante querer se marcar ou como igual ou como diferente do grupo. Em ambos os casos, pode-se dizer que é uma forma de ele destacar-se em seu próprio discurso.

Esse efeito de destaque é conseguido com o uso de certos recursos lingüísticos, os quais, segundo MENON, são as expressões *pelo menos*, *ao menos*, a mudança de tempo verbal, os verbos de *dizer*, *sentir* e *pensar*.

No *corpus* do nosso trabalho, também encontramos essa característica de o sujeito indeterminado alternar-se com sujeito determinado para o falante marcar oposição ou adesão ao que está veiculando. Os exemplos abaixo bem ilustram essa propriedade:

(54) E a impressão que você tem é que toda vez que você encontra o cara você- (...) está devendo um favorzão pro cara, não (est) uma migalha. *Experimentei isso também. (LDN/24/0408)

(55) Acho que isso aí, [não]- não fica bem, né? (est) a gente vai lá, e vicia, né? depois fica pegando baldas, né? (...) acho já freqüentei tudo isso aí, mas eu deixei (...) (IRT/20/0334)

(56) Me comovi [1 bastante 1], a gente se comove. (IRT/16/1363)

2.5.9 O afastamento no tempo; o discurso hipotético

Assim como MENON (p. 188), observamos que, nas situações apresentadas pelos falantes, há aquelas das quais nem o entrevistador nem o informante podem fazer parte, devido à impossibilidade espacial ou por razões de afastamento no tempo. São casos de exemplificações de *situação*, *narrações de fatos*, *receitas*, *as hipóteses* ou *situações que ilustram uma idéia*. Esses casos contêm sempre um pouco de incerteza, pois exprimem um desejo, uma vontade ou intenção de realização ou, ainda, indicam a impossibilidade de realização. Observemos:

(57) Não quero saber quanto você ganha, é uma hipótese, se você ganhar duzentos reais por mês, como é que você pode importar cento e cinquenta, e você viver com cinquenta, (...) (LDN/21/290)

(58) Então eu acho que antigamente era mais- a gente aceitava melhor essa- as coisas escritas, né? (IRT/5/180)

No exemplo (57), o distanciamento dos envolvidos na interação verbal se deve ao caráter hipotético do enunciado, explicitamente indicado por *é uma hipótese* e pelo *se* condicional. Já no exemplo (58), o distanciamento se deve ao afastamento no tempo expresso por *antigamente*.

2.6 As exclusões

No primeiro capítulo, verificamos que a indeterminação é um fenômeno que, muitas vezes, tem sido confundido, por estudiosos da língua, com outros fenômenos lingüísticos, como a *indefinição* e a *impessoalização*. Esse fato, associado a outras

peculiaridades da língua e do discurso, fez que também buscássemos uma metodologia para as exclusões. Novamente buscamos em MENON (1994, p. 141) o referencial metodológico para a tarefa.

Assim, não consideramos como formas indeterminadoras os pronomes indefinidos - *alguém, ninguém, todos*, o pronome interrogativo (relativo) *quem*, as expressões *todo mundo, toda gente*, pois conforme vimos em 1.3.4., essas formas pertencem ao domínio da **indefinição**, dado seu caráter discriminador e quantificador. Portanto, casos como os seguintes foram excluídos de nossos dados:

(59) (...) que **ninguém** é completamente feliz, não é? (IRT07/0464)

(60) Foi [do]- do tempo desse prefeito que eu não sei **quem** foi mexer, né? naquilo lá. (IRT/10/1105)

(61) (...) a beleza e tudo mais que se vê nas novelas [é]- é uma coisa que **todos** nós trazemos dentro de nós, (...) (IRT/11/737)

Também descartamos as construções em que permanece a dúvida, a impossibilidade de decidir se o referente é indeterminado ou não devido à **ambigüidade**. Observemos:

(62) E daí, **eles** levavam os paralíticos, os que não andavam, né? povo era só gente doente mesmo, Ø **pegavam** assim, se ele estava paralítico, e cada homem **pegava** num pé de cadeira, então **quatro homens** levantam a cadeira assim no alto com o paralítico. (IRT/07/1110)

No caso do exemplo acima, há impossibilidade de se afirmar que *eles* é indeterminado e de atribuir sua referência a quem levava os seus doentes, pois existe a possibilidade de referir-se cataforicamente a *quatro homens*.

(63) Depois a gente vai mudando, né? [conforme]- tu tem que sempre acompanhando **o que vende**, né? Ø pode parar dez anos vendendo a mesma coisa, não tem como. (PBR/10/0807)

No caso acima, pode-se interpretar **o que vende** como o produto vendável. Mas pode-se, também, entender que há um sujeito indeterminado Ø que realiza o verbo vender, ou ainda que o vazio seja anáfora de *tu* (**o que (tu) vende**).

Excluímos, também, os casos em que não é possível decidir se a forma que segue o verbo auxiliar é um particípio ou um adjetivo com função de predicativo do sujeito. No exemplo:

(64) Riozinho, Vila São João que dizem, né? que é essas vilinhas, que então elas **são retiradas** de Irati, mas é (...) (IRT/ 02/0914)

parece certo que a forma (*retiradas*) posposta ao verbo de ligação (*são*) é um adjetivo na função de predicativo do sujeito, com sentido de *distantes*. Mas há outras ocorrências que provocam maiores dúvidas e devido à ambigüidade também tiveram que ser excluídas. Vejamos:

(65) (...) Ai você, depende do tipo de material que quer, né? *Alguns **são (hes) é- alvejados**, outros **são (est) lavados**, aí depende muito [do]- do produto final [que]- que vai se querer, né? (LDN/18/0746);

No exemplo (65), *alvejados* e *lavados* podem ser interpretados como indicativos dos processos de *alvejar* e de *lavar*; nesse caso seriam particípios e teríamos dois casos de *voz passiva sem agente* (VPSA). Mas também podem significar as características do produto ou tipo de material, e seriam, então, adjetivos.

Houve casos em que o informante usou dois recursos de indeterminação para a mesma ocorrência, os quais foram descartados. Eles foram construídos com *a gente se*:

(66) Ah, pelo que **a gente se** vê aí, está demais. (LDN/22/0754)

(67) (...) como uma cidade **pra gente se** viver está crescendo, acho que cidade boa, né? (IRTR/17/0160)

(68) (...) como é que é que **a gente se** diz (...) (IRT/01/0989)

Também descartamos as ocorrências dos seguintes tipos:

- as que funcionam como **marcadores conversacionais**:

(69) Então, **você veja**, eu, pra mim ir embora daqui, você acha muita falta (...) (IRT/07/1241)

(70) **Olha**, tem tudo o que você precisa, né? (PBR/09/0520)

- as que sofrem algum tipo de **restrição**, quer fazendo parte de orações adjetivas restritivas, quer estando acompanhadas por palavras restritivas:

(71) (...) a pessoa **que tem um (hes) quarenta, cinquenta anos** se sente até um pouco (...) (LDN/10/279)

(72) (...) qualquer sítio assim sítio assim, eles montavam o alambique [lá]- lá eles **mesmos** engarrafavam, né? (LDN/07/0549)

(73) **Invejosos**, eles <pro-> procuram atrapalhar a vida da gente até no caminho da caridade, né? (IRT/07/0220)

- as que constituem **repetição** da fala do entrevistador:

(74) E ***Faz em casa** o doce?

F ***É, faz em casa.** (IRT/14/392)

(75) 8) E ***Mas e descobriram** então quem era?

F ***Descobriram**, mas não tomaram atitude nenhuma. (IRT/03/0932)

- quando há **referência anterior**, ainda que não muito próxima à ocorrência:

(76) (...) e daí eles pararam [assim da]- assim no corredor que ia em frente ao altar, né? 9est) ***Eles** pararam ali, né? e o Padre rezando a missa, (...) (IRT/07/1135)

No exemplo (76), o pronome *eles*, aparece nas linhas 1135 e 1137, mas não é indeterminado pois é anáfora de *quatro homens* que aparecera na linha 1114 (*então quatro homens levantavam a cadeira assim no alto com paralítico*)

- quando a ocorrência está inserida no **discurso relatado** de terceiros:

(77) (...) falou pra mim: “ *Ortega, é brincadeira. O cara ganhar trezentos reais por mês (...)*” (LDN/21/0222)

(78) Então daí eles dizem [referindo-se ao IBGE]: “[no]- *no campo vive-se assim, assim, assim*” (IRT/24/0639)

(79) Então, [o]-[o]- a pessoa ia na prefeitura: “*Ah, eu quero lotear essa área tal.*” (LDN/24/0966)

No exemplo (79), temos a forma nominal (FN) *a pessoa*, que é o sujeito de referência indeterminada utilizado pelo falante para ilustrar uma situação. A fala desse

sujeito indeterminado hipotético (a pessoa) não foi considerada na análise, pois nos faltam dados para saber se o informante colocou no discurso desse falante os recursos lingüísticos que ele usaria em seu próprio discurso.

Excluimos, também, as construções em que o contexto permite a identificação do referente (ainda que ele esteja longe no discurso), as ocorrências de *a gente*, *nós*, *eu*, *tu*, *você*, *vocês*, quando se referiam aos participantes da entrevista (o entrevistador, o entrevistado e, eventualmente, o interveniente).

Dessa forma, cremos ter eliminado de nossos dados, construções que, à primeira vista, poderiam parecer de sujeito com referência indeterminada, mas que por um motivo ou outro não o são ou deixam dúvidas.

2.7 A metodologia na codificação das ocorrências

2.7.1 Os códigos

Na codificação dos dados para serem submetidos ao conjunto de programas VARBRUL, seguimos as instruções de SCHERRE (1993) e utilizamos os seguintes códigos:

Na primeira coluna (que seria a variável dependente mas que não pode ser devido à limitação do programa estatístico que aceita, no máximo, cinco variantes na variável dependente) :

k - a gente; *z* - eles; * - ele; & - eu; + - nós; \$ - se; ! - tu; v - você; " - vocês;
? - FNs; 2 - VPASSINT; 4 - VPSA; 3 - ØV3PS; 6 - ØV3PP

Em seguida, os grupos de fatores ou variáveis independentes:

Na segunda coluna, correspondente ao tempo verbal:

h - presente do indicativo; **i** - pretérito imperfeito; **d** - pretérito perfeito; **t** - futuro do presente; **c** - futuro do pretérito; **j** - presente do subjuntivo; **e** - imperfeito do subjuntivo; **u** - futuro do subjuntivo; **n** - gerúndio; **r** - infinitivo; **y** - imperativo.

Na terceira coluna, referente à localidade: **7** - Irati; **8** - Londrina e **9** - Pato Branco.

O quarto grupo de fatores, correspondente a sexo: **f** - feminino; **m** - masculino.

O quinto grupo, destinado à faixa etária: **a** para os informantes de 25 a 50 anos e **b** para os de mais de 50 anos.

Codificamos a sexta e última variável, correspondente à escolaridade, com **p** para primário; **g** para ginásio e **s** para segundo grau.

Assim, uma ocorrência como a seguinte:

(80) É a escola isolada que se dizia na época (IRT/08/0147)

foi codificada da seguinte maneira: (\$i7fbp

Após os códigos, deixamos um espaço (exigido pelo VARBRUL) e completamos com informações que julgamos necessárias: n.º da entrevista, n.º da linha e o fragmento de texto em que a ocorrência se insere. Dessa forma, a ocorrência acima, recebeu o seguinte tratamento:

(\$i7fbp 8 0147 É a escola isolada que se dizia na época.

2.7.2 Os critérios de classificação das ocorrências

De um modo geral, os tipos de construções com sujeito de referência indeterminada são recorrentes e não causam dúvidas quanto à classificação, desde que se observem os critérios que mencionamos nas seções precedentes. No entanto,

algumas vezes, deparamo-nos com certos enunciados que mereceram um pouco mais de atenção devido a certas peculiaridades das construções. Portanto, consideramos relevante registrar aqui os procedimentos que tomamos para a classificação e subsequente codificação dos mesmos. Os casos mais complexos apareceram com o sujeito Ø, pois nem sempre se podia afirmar categoricamente se o vazio era de uma forma ØV3PS ou ØV3PP ou se era anáfora ou catáfora de um sujeito indeterminado. Portanto, tivemos que adotar alguns critérios:

1) Quando não havia sujeito pleno no período, com o qual o Ø pudesse estar relacionado como anáfora ou catáfora, esse Ø foi considerado ØV3PS ou ØV3PP, como respectivamente, os exemplos abaixo:

(81) Ø **Faz** a cobertura é tipo *marsh-mallow*, sabe? (IRT/10/849)

(82) (...) quando eu estava no ginásio, que aí Ø **foram** avisar lá. (IRT/10/0264)

2) Quando havia forma plena no mesmo período que os vazios, eles foram considerados anáfora ou catáfora dessa forma, desde que o contexto indicasse que o referente era o mesmo. Assim, o Ø do exemplo abaixo recebeu o mesmo código de *você*.

(83) Depois que a gente viu que venceu, *você* sente tão feliz, né? quando Ø **vence** essas etapas, sabe? da vida. (IRT/07/0472)

3) Nos casos em que os zeros no mesmo período não podiam ser anáfora ou catáfora de um sujeito indeterminado preenchido lexicalmente, pois o contexto mostrava haver um outro referente para eles, consideramos a ocorrência do vazio como ØV3PS ou ØV3PP. No exemplo (84), o Ø foi considerado como pertencente à forma ØV3PS, pois o contexto indica um referente diferente de *você*. Vejamos:

(84) Aí menina, pensei comigo, né? que tipo né? Então *você* está passando [por uma]- por uma fase difícil da tua vida, né? em vez de Ø chegar e dizer: "Não, não é", por mais que, né? como tem gente que tapa o sol com peneira (...) (PBR/05/0711)

Nesse exemplo, o contexto maior foi de importância fundamental na classificação do vazio que antecede o verbo *chegar*. A entrevistada estava contando um episódio de sua vida, em que durante uma fase cheia de problemas, não obteve conforto em conversa com duas amigas; pelo contrário, o discurso das amigas acentuou o mal estar causado pelo seu problema. Ao julgar o discurso das amigas, ela, então, adota a estratégia do *distanciamento* e produz um discurso indeterminado, em que a situação que ela própria viveu passa a ser *de qualquer um*, expresso por meio do pronome *você* (...*você está passando [por uma]- por uma fase difícil da tua vida*...); e a atitude das amigas também passa a ser a atitude *de quem quer que seja*, por meio do \emptyset (em vez de \emptyset chegar e dizer: “Não, não é”).

4) Houve também casos em que o informante indetermina o sujeito, porém o **entrevistador** provoca sua determinação. Nesses casos, consideramos como indeterminada(s) a(s) ocorrência(s) anterior(es) ao ponto em que ocorreu a determinação, pois entendemos que a mudança do discurso para o nível da determinação foi forçada. Vejamos um caso desse tipo:

(85) F * Vieram atrás de mim as duas vezes.

E *Quem que veio?

F * O rapaz que é secretário [da]- da cultura aqui de Irati, sabe? (IRT/03/480)

5) No exemplo:

(86) (...) *você* prevê que *você* vai demorar, vamos dizer, dois anos pra \emptyset construir essa indústria, e *você* faz um empréstimo (...) (IRT/07/21/0450)

consideramos o \emptyset anáfora de *você*, apesar de parecer repetitiva essa posição preenchida com sujeito. O nosso critério a favor de se considerar a existência desse \emptyset baseia-se na naturalidade que haveria no preenchimento com sujeito lexical se a oração adverbial estivesse antecipada²¹. Vejamos:

²¹ A esse respeito, BOTASSINI (1998), em trabalho sobre a elipse do sujeito pronominal na linguagem falada no Paraná, constata que *quando as adverbiais vêm pospostas à principal, parece existir uma certa*

(86b) *Pra você construir essa indústria, você prevê que você vai demorar, vamos dizer, dois anos, e você faz um empréstimo.*

6) Observamos a ocorrência de alguns casos como o (87):

(87) *Você tinha que ir lá com pacote, Ø puxar, Ø pesar, (...) (PBR/05/0546)*

Nossa interpretação para esses casos é que os vazios que antecedem os verbos *puxar* e *pesar* correspondem à elipse de *você tinha que*. Dessa forma, consideramos esses vazios como anáfora da primeira oração e os codificamos como tal: ocorrência de *você* e verbo no pretérito imperfeito do indicativo.

7) Em casos como os seguintes:

(88) (...) *se você ver em [qualquer]- qualquer lado que você for do mundo aí (...) (IRT/18/0875)*

(89) (...) *mas se você obter cinquenta por cento (...) (PBR/12/0437)*

em que o informante usou *ver* ao invés de *vir* e *obter* ao invés de *obtiver*, classificamos o tempo verbal como futuro do subjuntivo, pois entendemos que a característica de hipótese se manteve apesar de as formas serem de infinitivo. Trata-se de um fenômeno que ocorre com um grupo pequeno de verbos ditos *fortes*, que apresentam esse tipo de variação na raiz. Nesses casos, parece haver uma tendência de o falante regularizar esses verbos.

8) No caso abaixo:

(90) (...) *você tem que dialogar com ela, nunca, eu acho que nunca você deve você agredir. (IRT/18/0944)*

verifica-se que a terceira ocorrência de *você* está numa posição geralmente não preenchida. Mas a sua ocorrência demonstra que a língua aceita tal construção, que

inibição da língua para explicitação do pronome, com conseqüente favorecimento à omissão desse, ainda que na principal o pronome esteja elíptico. (p.74). No terceiro capítulo, seção 3.2.2, tratamos desse assunto com mais detalhes.

provavelmente ocorre com a função de enfatizar o sujeito. Assim, foi considerada normalmente como ocorrência de *você* seguida de verbo no infinitivo.

Esclarecemos que, em relação a esse tipo de construção, consideramos apenas a existência de sujeito pleno. Se fosse *eu acho que nunca você deve agredir*, **não** considerariamos a existência de um \emptyset anafórico entre *deve* e *agredir*, dada a característica de verbo auxiliar de que se reveste o *deve* nessa construção.

9) Observemos:

(91) São Lourenço ali que é pertinho também, Santa Catarina ali, né, **era também ido** a pé. (PBR/07/0154)

No exemplo acima, o informante usou uma construção típica de verbos transitivos com um verbo intransitivo. Entendemos que a expressão *era também ido* equivale a *também se ia*, tendo, portanto, um agente indeterminado. Dessa forma, consideramos a ocorrência como *voz passiva sem agente expesso (VPSA)*.

10) Vejamos o seguinte dado:

(92) **Por exemplo**, a minha firma é pequena, (...) se eu for lá, eles me dão um terreno pra **mim** fazer um barracão pra **mim** ir. (LDN/21/0754)

O caso acima constitui o único em nossos dados em que o falante utiliza o pronome do caso pessoal oblíquo **mim** como *sujeito indeterminado* de um verbo no infinitivo, contrariando a GT, que não prevê para esse tipo de pronome a função de sujeito. Por constituir caso de apenas duas ocorrências, as excluímos do arquivo com as codificações, mas consideramos por bem registrar aqui a existência das mesmas.

2.8 As variantes da indeterminação

Encontramos a indeterminação da referência do agente expressa, em número significativo, por onze formas, as quais constituem as variantes do fenômeno em

estudo e que serão apresentadas e exemplificadas nesta seção. São elas: **a gente**; **eles**; **eu**; **FNs (formas nominais)**; **nós**; **se**; **tu**; **você**; **VPSA (voz passiva sem agente)**; **ØV3PS (verbo na terceira pessoa do singular desacompanhado de pronome)**; **ØV3PP (verbo na terceira pessoa do plural desacompanhado de pronome)**. Apresentaremos também a forma **VPASSINT (voz passiva sintética)**, apesar de uma única ocorrência, pois essa forma se refere diretamente a uma de nossas hipóteses, a qual procuraremos responder mais adiante. Já os recursos **ele** e **vocês**, por estarem presentes em nossos dados com pouquíssima frequência (07 e 18 respectivamente), foram excluídos de nossa pesquisa a partir da fase em que os dados receberam tratamento estatístico.²²

2.8.1 A gente

Esclarecemos que não registramos as ocorrências de *a gente* no item *formas nominais*, tendo dado a ela uma rubrica própria, porque, segundo os estudos de MENON (1994 ; 1996), essa forma, inicialmente uma locução nominal, passou por um processo de *gramaticalização*, transformando-se em pronome, conforme já abordamos em 1.3.2. CUESTA (1980), citado por MENON (1994, p. 191), já classifica essa forma como *pronome indefinido*.

Conforme já vimos com mais detalhes na seção 1.3.2, MENON (1994; 1996), afirma que a locução composta de [artigo *a* + substantivo *gente*] e cuja referência é indeterminada, porque genérica, cristalizou-se, perdeu a capacidade de se flexionar, de

²² Constitui exemplo de indeterminação com *ele* a construção: *Você chega, [você]- se você merecer crédito ele vende pra você, quando você for pagar ele vê o dólar e cobra pelo dólar, né?* (IRT/24/312)

Certamente não encontramos, no contexto em que essa elocução se insere, um sintagma com o qual o *ele* pudesse se relacionar anafórica ou cataforicamente.

Constitui exemplo de indeterminação com *vocês*: (...) *vocês faziam o teatro, e tal, o pessoal ficava assistindo* (...) (IRT/13/0337)

Nesse caso, *vocês* não se refere a interlocutores, mas sim a um sujeito de referência indeterminada.

receber determinantes e mudou a concordância em gênero com o predicativo. Em etapa seguinte, adquiriu traços de primeira pessoa.

Atualmente, esta forma está sendo usada com a função de pronome de 1.^a pessoa, tanto do singular quanto do plural e com referência determinada. A forma verbal que a acompanha geralmente apresenta morfologia não-marcada, mas a flexão canônica de 1.^a pessoa do plural também ocorre (por exemplo, *a gente vamos*). Neste caso, o falante intui que deve flexionar a forma verbal da mesma maneira que flexiona a forma que acompanha o pronome *nós*. A ocorrência dessa flexão é uma evidência de que *a gente* migrou para o sistema dos pronomes pessoais, conforme observado por OMENA (1987).

Conforme já vimos em 1.3.3, uma das hipóteses secundárias do trabalho de MENON (1994) refere-se a *a gente* indeterminado. Segundo ela, esta forma, devido ao processo de gramaticalização pelo qual passou, resultando em pronome, estaria deixando um vazio que será preenchido por uma nova forma nominal. Seus resultados indicam que essa nova forma parece ser *a pessoa*.

Vejamos alguns exemplos de *a gente* com referência indeterminada nos dados do VARSUL:

(93) Japonês, é até incrível, quando *a gente* vê um japonês aqui é de Ø ficar de boca aberta. (IRT/03/1252)

(94) É uma coisa que *a gente* não pode mexer, *a gente* vê e Ø fica quieto, né? (LDN/21/342)

Observemos que a substituição de *a gente* por *se*, é perfeitamente possível:

(93b) Japonês, é até incrível, quando *se* vê um japonês aqui é de Ø ficar de boca aberta.

(94b) É uma coisa que não *se* pode mexer, *se* vê e Ø fica quieto, né?

Essa possibilidade de substituição por *se* vem reiterar o caráter indeterminado de *a gente* nos contextos acima.

2.8.2 Eles

Conforme vimos anteriormente, a GT prevê a indeterminação do sujeito expressa pela forma ØV3PP, mas não faz menção ao uso do pronome *eles* que, acompanhado de verbo na terceira pessoa do plural, seria a forma plena de ØV3PP.

Para MENON (1994, p. 200), em cujo *corpus* houve um bom número de ocorrências de *eles* indeterminado, seu uso seria uma consequência do fato de a língua portuguesa estar deixando de ser uma língua de sujeito nulo; está, então, em vias de preencher a posição de sujeito, o que exige a presença de um pronome sujeito antes do verbo. Para ela, não há efetiva distinção no uso de *eles* ou ØV3PP. Assim como MENON, separamos essas formas para efeito de comparação entre elas, pois pretendemos verificar o preenchimento da posição de sujeito para ver se há indícios de mudança em curso. Na triagem dos dados, consideramos a ordem de aparecimento no discurso: se a primeira aparição foi de *eles*, os zeros correspondentes foram considerados anáforas desse *eles*; se a primeira aparição foi de ØV3PP, os *eles* que se seguiram foram considerados anáforas da forma plena de ØV3PP, ou seja, *eles*.

Assim como MILANEZ (p. 61), verificamos que uma característica peculiar de *eles* como indeterminador do sujeito é o seu envolvimento com um grupo social em oposição ao grupo social a que pertence o falante. É *esse pertencer a um grupo social* que restringe o seu campo de abrangência e, para MILANEZ, torna viável a aceitação da hipótese de ser *eles* um caso limítrofe entre a determinação e a indeterminação. Observemos esse efeito contrastivo no exemplo abaixo, retirado de nossos dados, em que se verifica a oposição empregador/empregado:

(95) Trabalhei, acho que um mês, dois, depois saí, né? Porque a <mai-> empregado novo, né? Então final de ano, *eles* pegam, né? E daí *eles* mandam embora, daí eu trabalhei acho que dois meses, (...) (IRT/2/106)

Entretanto, também encontramos exemplos de indeterminação com *eles*, em que não se verifica essa oposição ao grupo do informante. Tomemos o exemplo (96), já mencionado na seção 1.3.1, que se presta a exemplificar esse fato:

(96) Existia {5aquelas5} jardineiras, dizia jardineiras 9est), toda aberta, que eles hoje falam, como é que eles falam, Catita, né? [6(inint)6] Eles tratam de Catita. (...) Isso, é toda aberta, aqui eles falam, [é]- eles tratam de Catita. (est). (LDN/08/0135)

Conforme já vimos, é possível inferir que a informante, apesar de se esforçar por lembrar o nome *Catita*, também pode estar incluída entre os que tratam a jardineira dessa forma, principalmente porque ela também é habitante de Londrina, local onde *eles falam*, [é] *eles tratam de Catita*.

2.8.3 Eu

O pronome pessoal sujeito *eu*, indicador da primeira pessoa do singular, por vezes, ao afastar-se do seu uso dêitico, escapa ao domínio da determinação e adquire as características generalizantes da indeterminação, podendo ser substituído por outras formas indeterminadoras.

Em MENON (1994), essa forma mostra-se produtiva, como sujeito de construções hipotéticas, sobretudo nas EFs (Elocuções Formais: constituídas por aulas e conferências).

Observemos o caráter indeterminado de *eu*, também em situações hipotéticas, nos exemplos (97) e (98), retirados de nossos dados:

(97) (...) tem que girar, o negócio tem que girar, né? *É, você já viu aqueles moinhos tocados a água?
(...)

*Já viu?

* Já.

*Se você esvaziar dois canecos de água ele pára, assim é o comércio, se você- o governo, vamos dizer, ele vem e me toma uma parte do meu dinheiro, ele vai me trancar, [vou]- Ø vou ter que dar uma parada , porque, vamos dizer assim, eu vou ter dinheiro pra Ø trabalhar vinte dias e dez dias eu vou ter que parar, porque eu não tenho dinheiro pra Ø fazer o giro, né? (IRT/21/0406)

Nesse exemplo, o informante faz uma comparação entre a estagnação do comércio provocada por uma espécie de confisco de dinheiro por parte do governo, o que deixa o comerciante sem capital para fazer o giro (de mercadorias), e o esvaziamento de dois canecos de água, o que ocasiona a impossibilidade de passar a água de um caneco para outro, o que tem por consequência o moinho deixar de girar.

O informante deixa o domínio da determinação em que inquire o entrevistador a respeito de seu conhecimento sobre moinho d'água e, diante de sua resposta afirmativa, inicia a comparação empregando um *se* condicional, o que confere à seqüência do discurso o caráter hipotético e a remete ao domínio da indeterminação. Em seguida, esse caráter é reforçado por outro *se* e também pela expressão *vamos dizer* empregada com dois objetivos: 1.º) hipotetizar *o governo tomar uma parte do meu dinheiro*; 2.º) hipotetizar *eu vou ter dinheiro pra Ø trabalhar vinte dias e dez dias eu vou ter que parar, porque eu não tenho dinheiro pra Ø fazer o giro, né?*

Vejamos o exemplo (98):

(98) Se [eu]- eu recebo assim [uma]- uma maravilha da parte de Deus, por exemplo, se eu estou fazendo uma, por exemplo, uma faculdade, né? (est) e [eu<qu->]-eu quero assim passar, Ø tenho fé em Deus que eu vou passar, eu às vezes eu começo a fazer um voto, né? E Deus concede com que [eu]- eu passei, né? Ø Consegui vencer todos os anos, né? (LDN/03/0290)

Vemos, nesse fragmento de texto, que a informante também utiliza o *se* condicional para hipotetizar seu discurso construído com o sujeito indeterminado expresso por *eu*. É interessante observar que, nas duas últimas orações, talvez por uma dificuldade em empregar o modo subjuntivo exigido pela construção *E Deus concede com que eu (passe)*, talvez pela intenção de situar, em um plano mais real do que o hipotético, aquilo que se consegue pela força de Deus e da fé, a informante muda o tempo verbal para o pretérito perfeito (*eu passei, né? Ø Consegui vencer todos os anos, né?*). Conforme já vimos, o pretérito perfeito é tempo não apropriado para indeterminar, mas nesse caso a indeterminação permanece, certamente devido ao contexto indeterminado do discurso.

2.8.4 Formas nominais

Em nosso trabalho, as ocorrências de formas compostas por [artigo definido + um substantivo], com sentido generalizante, foram chamadas de Formas Nominais, assim como fez MENON (1994). Para ela, é possível que essas formas fossem, inicialmente, locuções nominais comuns e, em um processo de especialização de significado, se afastaram de sua significação primeira e se constituíram *unidades cristalizadas*, não podendo mais separar-se o artigo do substantivo, nem se acrescentar a eles outros determinantes ou quantificadores, sem que se altere a *referência*.

Em nosso trabalho, encontramos as variantes *a(s) pessoa(s)*, *o(s) cara(s)*, *o pessoal*, *o sujeito*, *a turma*, *o fulano*, *o indivíduo*, *o camarada*. Conforme vimos em 2.8.1, não incluímos *a gente* entre as formas nominais devido à migração dessa forma lexical para o sistema de pronomes. Já mencionamos o fato de MENON (1994, p. 210) levantar a hipótese de que o vazio deixado por *a gente* indeterminado está sendo preenchido por *a pessoa*. Os dados mostram que as retomadas anafóricas de *a pessoa* se dão por meio *ela*, de \emptyset , de *ele* e de *eles*. Segundo MENON (1997), a neutralização de gênero e de número na retomada anafórica é característica do processo de gramaticalização, principalmente no sentido indeterminado. O exemplo 99, retirado dos nossos dados, apresenta *a pessoa* retomada por *ele*, o que indica a neutralização de gênero.

(99) (...) **a pessoa** está nela, **ele** está correndo um risco. ***Ele** está sujeito à falha mecânica, (...) (LDN/19/460)

Vejamos agora outros exemplos com formas nominais:

(100) **O cara** te nomeava tal, portaria (...) (LDN/24/789)

(101) <Não>- às vezes hoje **o pessoal** faz um baile aí é pra \emptyset aproveitar e, a oportunidade e \emptyset bagunçar, né? (LDN/01/119)

(102) **A pessoa** já vai pro casamento assim: (LDN/1/796)

(103) **O sujeito** podia dar [é]- a área de praça no fundo de vale, as áreas no fundo de vale. (LDN/24/977)

(104) (...) atualmente **as pessoas** vivem mais em casa, Ø estão mais sozinhas, sabe? (IRT/05/0807)

(105) E a turma entram ali pra caçar. (LDN/21/614)

O que se observa no exemplo (105) é a ocorrência da neutralização de número pois o sujeito indeterminado singular (a turma) está acompanhado de verbo no plural (entram).

2.8.5 Nós

O pronome de 1.^a pessoa do plural, *nós*, de significação básica [eu + x], tem sido utilizado com outras acepções. Em CUNHA & CINTRA (1985, p. 276), vimos que *nós* serve para expressar o plural de modéstia com que os escritores e os oradores tratam-se a si próprios ao emitirem suas opiniões, procurando dar a entender que são porta-vozes do pensamento coletivo. Além disso, é usado pelos altos dignatários da igreja, assumindo o que se convencionou chamar de Plural de Majestade, pois *nós* era usado pelos reis como símbolo de grandeza e poder de suas funções, opondo-se ao que deveria significar inicialmente: a modéstia expressa pelo rei que se confundia com a nação. Em suma, a princípio, *nós* expressaria o rei como porta-voz da coletividade, da nação.

Conforme vimos no primeiro capítulo, estudos mostram que *nós* é também usado como indeterminador do sujeito. Em nossos dados, as ocorrências de *nós* indeterminado não foram tão numerosas se comparadas com as formas *você*, *a gente* ou *eles*, conforme veremos no próximo capítulo.

Vejamos alguns exemplos de *nós* com referência indeterminada:

(106) Porque o domingo a gente não encontra na Bíblia e se a Bíblia foi escrita inspirada por Deus, por que que **nós** vamos guardar o Domingo? (PBR/08/0984)

Observemos neste enunciado a alternância das formas indeterminadas *a gente* / *nós* e a possibilidade de substituição tanto de *nós* quanto de *a gente* pelo indeterminador (por excelência) *se*:

(106 b) Porque o domingo não se encontra na Bíblia e se a Bíblia foi escrita inspirada por Deus, por que que *se vai* guardar o Domingo? (PBR/08/0984)

O exemplo abaixo ocorre no seguinte contexto: o informante é convidado a dar sua opinião sobre a administração que o prefeito tem realizado em Pato Branco.

(107) Então eu creio que o prefeito teria boa intenção, porque apesar de não ter votado pra ele, né? que ele teria boas intenções, mas é quando [não]. (hes) não favorece certos grupos, *hoje nós sabemos que o Brasil vive em torno de grupos, (est) isso a gente não pode desmentir, (est)* então eu creio que o prefeito nosso teria boas intenções, mas se ele (...) (PBR/16/787)

Vemos, em (107), o emprego de *nós* indeterminado opondo-se a *eu* empregado em seu sentido dêitico, o que evidencia o *distanciamento do falante* quando o discurso adentra o nível indeterminado. O informante inicia sua fala sendo ele mesmo o sujeito que crê na boa intenção do prefeito (*eu creio que o prefeito teria boa intenção*). Entretanto, na seqüência, o discurso requer um sujeito indeterminado, pois o que vai ser dito é de conhecimento comum. Não é só o informante que sabe que o Brasil vive em torno de grupos, mas qualquer um pode saber. Inclusive, observa-se a alternância de *nós* com *a gente* e a possibilidade de sua substituição por *se*:

(107 a) (...) hoje sabe-se que o Brasil vive em torno de grupos, isso não se pode desmentir.

Observamos que o final da seqüência de sujeito indeterminado é marcado com a volta do emprego de *eu* determinado: *então eu creio...*

2.8.6 Se

A GT atribui ao *se* tanto a função de indeterminador do sujeito quanto a de pronome apassivador, conforme o tipo de verbo que o acompanha. Assim, de um modo

geral, com verbos intransitivos, transitivos indiretos e de ligação, o *se* comporta-se como indeterminador do sujeito. Respectivamente, seria o caso dos exemplos abaixo:

(108) Nesta rodovia, corre-se demais.

(109) Nesta casa, gosta-se de frutas.

(110) Fica-se triste, muitas vezes, sem razão aparente.

Já com verbos transitivos diretos, a interpretação que lhe é dada é de pronome apassivador. No exemplo

(111) Busca-se a paz.

a *paz* seria classificada como sujeito da Voz Passiva Sintética.

Conforme vimos em 1.3.1, MILANEZ (1982) fundamenta-se em autores como SAID ALI (1919), NASCIMENTO (1979), IKEDA (1977) para argumentar a favor de não se atribuir função apassivadora ao *se*. Segundo ela, *a maioria dos falantes intui a construção se sempre como ocorrência de sujeito indeterminado.* (p. 100)

MENON (1994, p. 228) também compartilha dessa opinião e vai além: retomando o que vimos em 1.3.3, ela afirma que as passivas sintéticas perderam sua característica de passividade, pois as construções com *se* permitem uma interpretação indeterminada. Essa interpretação, não mais passiva, mas ativa, possibilita que se considere o *se* sujeito da frase. Como justificativa, a autora cita a intuição dos falantes que não sentem mais a passividade na forma verbal que acompanha o *se*. Esse *não sentir mais a passividade* manifesta-se, sobretudo, na concordância verbal, que não se realiza mais conforme a GT, nos casos:

-com o verbo, no singular, acompanhado de uma locução nominal no plural:

(454) havia necessidade de **se pegar** essas crianças. (EF/377/416/141/F1)

-com o verbo, no singular, acompanhado de palavras coordenadas no singular:

(459) mas não se aceita uma separação e uma nomenclatura específica (EF/87/106/456/M2)

-com o antecedente no plural e pronome relativo seguido de *se* e verbo no singular

(458) são os solos mais ácidos que se conhece (EF/87/106/296/M2)

MENON (1994) afirma que essa não-concordância entre o verbo e o que seria o sujeito chega à escrita de pessoas que têm contato com a forma culta da língua, oral e escrita. Ela remete essa observação a MENON (1993), artigo em que há uma explicitação dos fatores que devem ter concorrido para a interpretação do *se* como sujeito, dentre os quais, destacamos:

O primeiro fator que deve ter concorrido para a interpretação do *se* como sujeito é a tendência, no português do Brasil (na sequência, PB), a não se realizar a concordância verbo/sujeito quando este vem posposto ao verbo. (p.173) (...)

Após analisar alguns exemplos com *se*, em que a concordância não se verifica, MENON (1994) afirma:

Desta forma, pode-se constatar que a posposição do “sujeito” é um dos fatores que levam à análise do *se* como sujeito (o que está depois do verbo é visto como o complemento verbal, o objeto direto, no caso).

(...)

Um segundo fator que contribuiria para semelhante interpretação do *se*, seria o distanciamento do sujeito em relação ao verbo, quando este é formado por locução [AUX+V]. Neste caso, não só o distanciamento do verbo mas também o fato de que ele é composto contribuem para considerar o *se* sujeito, pois o objeto direto é sentido como ligado à segunda forma verbal da locução e não o auxiliar, forma conjugada. (p. 176) (...)

(...)

Existe ainda um uso do *se* que se expande, embora um tanto condenado pelos gramáticos normativos. Trata-se da tendência acentuada da utilização do *se* antecedido de preposição, diante dos infinitivos, construção esta que favorece sua interpretação como sujeito. Considerado abusivo pelas gramáticas, está longe de sê-lo, pois os falantes “sentem” a necessidade de marcar o sujeito dos verbos, mesmo no infinitivo, sobretudo se os sujeitos das orações constitutivas do período são diferentes. Entendemos que é esta necessidade de uma realidade formal do sujeito, mesmo se ele não é identificável referencialmente, que leva a empregar o *se* diante dos infinitivos ditos impessoais para transformá-los em pessoais. (p.189)

Vemos, então, que MENON (1993, 1994) utiliza a questão da *ordem das palavras* dentro da frase e a *intuição do falante*, que não sente mais a passividade do *se*, para conferir ao pronome *se* o estatuto de sujeito (indeterminado) da frase.

Em nosso trabalho, separamos das formas de indeterminação com *se* as ocorrências de VPASSINT (construção que se apresenta sob a forma de um verbo transitivo direto, acompanhado de *se*, em que **há concordância do verbo com o sintagma nominal plural que o segue**). Essa separação ocorreu para que pudéssemos verificar se, em nossos dados, sua produtividade é realmente baixa, tendo em vista as constatações de MENON (1993, 1994) abordadas nesta seção e na seção 1.3.3. Realmente, conforme já vimos em 2.8, só tivemos 01 ocorrência com *se* em que houve concordância do verbo com sujeito plural posposto (VPASSINT). Já outros tipos de construção com *se*, aqui chamados apenas *se*, foram numerosos, conforme veremos na análise dos resultados.

Vejamos um exemplo de construção com *se* nos dados do VARSUL:

(112) (...) quer dizer, eu acho que era mais- era- [dava]- dava#se mais atenção [a]- a problemas e coisas básicas (...) (IRT/05/99)

Temos em (112) um exemplo de indeterminação com o verbo *dar*, um verbo tipicamente transitivo direto e ou indireto. Sob a perspectiva da Gramática Tradicional, essa construção seria um caso de *voz passiva sintética*, em que *mais atenção* seria o sujeito de *dava*; o *se*, partícula apassivadora e *problemas e coisas básicas*, o objeto indireto. Sob nosso olhar, com respaldo em MENON (1994), entendemos que o *se* é o sujeito indeterminado, *mais atenção* é o objeto direto e o sintagma *problemas e coisas básicas* continua sendo o objeto indireto.

Vejamos um outro exemplo:

(113) (...) *É. *[Como]- como aqui tinha a fama de “ser” a terra do café, né? *[Terra]- terra vermelha tudo que se plantava dava, né? (LDN/01/35)

No caso da oração adjetiva *que se plantava*, o *se* também representa um sujeito genérico que realiza o verbo plantar. É esse sujeito que *plantava na terra vermelha*. E *tudo* (que *se* plantava ou que era plantado Ø, ou que Ø plantavam, ou que *você* plantava, etc.) *dava*.

No caso:

(114) (...) eu acho que ficaria razoável, né? Mas quando se mexe na área de mercado, daí complica (...) (PBR/04/913)

o verbo mexer está sendo empregado intransitivamente. Nesse caso, nem mesmo a GT questiona a indeterminação do *se*, que representa *quem quer que seja* que mexa na área de mercado.

2.8.7 Tu

Apesar de, no Brasil, seu uso ser restrito a apenas algumas regiões, *tu* é o único pronome sujeito mencionado pela GT para referir-se à 2.^a pessoa do singular (a forma *você* ainda é tida como *pronome de tratamento*, conforme veremos em 2.8.8).

Ao estudar a indeterminação do sujeito nas três capitais do sul do Brasil, SETTI (1997) encontrou o emprego de *tu* com referência indeterminada na fala de informantes de Florianópolis e de Porto Alegre. Em Curitiba não houve ocorrências desse pronome nem para referência determinada. Conforme esperávamos, encontramos *tu* indeterminado na fala de informantes de Pato Branco. De acordo com o visto em 2.1, essa cidade foi colonizada por gaúchos e catarinenses, os quais fazem largo uso de *tu* determinado. Em Londrina e Irati, esse pronome com uso indeterminado também se fez presente, porém em número irrelevante. Vejamos algumas ocorrências:

(115) (...) ver se eu conseguia porque em época de eleição às vezes **tu** consegue, né? (PBR/04/0702)

(116) (...) tem coisas que você nem pára muito pra pensar, né? Depois (est) que **tu** vai a fundo ver. (PBR/02/900)

(117) (...) pra ver se **tu** no futuro tem alguma coisa pra \emptyset se apegar [na] – [na] – na idade mais velha, né? (LDN/17/1276)

(118) Com a perneira vinha a - tipo polaina, mas era aberta, sabe? (est) assim você colocava [e]- [e]- e prendia com uns fechos assim (est) (hes) prendia os engates (est) *E ruim e se você (“<porte->”) uma

arma porque se você (inint), você via se não no meio dos inimigos lá e preciso que **tu** tivesse com que Ø dar bordoadas era Ø pegar numa pemeira e sabe. (IRT/23/1135)

Nos exemplos acima, podemos observar que os informantes *não realizam a concordância verbal preconizada pela GT* que, respectivamente, seria: *tu consegues, tu vais, tu tivesses, Ø dares, Ø pegares*. Os falantes empregaram *tu*, mas empregaram uma forma verbal não marcada, idêntica à de terceira pessoa do singular. Verificamos esse procedimento não só nos exemplos acima mas também em **todas** as demais ocorrências com *tu* indeterminado integrantes de nossos dados. São 34 casos de *tu* indeterminado; todos eles, casos de não-concordância verbal nos moldes da GT.

2.8.8 Você(s)

Vimos, na seção anterior, que o emprego do pronome sujeito de 2.^a pessoa singular –*tu*– é de pouco uso no Brasil. A forma empregada predominantemente para referir-se ao interlocutor é *você*. Ainda assim, *você* não figura nas gramáticas como pronome sujeito de 2.^a pessoa, mas sim como pronome de tratamento, fato que se torna compreensível se levar-se em conta sua origem.

A questão da origem e da trajetória de *Vossa Mercê* até chegar a *você*, que abordaremos de forma bastante resumida, pode ser vista com aprofundamento em FARACO (1996). Nesse artigo, cuja temática é a história das formas de tratamento em português, o autor mostra que a mudança no emprego de *Vossa Mercê* / *você* é fruto das profundas modificações econômicas e sociais ocorridas na sociedade portuguesa, principalmente nos séculos XV e XVI. A burguesia, em crescente enriquecimento, tinha representantes nas Cortes já a partir do século XIII e, no século seguinte, competiria com a nobreza em termos de poder econômico. Como consequência da expansão colonial, houve uma grande ampliação no número de cargos públicos, os quais foram distribuídos entre a nova aristocracia, *criando-se uma verdadeira nobreza*

burocrática. O grande número de pessoas que passara a viver na corte desenvolveu uma série de novos costumes. Nas palavras de FARACO:

[...] O protocolo da corte, por exemplo, tornou-se extremamente elaborado e formal; e a suntuosidade, alimentada pelo vasto fluxo de riquezas do comércio colonial, atingiu seu pico pelos fins do século XV e começos do XVI.

Novos padrões de vestuário, de alimentação e de **tratamento do interlocutor**²³ foram introduzidos entre a nova aristocracia. Todas essas inovações não eram certamente apenas consequência da enorme quantidade de riqueza que fluiu para Portugal nesse exato momento histórico, mas principalmente consequência da necessidade da nova aristocracia de definir seu novo papel social numa sociedade que estava substituindo sua estrutura feudal por uma nova estrutura caracterizada pelo declínio do poder da velha aristocracia rural, pela ascensão de uma burguesia urbana e pela centralização do poder.

E a língua -- o mais sensível indicador das mudanças sociais, nas palavras de Bakhtin/Voloshinov (1973, p. 19) - não poderia deixar de se adaptar à nova realidade, fornecendo os meios verbais para a expressão dos novos fatos, que reorganizando a vida social, criavam novas situações comunicativas (à medida que estabeleciam novas possibilidades no emaranhado das relações interpessoais). (p.56 - 57)

Nesse contexto, na medida em que uma forma de tratamento criada inicialmente para se dirigir ao rei (figura máxima do poder) tinha seu uso expandido para segmentos de *status* social inferior, outra forma era criada para substituí-la em seu emprego primeiro. Por meio dessa dinâmica, a forma de tratamento *Vossa Mercê* foi empregada inicialmente para os súditos dirigirem-se aos reis, depois entre os membros do poder (em uma relação de igualdade). Em fase subsequente foi utilizada para os superiores dirigirem-se aos inferiores ou entre iguais, e, por fim, pelos inferiores entre si. Esse fenômeno revela a imitação que se fazia da nobreza e exemplifica o fato de a heterogeneidade social e as mudanças nas relações sociais poderem determinar alterações na língua.

Certamente, a forma inicial sofreu alterações fonéticas, que influenciaram a escrita e, de *vossa mercê* passou a *vossemecê*, depois a *vosmecê* e chegou a *você*. Conforme observado por MENON (1994, p. 234), na evolução dessa forma, houve uma mudança de estatuto: de um tratamento não-íntimo se chega a um tratamento íntimo. Ainda segundo ela, *Vossa Mercê*, locução nominal constituída de um adjetivo possessivo (*vossa*) e de um substantivo (*mercê*) exigia a concordância verbal na

²³ Grifo nosso

terceira pessoa do singular, dada a característica nominal da locução. Essa forma servia para se dirigir ao interlocutor - 2.^a pessoa clássica – mas, gramaticalmente, exigia o verbo na 3.^a pessoa, devido ao estatuto nominal da forma. MENON acrescenta que a concordância verbal está soldada à forma e se manteve mesmo depois da mudança da classe dos nomes para a classe dos pronomes. Para ela, esse fato pode ser atribuído ao caráter não marcado da 3.^a pessoa verbal, a *não pessoa* de Benveniste. Como forma não marcada, não há nada que a impeça de continuar a acompanhar o pronome *você*.

Em nossos dados, a variante *você*, empregada em seu sentido não-dêitico, mas sim representando um sujeito genérico, portanto indeterminado, mostrou-se muito produtiva, conforme veremos no próximo capítulo. Quanto à forma *vocês*, conforme já vimos, provavelmente devido ao tipo de entrevista em que só há o entrevistador e o informante (eventualmente um interveniente), as ocorrências foram de apenas 18 em um universo de 6.852 dados.²⁴

Observemos alguns exemplos de nossos dados em que *você* não se refere ao interlocutor, mas sim representa um sujeito indeterminado:

(119) Ou *você* chega, Ø vai abordar um menino (hes) que está pedindo na frente do mercado. (PBR/12/319)

(120) Muitas vezes, *você* está vendo o filho passar fome, *você* se obriga até a ficar naquele lugar, pra *você* não ver o teu filho passar fome. (IRT/3/419)

(121) E já depois *você* é lá uma moçona, um rapaz, *você* não vai lá aprontar que nem fica bem. (IRT/6/1438)

Observamos, nos casos acima, que *você* está se prestando a indeterminar o referente em enunciados revestidos de caráter hipotético, que visam à exemplificação de situações.

Observemos um exemplo peculiar de emprego de *você* indeterminado:

²⁴ Registramos 6.826 dados, passíveis de serem submetidos ao programa estatístico, mais 26, que foram excluídos devido aos *knockouts* nas formas *VPASSINT*, *ele* e *vocês*, o que totaliza 6.852 casos de indeterminação.

(122) *Então você veja, fui bloqueada em tudo isso, mas você [vai]- vai morrer, a Associação não, não é? (IRT/07/0152)

A elocução acima ocorreu no seguinte contexto: a informante estava contando os problemas que tivera quando presidenta de uma associação beneficente. Esses problemas a levaram a abandonar, temporariamente, a Associação. Talvez querendo buscar uma justificativa, para ter ocorrido o abandono, ela diz: *mas você [vai] - vai morrer, a Associação não, não é?* Certamente esse *você* não é o interlocutor, mas sim quem quer que seja que ocupe a presidência da Associação e enfrente problemas. A informante era a presidenta, ela abandonou a associação. Parece certo que na referência desse *você* há uma espécie de *projeção* da própria informante.

2.8.9 VPSA (voz passiva sem agente)

Apesar de a VPSA não constituir um caso de sujeito indeterminado, mas de *agente da passiva indeterminado*, a exemplo de MENON (1994, p. 242) incluímos suas ocorrências em nossos dados, dada a correspondência de significados existente entre o sujeito indeterminado e a ausência do agente da passiva.

De um modo geral, a gramática tradicional conceitua voz passiva como aquela em que o fato expresso pelo verbo é apresentado como sofrido pelo sujeito e não praticado por ele, conforme se verifica na voz ativa. A voz passiva é classificada como analítica ou sintética (também chamada pronominal), de acordo com o modo como é expressa. Quando a formação se dá pelo verbo auxiliar *ser* e o particípio do verbo principal, temos a passiva analítica, por exemplo:

(123) A cidade foi castigada pela chuva.

(124) A bola foi chutada .

Quando vem expressa com o pronome *se* (chamado apassivador) e uma terceira pessoa verbal, singular ou plural, em concordância com o sujeito, é chamada sintética. Exemplo:

(125) Chuta-se a bola com força.

(126) Encontram-se livros antigos nesta estante.

Se compararmos o exemplo (123) com o (124), veremos que em (123) há o que os gramáticos chamam de *agente da passiva* (a chuva) e em (124) esse agente não está expresso. Entende-se que a bola pode ter sido chutada por qualquer um. É esse tipo de construção que estamos chamando de *passiva sem agente*. Na verdade, queremos dizer sem agente expresso, pois entende-se que, se o sujeito sintático sofreu uma ação, algo ou alguém deve tê-la praticado. Isso se comprova se considerarmos que *A bola foi chutada* conserva o mesmo sentido básico de *Chutaram a bola*, em que o sujeito é indeterminado e não expresso lexicalmente.

Em relação à conservação básica de sentido que dissemos haver entre a voz ativa e a passiva, a literatura consultada nos dá alguns exemplos, dos quais destacamos:

CEGALLA (1989, p. 187) diz que *pode-se mudar a voz ativa para passiva sem alterar substancialmente o sentido da frase*. E exemplifica:

Os calores intensos provocam as chuvas. → As chuvas são provocadas pelos calores intensos.
 (...)
 Prejudicaram-me. → Fui prejudicado.
 Condenar-te-iam. → Serias condenado.

E faz uma observação:

Quando o sujeito da voz ativa for indeterminado, como nos dois últimos exemplos, não haverá complemento agente na passiva.

Então se pode entender que a correspondência entre o sujeito da ativa e o agente da passiva é da mesma natureza que a correspondência entre o sujeito indeterminado expresso por ØV3PP e o complemento da passiva não expresso.

MENON (1994, p. 246) chama a atenção para o fato de que nem sempre é possível discernir se um enunciado está na voz passiva ou se ele está formado por sujeito-verbo-predicativo. Isso pode ocorrer quando o verbo auxiliar estiver no presente do indicativo, tempo que apresenta um emprego de caráter *atemporal*, que implica uma continuidade, uma duração. Nesse caso, o particípio passado do verbo principal pode ser interpretado tanto como forma verbal quanto como adjetivo. Devido a esse fato, não levamos em conta diversos casos em que o verbo auxiliar estava no presente, quando o particípio pudesse ser interpretado como adjetivo, conforme exemplos vistos na seção 2.6, destinada às exclusões por ambigüidade.

Agora, vejamos alguns exemplos de VPSA nos dados do VARSUL:

(127) [Aí] – aí [eu] eu **fui convidado** pra chefiar... (PBR/24/432)

(128) E como ela **tinha sido nomeada** sem passar pela assembléia, né? (LDN/01/329)

É certo que em (127) há um agente que *convidou* e em (128) um que *nomeou*.

2.8.10 VPASSINT (Voz Passiva Sintética)

Conforme vimos na seção precedente, a voz passiva sintética (ou pronominal), segundo a GT, apresenta-se sob a forma de um verbo transitivo direto acompanhado da partícula apassivadora *se*.

Vimos também, em 1.3.3 e em 2.8.6, que MENON (1994) considera que o falante não sente mais a passividade expressa pelo *se*, tomando por *objeto* o que a GT considera *sujeito*, uma vez que ele segue a tendência de considerar como complemento

o que se pospõe ao verbo (e como sujeito o que o antecede). Esse fato ocasiona grande número de ocorrências da forma [se+V3PS+sintagma nominal plural] (condenada pela GT), em detrimento de ocorrências de VPASSINT, conforme vimos em 2.8.6. Mesmo no *corpus* do trabalho de MENON, em que os informantes são representantes da língua culta falada em São Paulo, essa forma não foi produtiva, pois seus dados mostraram que houve 101 casos da estrutura [SE+V3PS+PLURAL] (forma de não concordância) contra apenas 31 casos de VPASSINT (em que há concordância do verbo com o sintagma nominal plural que o segue).

Essa forma esteve praticamente ausente de nossos dados (apenas 01 ocorrência, contra 11 em que não se verificou a concordância). Devido a esse número, essa forma foi excluída dos dados que receberam tratamento estatístico computacional, mas a mantivemos como objeto de estudo pois nos propuséramos a verificar sua produtividade na língua.

Vejamos a ocorrência de VPASSINT encontrada em nossos dados:

(129) (...) pra Ø não fazer tanta transação, Ø vai dolarizar ainda mais a economia, e vão se evitar os bancos (...) (IRT/05/0921)

Nesse caso, apesar de haver concordância da locução verbal *vão evitar* com o sintagma nominal que a segue (os bancos) é possível haver a interpretação de que há um sujeito indeterminado que se refere a *quem vai evitar os bancos*. Recorremos a SAID ALI (1956, p. 98-99) citado por MENON (1993, p. 172), para entendermos a concordância desse caso como o resultado de um processo de *contágio*.

2.8.11 ØV3PS (verbo na 3.^a pessoa do singular)

O vazio que antecede um verbo na 3.^a pessoa do singular pode representar o sujeito indeterminado quando não há possibilidade de recuperação do referente no

contexto. O caso abaixo constitui um exemplo de elocução COM ØV3PS recorrente em nossos dados: *diz que*.

(130) (...) vai farinha de trigo e batatinha, tem bastante coisa, sabe? que Ø **diz** que é bem, bem do polonês mesmo. (IRT/04/0258)

Consideramos como ØV3PS também as ocorrências de 3.^a pessoa do singular do infinitivo pessoal (desde que a referência do sujeito não pudesse ser identificada). Embora essa forma seja não marcada e, por isso, apresente a mesma forma que a do impessoal, MENON (1994, p. 254) afirma que se pode considerá-la um recurso de indeterminação. Segundo ela, essa afirmação encontra sustentação em outros autores, como por exemplo, RIBEIRO (1909, p. 32), que apresenta como tendo o mesmo valor as formas *É de crer que* e *é de crer-se que...* Muito embora o autor não se refira à questão da indeterminação, MENON (p. 255) percebe que a equivalência entre as duas formas reforça a interpretação de *infinitivo como recurso de indeterminação do sujeito*. Nesse caso, consideramos que o infinitivo impessoal assume as características de pessoal e, portanto, pode estar na forma indeterminada ØV3PS.

Vejamos alguns exemplos de ØV3PS:

(131) É, só que elas não são interligadas, né? [Se]- se, por exemplo, Ø **for** lá no meu bairro, Ø **vai** lá ou Ø **vier** de lá, Ø **vem** de lá, se Ø **tiver** que ir [pro]- [pro bairro] – lá pro bairro COPASA, lá prá cima, Ø **tem** que pagar outra passagem. (PBR/14/744)

No exemplo acima, o informante com a intenção de exemplificar o funcionamento do pagamento das tarifas das linhas de ônibus em Pato Branco, usa, de forma recorrente, o recurso ØV3PS, num processo que, embora não tenha sido objeto de nossa investigação, nesse caso chama a atenção pela recorrência: *marcas favorecem marcas*, conforme vimos em CUNHA (1993).

Nos exemplos (132) e (133), temos duas ocorrências de ØV3PS com infinitivo. Observemos:

(132) Ø Diz que a tinta que ele comprou pra prefeitura dava pra Ø pintar a cidade inteirinha. (IRT/01/0868)

(133) Eles debatem sobre a crise [do]- do país, né? sobre Ø ajudar o necessitado. (IRT/10/0687)

Esses exemplos constituem casos em que seria possível preencher com o indeterminador *se* os vazios que antecedem os verbos, tanto no primeiro caso do exemplo (132) (com o presente do indicativo *diz*) quanto nos demais casos (infinitivo).

(132 b) *se* diz (*diz-se*) que a tinta que ele comprou dava pra *se* pintar a cidade inteirinha.

(133 b) Eles debatem sobre a crise [do]- do país, né? sobre *se* ajudar o necessitado.

Da mesma forma, a substituição por ØV3PP seria possível no exemplo (132):

(132 c) Ø **Dizem** que a tinta que ele comprou dava pra Ø **pintarem** a cidade inteirinha.

Porém, em (133) comprometeria o sentido de indeterminação do sujeito:

(133 c) *Eles* debatem sobre a crise [do]- do país, né? sobre Ø **ajudarem** o necessitado.

Nesse caso, o vazio que antecede *ajudarem* pode ser interpretado como anáfora de *eles*, que no contexto maior (a entrevista) é sujeito determinado, pois se refere aos grupos de reflexão da Igreja São Miguel, em Irati. Esses casos reiteram o que vimos em seções precedentes sobre a intercambialidade das formas *ser* fator dependente de contexto, bem como sobre a própria indeterminação também o *ser*.

2.8.12 ØV3PP (verbo na 3.^a pessoa do plural)

A forma ØV3PP é consagrada pela GT como indeterminadora do sujeito. Todas as gramáticas e trabalhos que consultamos referem-se a ela como expressão do sujeito indeterminado. Obviamente a indeterminação de ØV3PP se verifica quando o Ø não é anáfora nem catáfora de um sujeito determinado.

Conforme vimos em 2.8.2, MENON considera que ØV3PP e *eles* são variantes em concorrência, devido ao movimento da língua portuguesa, no Brasil, em direção ao preenchimento da posição de sujeito. Para ela não há efetiva distinção no uso de uma ou de outra forma. Em seu trabalho, a separação dessas variantes ocorreu para que se pudesse verificar se fatores extralingüísticos como idade, sexo e tipo de entrevista exercem alguma influência no emprego de uma ou de outra forma.

Já MILANEZ (1982, p. 69), referindo-se à forma ØV3PP diz:

À primeira vista, pode parecer que o vazio lexical desta ocorrência seja uma ausência opcional do pronome indeterminador *eles*. Adiantamos, porém, que tal hipótese não é verdadeira, uma vez que dois recursos podem ocorrer em ambientes diferentes: **o último só é usado em contextos onde já houve uma referência implícita ou explícita a um grupo social a que o sujeito verbal pertence**,²⁵ (conforme demonstramos em 1.3.), enquanto que a forma (Ø + 3ª p.pl.) já não está sujeita a essa restrição.

Os dois sujeitos só são substituíveis nos casos em que há uma menção explícita ao grupo social a que o sujeito verbal pertence.

MILANEZ acrescenta que a impossibilidade de substituição fica patente nos casos de *ocultação proposital do sujeito*. E exemplifica:

Falaram mal de você.

*Eles falaram mal de você.

Contestamos a afirmação de MILANEZ de que *eles* indeterminado *só é usado onde já houve uma referência implícita a um grupo social a que o sujeito pertence*, pois fizemos uma verificação nas ocorrências dessa forma em nossos dados e observamos que essa menção, embora realmente muito presente, não se verifica em todas as ocorrências. Observemos um exemplo:

(134) (...) então a gente, aos domingos, pegava a mãe, o pai, iam passear lá em cima. *Lá na cachoeira. (est). *Que agora não existe mais a cachoeira, né?

E * Por que não existe?²⁶

F* Porque eles fizeram uma fábrica de papel. E acabaram, sabe? [com a-] com a cachoeira. Mas era bonito, você entrava assim, [no]- no mato, né? (IRT/10/0120)

²⁵ Grifo nosso

²⁶ Essa fala corresponde à do entrevistador (E)

Procedemos a uma leitura atenta da entrevista, a fim de localizarmos uma possível menção a um grupo a que o pronome *eles* pudesse se referir, mas não a encontramos. Desta forma, encontramos sustentação para contestar a afirmação de MILANEZ de que *eles só²⁷ é usado em contextos onde já houve uma referência implícita ou explícita a um grupo social a que o sujeito verbal pertence*,

Devido a fatos dessa natureza, parece-me que o funcionamento da língua oral é algo tão repleto de possibilidades, o que nos impede de fazer muitas afirmações categóricas do tipo *isso nunca ocorre* ou *isso sempre ocorre*.

Retornando a ØV3PP, vejamos alguns exemplos nos dados do VARSUL:

(135) (...) uma das coisas que eu não admito é que Ø **chamem** uma outra pessoa de faxineira (...) (IRT/3/397)

(136) [Um]- um outro cunhado meu foi trabalhar no Mato Grosso e Ø **mataram** ele numa fazenda lá. (PBR/15/199)

(137) (...) Ø **criaram** [uma]- uma imagem distorcida do funcionário, (...) (LDN/24/767)

Podemos verificar nos exemplos acima que, ao contrário de recursos de indeterminação como *você* e *eu*, que se prestam mais a indeterminar o sujeito de situações hipotéticas, com a finalidade de exemplificação de fatos, a forma ØV3PP é mais adequada para contextos reais, em que ocorre a *desfocalização* ou a *ocultação* do sujeito (na terminologia empregada por MILANEZ (1982) e o que se evidencia é o conteúdo expresso pelo verbo.

Tendo terminado a exposição das variantes, bem como apresentado a metodologia utilizada na execução deste trabalho, passaremos agora ao próximo capítulo, onde analisaremos os dados submetidos ao VARBRUL, com vistas a responder às hipóteses formuladas, além de fazer algumas constatações que porventura possam interessar à descrição da língua.

²⁷ Grifo nosso

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo sido codificadas as ocorrências de indeterminação e submetidas ao conjunto de programas estatísticos do VARBRUL²⁸, procedemos à interpretação dos resultados fornecidos pelas chamadas rodadas estatísticas.

Esclarecemos que, para efetuar as rodadas, tivemos que excluir as ocorrências de *ele*, de *vocês* e de *VPASSINT* devido aos *knockouts*²⁹ apresentados com essas formas. Como as ocorrências eram reduzidas, 18 de *vocês*, 07 de *ele* e 01 de *VPASSINT* em um universo de 6.852 dados, julgamos por bem retirá-las e passamos a trabalhar com 6.826 dados. A forma *VPASSINT* foi eliminada das rodadas, mas ela não deixou de ser objeto de nosso estudo, uma vez que nos propusemos a estudar sua produtividade na língua.

Em relação ao fator *tempos e modos verbais*, o único tempo em que não houve *knockout* foi o *presente do indicativo*. Por isso, esse fator, que comentaremos na seção 3.1.2, também foi eliminado para que pudéssemos prosseguir com as rodadas. Entretanto, a fim de verificarmos o comportamento das variantes mais produtivas em relação aos tempos e modos verbais também mais produtivos, realizamos uma rodada em que eliminamos os fatores com os quais ocorreram *knockout*, ou seja, as variantes

²⁸ Apresentamos o VARBRUL em 2.3.

²⁹ *Knockout* é o termo usado, no VARBRUL, para indicar que um determinado resultado é absoluto, ou seja, ou a regra não se aplica e esse resultado é 0, ou todos os dados indicam a aplicação da regra e o resultado é 1.0 e, então, não há variação para se analisar. Para que o programa prossiga na execução das rodadas estatísticas, é necessário que se retire da análise o fator com o qual se dá o *knockout*.

menos produtivas (*nós, eu e tu*) e os tempos e modos também menos produtivos (*futuro do pretérito, futuro do presente, gerúndio e imperativo*).

A tabela a seguir foi feita a título de registro e também porque proporciona uma visão geral das formas de indeterminação do sujeito, balizadas pelos fatores sociolingüísticos considerados nesta pesquisa. Durante a análise retomaremos os dados deste quadro, já acrescidos de pesos relativos. A cada etapa da análise, olharemos para os resultados primeiramente com a intenção de comprovar ou não as hipóteses formuladas na seção 2.4 e, em seguida, comentaremos alguns caso que, embora não previstos em hipóteses, venham a chamar a atenção por alguma característica relevante para a descrição da língua.

Esclarecemos que, nesta tabela, não constam os pesos relativos das variantes devido à limitação do programa estatístico computacional que aceita, no máximo, 5 variantes na variável dependente. Como temos 11 variantes da indeterminação, tivemos que utilizar outros procedimentos na contagem dos dados, os quais não fornecem o peso relativo de uma variante em relação às outras. Assim, recorreremos às rodadas com os fatores sociolingüísticos como variáveis dependentes; já os cálculos percentuais da primeira coluna (total) foram obtidos via calculadora.

Tabela 01

VARIANTES DA INDETERMINAÇÃO / FATORES SOCIOLINGÜÍSTICOS (n.º ocor. / percentual)											
		LOCALIDADE			SEXO		IDADE		ESCOLARIDADE		
VARIANTES	TOTAL	IRT	LDN	PBR	F	M	25/50	+50	PRIM.	GIN.	2.º G
VOCÊ	2.523	1.023	1.040	460	1.258	1.265	1.474	1.049	628	1.101	794
%	37	41	41	18	50	50	58	42	25	44	31
ØV3PS	995	360	382	253	434	561	576	419	289	309	397
%	14,6	36	38	25	44	56	58	42	29	31	40
ELES	793	259	299	235	441	352	390	403	286	282	225
%	11,6	33	38	30	56	44	49	51	36	36	28
A GENTE	667	269	224	174	375	292	335	332	260	202	205
%	9,8	40	34	26	56	44	50	50	39	30	31
ØV3PP	558	262	160	136	271	287	299	259	181	233	144
%	8,2	47	29	24	49	51	54	46	32	42	26
FNs	479	195	184	100	167	312	266	213	173	168	138
%	7	41	38	21	35	65	56	44	36	35	29
VPSA	289	107	101	81	107	182	131	158	72	104	113
%	4,2	37	35	28	37	63	45	55	25	36	39
SE	214	100	62	52	84	130	85	129	54	51	109
%	3,1	47	29	24	39	61	40	60	25	24	51
NÓS	142	70	40	32	34	108	56	86	24	62	56
%	2,1	49	28	23	24	76	39	61	17	44	39
EU	132	34	88	10	55	77	91	41	24	86	22
%	1,9	26	67	8	42	58	69	31	18	65	17
TU	34	3	6	25	25	9	13	21	11	7	16
%	0,5	9	18	74	74	26	38	62	32	21	47
TOTAL	6.826	2.682	2.586	1.558	3.251	3.575	3.716	3.110	2.002	2.605	2.219
%	100	39	38	23	48	52	54	46	29	38	33

Na primeira coluna de valores (Total), o índice percentual se refere a cada variante em relação a todas as outras. Nas demais, o índice refere-se a cada variante em relação ao fator com o qual se dá a intersecção.

3.1 Respondendo às hipóteses de natureza lingüística

3.1.1 Os diferentes recursos de indeterminação do sujeito

Conforme já esperávamos, nossos dados mostram que o falante do interior paranaense serve-se de outros recursos para indeterminar o sujeito, além dos dois previstos pela Gramática Tradicional. Além disso, esses dois recursos (\emptyset V3PP e SE³⁰) não se mostram muito produtivos se comparados com as formas *você*, \emptyset V3PS, *eles* e *a gente*, conforme podemos verificar no gráfico abaixo, o qual ilustra a coluna 01 da Tabela 01 - Variantes da Indeterminação, em índices percentuais.

Gráfico 01



Esse gráfico revela, de imediato, o maior emprego da variante *você* em relação às demais. Ela vem seguida de \emptyset V3PS e de *eles*, o que torna nosso resultado análogo

³⁰ Lembramos que, conforme vimos na seção 2.8.6, incluímos na indeterminação com *se* também os casos considerados pela GT como construção *passiva sintética* com concordância no singular e os sem concordância.

ao obtido por MICHELETTI & FRANCHETTI (1996, p. 634)³¹, em que os pronomes *você* e *eles* aparecem como favoritos para o sujeito indeterminado com preenchimento lexical e a forma ØV3PS mostra-se bastante ativa com os informantes menos escolarizados (com no mínimo ginásio, mas que não chegaram a ingressar na faculdade) de um *corpus* de procedência não mencionada. SETTI (1997, p. 84) também constata o alto índice de *você* indeterminado na capitais do SUL, principalmente em Curitiba. É também *você*, de referência indeterminada, a forma pronominal de mais alta frequência nos dados obtidos por ROLLEMBERG (1991), ao analisar uma amostra do *corpus* do Projeto NURC/Salvador. MENON (1994) também constata a alta produtividade desse recurso de indeterminação nos dados no NURC/SP.

Outro fato que os dados evidenciam é a alta produtividade dos pronomes pessoais na indeterminação. Na seção 2.8.2 nos propusemos a comparar a produtividade de *eles* com a de ØV3PP porque a ocorrência de *eles* estaria indicando um maior preenchimento da posição de sujeito na língua. Conforme já vimos, apenas a ØV3PP é prevista pela GT para indeterminar o sujeito. Entretanto, em nossos dados, a forma *eles* mostra-se mais produtiva com 793 ocorrências contra 558 de ØV3PP. Além dessa maior produtividade do pronome *eles*, o qual corresponde à *não-pessoa* do discurso, nos termos tratados por BENVENISTE (1988), os demais pronomes presentes em nossos dados e típicos da situação dialógica (eu, tu/você, nós/a gente) constituem a maioria das ocorrências: 3.504, que somadas às de *eles* totalizam 4.297, o que significa 62% de emprego de pronomes pessoais na indeterminação do sujeito. Esses resultados podem indicar dois fatos:

1.º) a língua portuguesa está perdendo sua característica de sujeito nulo; dessa forma, está requerendo a presença de um pronome antes do verbo;

³¹ O artigo *A Indeterminação do Sujeito: Um Estudo Sociolinguístico*, de MICHELETTI & FRANCHETTI (1996), tem por *corpus* entrevistas (de extensão e procedência não mencionadas), com dez informantes, que compõem dois grupos distintos quanto à escolaridade: os informantes de escolaridade mais alta têm, no mínimo, o terceiro grau completo; os de escolaridade mais baixa concluíram o ginásio, mas não ultrapassaram o 3.º ano do 2.º grau. O interesse das autoras está em demonstrar a relação existente entre a escolaridade de um indivíduo e sua maneira de expressar oralmente a noção de indeterminação do sujeito.

2.º) os pronomes pessoais, em determinados contextos, assumem uma outra significação, que não a de representação de interlocutores, e prestam-se a representar um sujeito de referência indeterminada.³²

No início da análise, dissemos que a forma VPASSINT foi eliminada das rodadas devido aos *knockouts*, mas que, independentemente desse fato, seria objeto de nossa análise, pois nos propuséramos a observar sua produtividade na língua. Constatamos apenas 01 caso (2.8.10), emitido por uma informante de Irati, do sexo feminino, faixa etária A (mais jovem), com 2.º grau de escolaridade.

Observamos que, quando há sintagma nominal plural após as estruturas [se + verbo] ou [verbo + se], o informante tende a deixar o verbo no singular. É, por exemplo, o caso de...*fazia-se trabalhos manuais...* (IRT/8/433) e de...*se construiu vinte mil, trinta mil casas populares.* (LDN/16/981). Encontramos 11 ocorrências desse tipo em nossos dados, as quais foram incluídas na indeterminação expressa por *se*. Esses 11 dados podem ser significativos se comparados com o único caso em que houve concordância (VPASSINT). Esses resultados são análogos aos apresentados por MENON (1994) em que a autora constatou um uso significativamente mais alto das construções sem concordância (101 casos) do que de VPASSINT (35 casos). Retomando o que vimos em 2.8.6, MENON (1994) considera essa falta de concordância entre o verbo e o complemento (que nos moldes da GT seria o *sujeito*) um reforço para a hipótese de *se* conferir ao pronome *se* o estatuto de *sujeito da frase*.

Se considerarmos que:

- tivemos uma única ocorrência de VPASSINT em nossos dados, contra outras 6.826 consideradas, o que significa 0,014% e que MENON (1994) apresenta 8.150 dados e 35 ocorrências de VPASSINT, o que representa 0,42 % do total;

³² KITAGAWA & LEHRER (1990), citados por MENON (1994, p. 130) afirmam que o emprego de pronomes pessoais, sobretudo os de segunda pessoa, como recurso de indeterminação, é bastante corrente nas línguas do mundo, mas restringe-se às que possuem sistema pronominal fechado. Assim, em línguas como japonês ou coreano não é possível esse emprego.

- nossos informantes têm, no máximo, o 2.º grau de escolaridade; já os informantes do trabalho de MENON têm formação universitária;

- o *corpus* utilizado por MENON tem característica mais formal do que o que empregamos (VARSUL), sobretudo por haver as EFs (elocuições formais) do Projeto NURC;

podemos dizer que:

a) com a redução do nível de escolaridade e de formalidade parece reduzir-se, também, o universo de possibilidades de ocorrência de VPASSINT;

b) apesar de VPASSINT ocorrer com maior frequência na fala dos mais escolarizados, seu uso é restritíssimo, o que permite considerar pertinente a hipótese de que essa forma está se extinguindo na língua falada.

3.1.2 Presente do Indicativo: o tempo da indeterminação

A despeito de os informantes das entrevistas do projeto VARSUL referirem-se com frequência ao passado - fato que nos levou a investigar a possível predominância de tempos do passado em nossos dados - o tempo *presente do indicativo* é o mais usado em situações de fala com sujeito de referência indeterminada. Relacionamos esse resultado à estratégia de *mudança de tempo verbal* que o falante utiliza para indeterminar seus enunciados, conforme vimos em 2.5.5.

O gráfico 02, a seguir, ilustra o uso de tempos e modos verbais em índices percentuais. Na execução desse gráfico, a exemplo da tabela 01 e do gráfico 01, bem como da tabela 02, não usamos pesos relativos, devido à limitação do programa estatístico que não comporta as onze variantes como variável dependente de uma só vez. Assim, para obtermos o número total de ocorrência com cada tempo verbal, nosso procedimento foi o seguinte:

1) dividimos, aleatoriamente, as variantes da indeterminação em três grupos (você, ØV3PS, eles, a gente), (FNs, VPSA, se, nós), (tu, eu, ØV3PP);

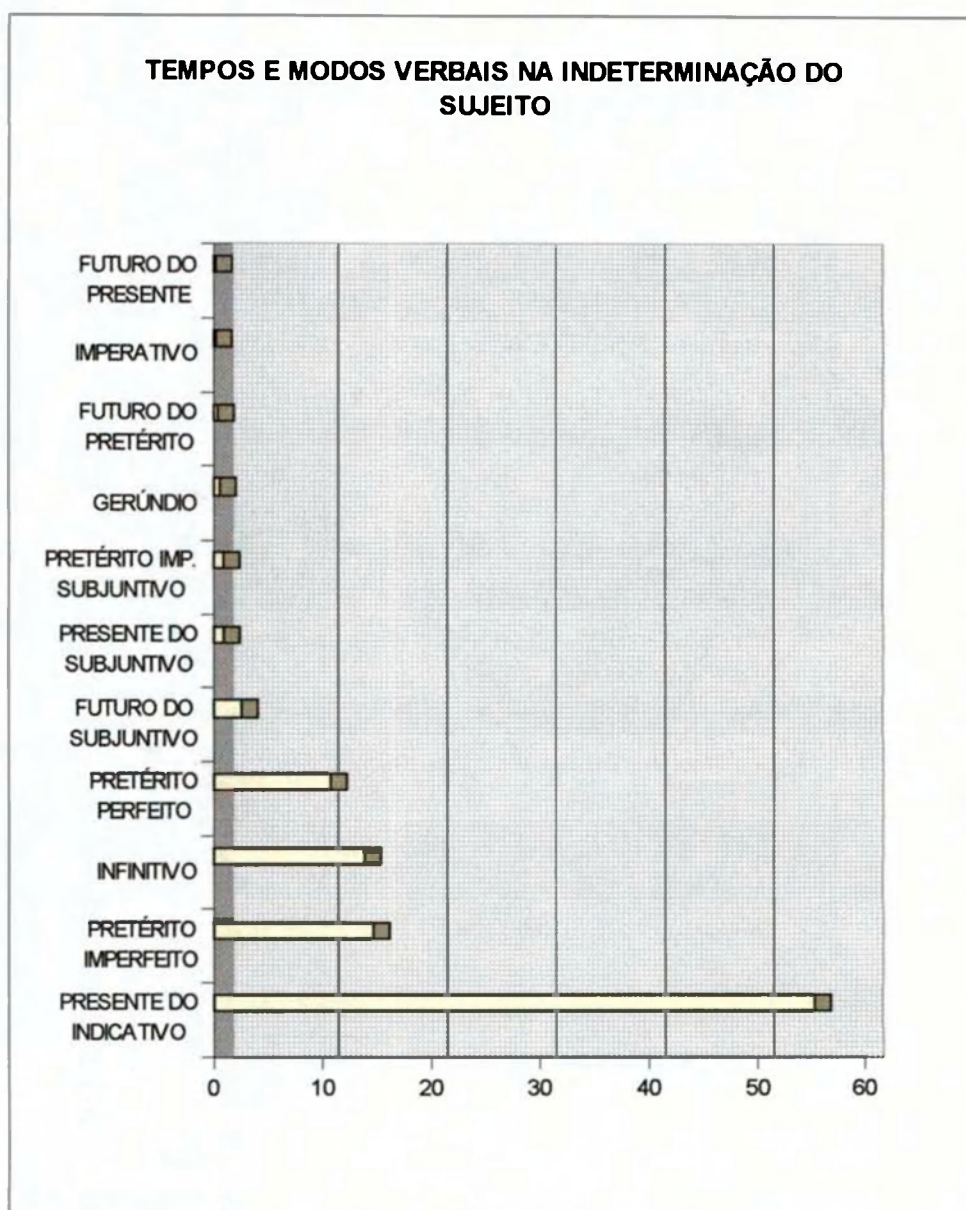
2) realizamos rodadas estatísticas colocando cada grupo como variável dependente e como independente o fator *tempo verbal*;

3) após as rodadas com os três grupos, somamos o número de ocorrências de cada tempo verbal nos três grupos para obtermos o total de ocorrências de cada tempo com todas as variantes;

4) desprezamos os índices percentuais fornecidos pelo programa, pois levaram em conta apenas as variantes de cada grupo;

5) como o que nos interessa são os índices percentuais dos tempos verbais em relação à totalidade das variantes, obtivemos esses índices via calculadora.

Gráfico 02



O gráfico evidencia a predominância do *presente do indicativo* e mostra que, embora o *pretérito imperfeito do indicativo* ocupe a 2.^a posição como mais usado, há uma acentuada diferença entre eles, pois as ocorrências do *pretérito imperfeito* correspondem a apenas 26,4% das do *presente*. Se somarmos as 998 ocorrências do *pretérito imperfeito* com as 735 do *pretérito perfeito* (4.^o tempo mais usado), ainda assim o resultado não será significativo para os tempos do passado, pois obteremos 1.733 ocorrências, o que significa menos de 50% das obtidas com o presente.

É também evidente a produtividade quase nula do *futuro do presente simples*: uma única ocorrência, com a forma VPSA³³, e completa ausência do *pretérito-mais-que-perfeito simples*. Para indicar esses tempos, o falante utiliza formas compostas, nas quais consideramos o tempo em que se apresenta o verbo auxiliar. Para efeito de registro mais detalhado da distribuição das variantes por tempos e modos verbais, apresentamos a tabela 02 com o número de ocorrências e percentuais das variantes em cada tempo e modo verbal.

Nessa tabela, o sombreado indica variantes e tempos e modos verbais mais usados, os quais foram submetidos a rodadas estatísticas, cujos resultados foram utilizados na elaboração da tabela 03 e do gráfico 03.

Os dados não-sombreados indicam variantes e tempos e modos verbais menos usados, com os quais ocorreram *knockouts*.

³³ A ocorrência é: *Não sei se será solucionado Ø, tem gente que acha que num período de dois anos está suprido [essa]- esse estado, (...) (PBR/22/199)*

Tabela 02

TAB.02 VARIANTES / TEMPOS E MODOS VERBAIS (N.º OCOR. / PERCENTUAL)											
Variantes n. ocor.	PRES. IND.	PRET. IMP.	INFINI TIVO	PRET. PERF.	FUT. SUBJ.	PRES. SUBJ.	IMP. SUB.	GERÚN DIO	FUT. PRET.	IMPE- RAT.	FUT. PRES.
VOCÊ	1.555	339	385	39	123	23	29	24	2	4	0
2.523	61,6	13,4	15,3	1,5	4,9	0,9	1,1	0,9	0,08	0,2	
ØV3PS	457	100	354	35	21	6	5	9	3	5	0
995	45,9	10,1	35,6	3,5	2,1	0,6	0,5	0,9	0,6	0,5	
ELES	403	172	14	180	4	5	7	2	6	0	0
793	50,8	21,7	1,8	22,7	0,5	0,6	0,9	0,3	0,8		
A GENTE	428	123	87	6	6	7	5	1	4	0	0
667	64,2	18,4	13	0,9	0,9	1	0,7	0,1	0,6		
ØV3PP	217	73	5	249	7	5	2	0	0	0	0
558	38,9	13,1	0,9	44,6	1,3	0,9	0,4				
FNs	304	70	50	24	10	13	5	2	1	0	0
479	63,5	14,6	10,4	5,0	2,1	2,7	1,0	0,4	0,2		
VPSA	70	27	7	176	1	2	3	0	2	0	1
289	24,2	9,3	2,4	60,9	0,3	0,7	1		0,7		0,3
SE	120	51	23	9	2	5	2	0	2	0	0
214	56,1	23,8	10,7	4,3	0,9	2,3	0,9		0,9		
NÓS	88	41	4	7	0	0	0	0	1	1	0
142	62	28,9	2,8	4,9					0,7	0,7	
EU	106	0	11	10	2	2	1	0	0	0	0
132	80,3		8,3	7,6	1,5	1,5	0,8				
TU	26	2	3	0	1	0	2	0	0	0	0
34	76,5	5,9	8,8		2,9		5,9				
TOTAL	3.774	998	943	735	177	68	61	38	21	10	1
6.826	55,3	14,6	13,8	10,8	2,6	1	0,9	0,5	0,3	0,1	0,01

A tabela indica que o *presente do indicativo* é o tempo mais usado com 09 das 11 variantes. Com as outras duas (\emptyset V3PP e VPSA) o mais usado é o *pretérito perfeito*. Interessa ressaltar que até a GT considera essas duas formas equivalentes, conforme vimos em 2.8.9. Na ocasião, sob a nossa ótica, exemplificamos os casos com: *A bola foi chutada* conserva o mesmo sentido básico de *Chutaram a bola*. Com a variante *eles* (também considerada equivalente a \emptyset V3PP), o *pretérito perfeito* é, também, bastante usado, porém não ocupa a primeira colocação, mas sim a segunda.

Se, por um lado, essas formas (\emptyset V3PP, VPSA e *eles*) apresentam acentuada ocorrência com o *pretérito perfeito*, por outro, a forma *você* comporta-se de maneira inversa. Das 558 ocorrências de \emptyset V3PP, 249 ocorreram com o *pretérito perfeito*, o que corresponde a 44,6 %; das 289 ocorrências de VPSA, 176 ocorreram com *pretérito perfeito* (60,9 %); das 793 ocorrências de *eles*, 180 (22,7%) também ocorreram com esse tempo. Já a variante *você*, a mais empregada na amostra, com 2.523 ocorrências, apresenta apenas 39 dados com o *pretérito perfeito*, o que corresponde a apenas 1,5 %.

Outro fato que a tabela evidencia, e que envolve a variante *você*, ocorre com os tempos do subjuntivo. Esses tempos não foram muito empregados, pois apresentam apenas 306 ocorrências contra 3.774 do *presente do indicativo*, por exemplo. Desses 306 dados, 175 (57%) ocorreram com a variante *você*. Essa variante, que se mostrou praticamente improdutiva no *pretérito perfeito*, mostrou-se a preferida para os tempos do *subjuntivo*. Supomos que, na indeterminação, o falante evita o uso de *você* no *pretérito perfeito*, dada a característica pontual desse tempo, o que de certa forma poderia causar um efeito muito acentuado de *comprometimento do interlocutor*. Com o modo *subjuntivo*, já no campo da hipótese, o comprometimento se dilui.

Para que pudéssemos obter mais informações sobre o comportamento das variantes em relação aos tempos e modos verbais, retiramos as variantes menos empregadas (*nós*, *eu* e *tu*) e os tempos e modos também menos empregados (*gerúndio*,

futuro do pretérito, imperativo e futuro do presente) e submetemos esses dados a uma nova rodada estatística, com *step up* e *step down*³⁴, tendo como variável dependente a faixa etária. Vejamos os resultados na tabela 03 e no gráfico 03, a seguir:

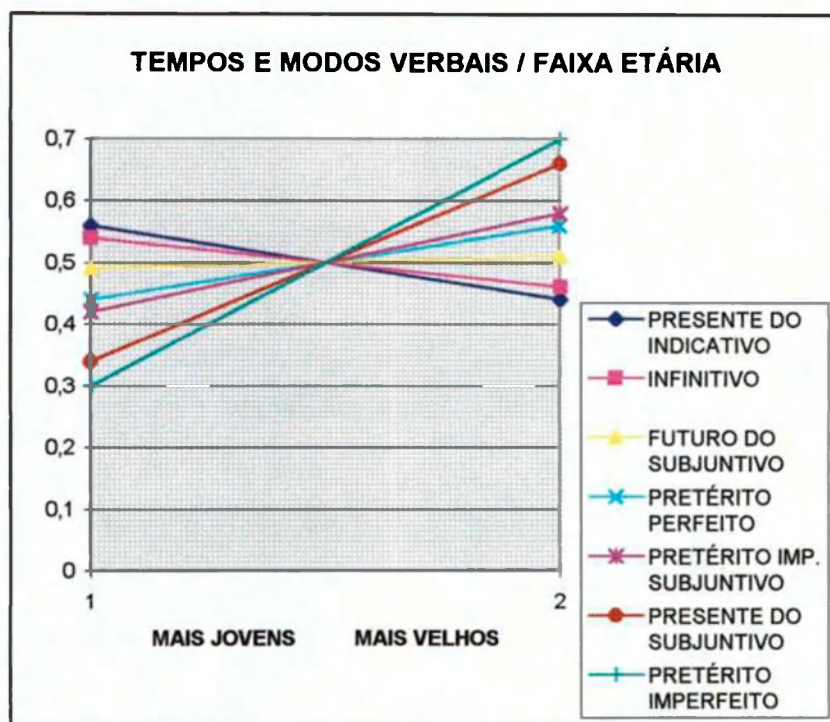
Tabela 03

TEMPOS E MODOS VERBAIS MAIS EMPREGADOS / FAIXA ETÁRIA (N.º OCOR. / PESO RELATIVO E ÍNDICE PERCENTUAL)		
TEMPOS / MODOS	+ JOVENS (25 A 50 ANOS)	+ VELHOS (ACIMA DE 50)
PRESENTE DO INDICATIVO	2.155 / .56 / 61%	1.399 / .44 / 39%
PRETÉRITO IMPERFEITO	327 / .30 / 34%	628 / .70 / 66%
INFINITIVO	550 / .54 / 59%	375 / .46 / 41%
PRETÉRITO PERFEITO	338 / .44 / 47%	380 / .56 / 53%
FUTURO DO SUBJUNTIVO	96 / .49 / 55%	78 / .51 / 45%
PRESENTE DO SUBJUNTIVO	25 / .34 / 38%	41 / .66 / 62%
PRETÉRITO IMPERF. SUBJ.	27 / .42 / 47%	31 / .58 / 53%

Vemos que os tempos do subjuntivo ocorreram mais na 2.^a faixa etária. Esses dados reiteram a tendência de um uso menor dos tempos do subjuntivo pelas faixas etárias mais jovens.

³⁴ *Step up* e *step down* são recursos do IVARB que apresentam diversos níveis de análise, os quais, além de atribuírem adequadamente pesos relativos aos diversos fatores das variáveis independentes, permitem verificar a interferência entre variáveis e apontam variáveis estatisticamente relevantes ou irrelevantes.

Gráfico 03



Esses dados evidenciam a maior frequência do *presente do indicativo* e do *infinitivo* na fala dos informantes mais jovens. Já os tempos do passado, tanto do modo indicativo quanto do subjuntivo, são mais frequentes na fala dos mais velhos. O *futuro do subjuntivo* não apresenta variação relevante nas faixas etárias.

3.2 Os Resultados com Fatores Sociolingüísticos

Vimos que o número de variantes (onze) analisadas em nosso trabalho ultrapassa o número máximo de variantes (cinco) aceito pelo programa estatístico na variável dependente. Por isso, na obtenção de resultados com os fatores sociolingüísticos, utilizamos, separadamente, como variáveis dependentes, os fatores *sexo*, *faixa etária*, *escolaridade* e *localidade*. Os pesos relativos dessas rodadas foram utilizados na execução das tabelas e gráficos que se seguem neste trabalho. Retomando as informações da seção 2.3, no caso dos pesos relativos fornecidos pelo programa,

quando a variável é binária (especificamente no nosso caso com os fatores *sexo* e *faixa etária*), o ponto neutro é .50 e os resultados que se afastam dele em direção a 1.0 são considerados significativos para a aplicação da regra, e os que se afastam em direção a 0 (zero) são significativos para a não-aplicação da regra. Quando a análise é ternária (escolaridade e localidade), o ponto neutro passa a ser .33.

3.2.1 Escolaridade

Uma vez que a escola se propõe a ensinar a língua padrão, esperávamos que os falantes com maior grau de escolaridade (2.º grau) utilizassem mais as formas de indeterminação previstas pela GT, que chamaremos de *mais formais*: ØV3PP e ØV3PS+SE (que aqui chamamos apenas *se*). Além disso, esperávamos que a VPASSINT, também considerada mais formal, ocorresse menos em nossos dados do que nos dados do NURC-SP, analisados por MENON (1994) e que, se houvesse ocorrências, esta forma seria mais produtiva também com informantes mais escolarizados, neste caso com o 2.º grau, e com os de nível ginásial pertencentes à 2.^a faixa etária.

Quanto ao emprego de ØV3PP e *se*, vejamos o que os dados indicam:

Tabela 04

VARIANTES MAIS FORMAIS / ESCOLARIDADE (N.º OCOR. / PESO RELATIVO)			
	PRIMÁRIO	GINÁSIO	2.º GRAU
ØV3PP	181 / .365	233 / .390	144 / .245
SE	54 / .290	51 / .218	109 / .492

Pode-se observar que nossa hipótese se confirma em relação ao uso de *se* pelos mais escolarizados. Entretanto não se confirma em relação à ØV3PP que apresenta um

pico positivo na faixa do ginásio, mas que decresce acentuadamente no 2.º grau (ver gráfico 05). Nem mesmo a média dos pesos relativos do ginásio com o 2.º grau (.311) atinge os (.365) observados no primário.

Conforme esclarecemos em 2.4.2.1, esperávamos também que o maior uso dessas formas fosse compartilhado pelos informantes com escolaridade ginásial da 2.^a faixa etária (mais velhos), devido a um possível melhor nível dos alunos do curso ginásial até a década de 60.

Para obtermos dados sobre a faixa etária dos informantes com ginásio que empregam essas variantes, submetemos os dados ao programa CROSSTAB (do VARBRUL), fazendo cruzamento dos fatores *escolaridade* e *faixa etária*. Contrariando nossa expectativa, a forma ØV3PP mostrou-se um pouco mais produtiva com os mais jovens com curso ginásial (123 ocorrências contra 110 com os mais velhos, o que significa 57,7% de uso pelos mais jovens). Já a variante *se* mostrou-se levemente mais empregada pelos mais velhos (28 ocorrências contra 23 pelos mais jovens, o que significa 54,9% de emprego pelos mais velhos com escolaridade ginásial).

Quanto à comparação de VPASSINT (VARSUL - nossos dados) e VPASSINT (NURC-SP), nossa hipótese já foi respondida na seção 3.1.1. Retomando rapidamente nossos dados, podemos dizer que nossa hipótese se confirma em relação ao menor emprego desse recurso pelos informantes do interior paranaense, pois tivemos apenas uma ocorrência, em 6.827 dados³⁵, realizada por uma informante com escolaridade de 2.º grau, contra 31 em um universo de 8.150 ocorrências do trabalho de MENON (1994) com os dados do NURC. Julgamos que nossos informantes praticamente não utilizaram VPASSINT não porque são do interior paranaense, mas sim devido ao fator escolaridade que, no caso do VARSUL, limita-se a ir até o 2.º grau, ao passo que no

³⁵ São 6.826 ocorrências considerados para análise via programa estatístico computacional mais uma ocorrência de VPASSINT, forma excluída da análise devido aos *knockouts*.

NURC os informantes têm formação universitária, conforme já visto na seção 3.1.1. Além disso, nos dados do NURC analisados por MENON (1994, p. 296; 301), o recurso VPASSINT concentra-se na fala dos mais velhos e nos níveis mais formais de elocução: nas EFs e nas DIDs, sendo muito pouco produtivo nas D2, que apresentam o menor nível de formalidade.

Nesses resultados, pode-se ver alguma influência da escolaridade, mas eles mostram que essa influência não está sendo forte o suficiente para impedir que a VPASSINT desapareça da língua oral, pois o resultado de MENON, embora maior do que o nosso, também evidencia a pouca produtividade de VPASSINT, sobretudo na fala dos informantes mais jovens.

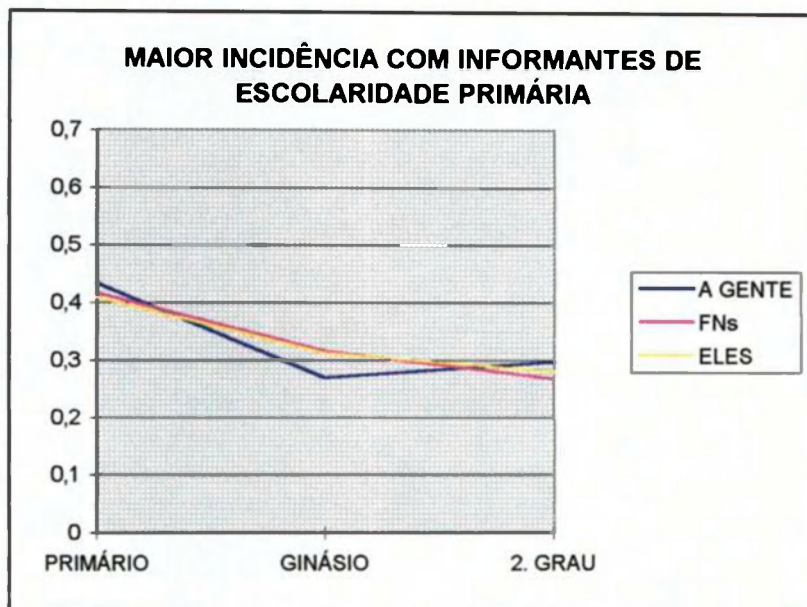
Para que possamos ter uma visão mais geral das variantes balizadas pela escolaridade, observemos a seguinte tabela, organizada com os dados da rodada estatística em que se tomou como variável dependente o fator *escolaridade*.

Tabela 05

VARIANTES DA INDETERMINAÇÃO / ESCOLARIDADE (N.º OCOR. PESO RELATIVO)			
	PRIMÁRIO	GINÁSIO	2.º GRAU
VOCÊ	628 / .291	1.101 / .403	794 / .307
ELES	286 / .409	282 / .312	225 / .279
ØV3PS	289 / .337	309 / .281	397 / .382
A GENTE	260 / .434	202 / .269	205 / .297
ØV3PP	181 / .365	233 / .390	144 / .245
FNs	173 / .417	168 / .316	138 / .267
SE	54 / .290	51 / .218	109 / .492
EU	24 / .234	86 / .598	22 / .168
NÓS	24 / .201	62 / .419	56 / .379
VPSA	72 / .293	104 / .327	113 / .380
TU	11 / .343	7 / .175	16 / .482
TOTAL	2.010 / .291	2.608 / .368	2.224 / .340

Essas ocorrências podem ser divididas em 4 grupos, conforme ilustraremos com os próximos 4 gráficos. Vejamos:

Gráfico 04



Tendo em vista que as formas *a gente*, *FNs* e *eles* não são consideradas pela GT recursos de indeterminação do sujeito, o gráfico 04 não apresenta novidade, apenas confirma o previsível: recursos não previstos pela GT, apesar de muito presentes na fala dos informantes com ginásio e com 2.º grau, se realizam mais na fala de informantes menos escolarizados (primário).

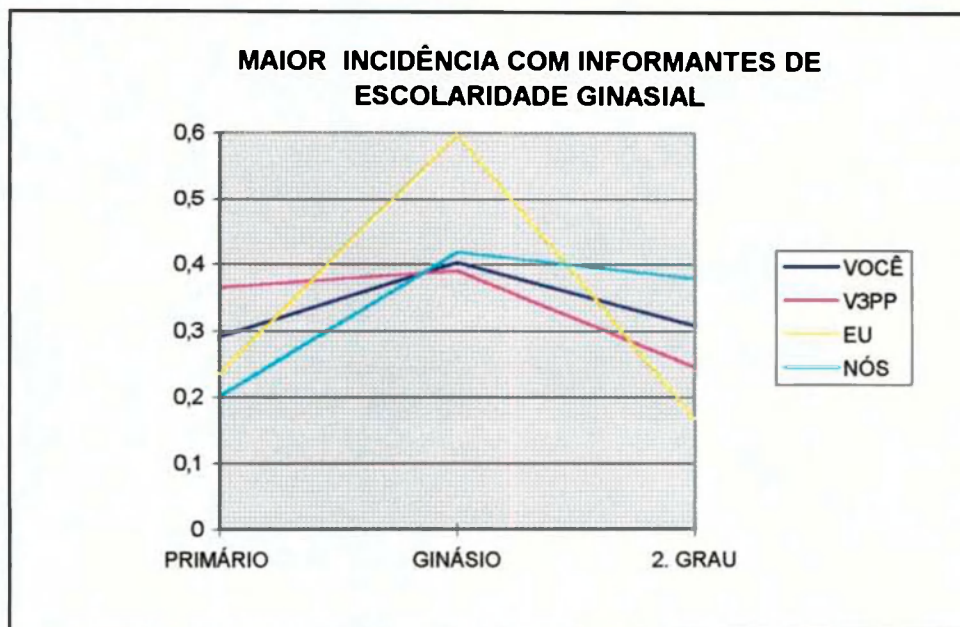
Para que fosse possível uma análise mais detalhada da distribuição dessas variantes, submetemos os dados ao programa CROSSTAB (do VARBRUL), e obtivemos os seguintes resultados na interação *variantes / escolaridade / faixa etária*:

Tabela 06

ELES - A GENTE - FNs / ESCOLARIDADE / FAIXA ETÁRIA - (N.º OCOR. PERCENTUAL)				
		ELES	A GENTE	FNs
+ JOVENS	PRIMÁRIO	126 / 32%	98 / 29%	116 / 44%
	GINÁSIO	141 / 36%	119 / 36%	78 / 29%
	2.º GRAU	123 / 32%	118 / 35%	72 / 27%
TOTAL		390	355	266
+ VELHOS	PRIMÁRIO	160 / 40%	162 / 49%	57 / 27%
	GINÁSIO	141 / 35%	83 / 25%	90 / 42%
	2.º GRAU	102 / 25%	87 / 26%	66 / 31%
TOTAL		403	352	213

A tabela indica que os três recursos de indeterminação mais empregados pelos menos escolarizados da amostra analisada apresentam visível diferenciação, em termos de frequência, no fator faixa etária: *eles* é mais freqüente na fala dos mais velhos menos escolarizados e menos freqüente também na fala dos mais velhos, porém mais escolarizados (2.º grau); *a gente* é mais empregado também pelos mais velhos menos escolarizados e menos empregado também pelos mais velhos, porém com escolaridade ginasial. Já a frequência das FNs é maior na fala dos mais jovens menos escolarizados e menor na fala dos mais velhos também menos escolarizados.

Gráfico 05



Duas das variantes com maior incidência na fala de informantes com escolaridade ginasial, ØV3PP e *nós*, alternam-se, respectivamente, com *eles* e *a gente*, formas mais frequentes com informantes de escolaridade primária, conforme vimos no gráfico 04. Em relação a ØV3PP, forma prevista pela GT para indeterminar o sujeito, esperávamos que sua maior frequência ocorresse no 2.º grau e no ginásio com informantes mais velhos, a exemplo da variante *se*. Entretanto, parece estar havendo uma espécie de oposição no emprego dessas variantes: enquanto a ØV3PP tem um pico positivo no ginásio, a variante *se* tem um pico negativo (ver gráfico 06). Enquanto o *se* é mais freqüente no 2.º grau, seu pico negativo é no ginásio. Diríamos que, em termos de uso dos recursos mais formais de indeterminação, os informantes com escolaridade ginasial preferem o ØV3PP e os com 2.º grau ficam com o *se*. Esse fato nos induz a considerar o *se* um recurso ainda mais formal do que o ØV3PP. Observamos também que ØV3PP e *eles*, consideradas por MENON (1994) como *variantes em concorrência*, apresentam realização semelhante no fator escolaridade: ambas apresentam queda com os informantes com 2.º grau.

Ainda no gráfico (05), chama-nos a atenção a alta incidência de *eu* no nível ginásial. Para tentarmos entender esse comportamento, buscamos, no campo das frequências, explicações possíveis para o fato. Para isso, fizemos um levantamento das ocorrências e chegamos à seguinte tabela de distribuição das ocorrências de *eu / ginásio* em relação aos demais fatores sociolingüísticos analisados:

Tabela 07

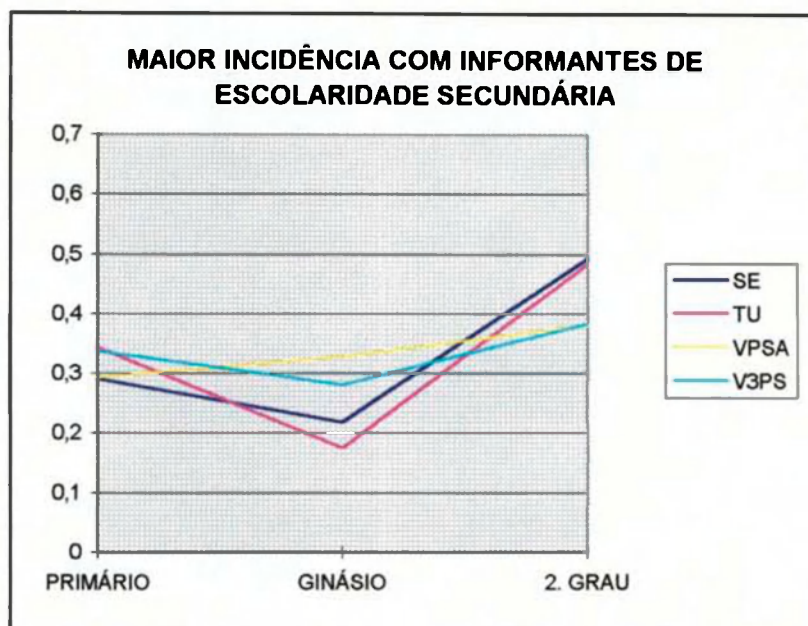
EU - GINÁSIO / LOCALIDADE/SEXO/FAIXA ETÁRIA (N.º OCOR. / PERCENTUAL)											
TOTAL DE EU / GINÁSIO: 86											
IRATI				LONDRINA				PATO BRANCO			
15 / 17,4%				64 / 74,4%				7 / 8,2%			
F		M		F		M		F		M	
10 / 66,7%		5 / 35,3%		19/ 29,7%		45 / 70,3%		0 /		7 / 100%	
A	B	A	B	A	B	A	B	A	B	A	B
6/60%	4/40%	0	5/100%	19/100%	0	33/73,3%	12/26,7%	0	0	7/100%	0

F = feminino
M = masculino

A= 25 a 50 anos
B = acima de 50 anos

Esses dados mostram que os informantes de Londrina, em particular os jovens e mais acentuadamente os homens mais jovens, poderiam ter sido a causa do pico positivo de *eu* no ginásio, o que nos leva a inferir que os jovens de Londrina estão apresentando um discurso, com sujeito indeterminado, mais egocêntrico e inovador, se comparados aos de Irati e de Pato Branco. Egocêntrico pois eles se inserem mais no discurso; inovador pois utilizam com maior frequência do que os demais uma forma nova na indeterminação.

Gráfico 06

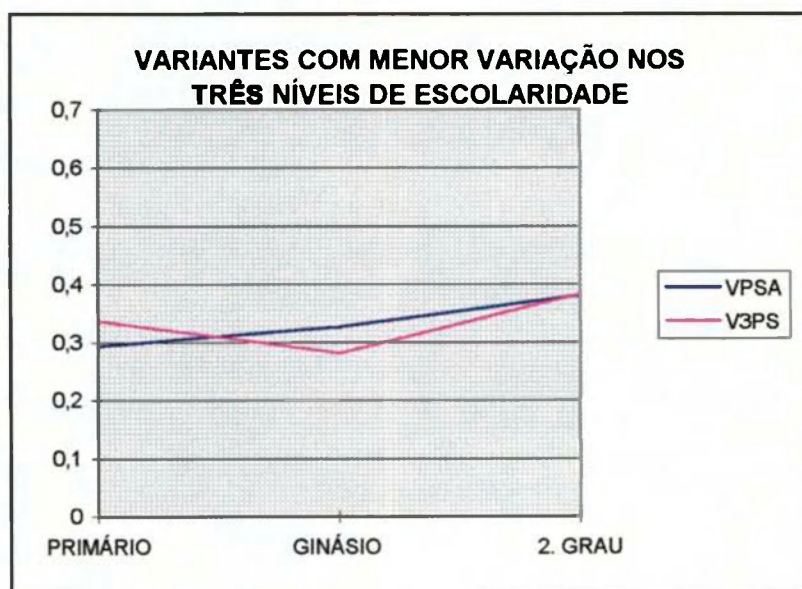


Além da maior realização de *se* com informantes mais escolarizados, observamos no gráfico acima que a VPSA (voz passiva sem agente) apresenta um crescimento gradativo do primário até o 2.º grau.

Quanto à forma *tu*, também mais usada pelos mais escolarizados, cremos que o número de ocorrências (34) é bastante pequeno para que possamos considerar o resultado apresentado como muito significativo. Além disso, não podemos deixar de lembrar os resultados de MENON (1994), em que paulistanos com escolaridade universitária não empregaram o *tu* indeterminado (nem determinado) em seus enunciados. Os resultados de SETTI (1997) mostram que, na indeterminação, em Porto Alegre e Florianópolis, o *tu* é mais usado com informantes menos escolarizados (primário) do que com os de ginásio e 2.º grau. Os mesmos resultados de SETTI mostram que em Curitiba não se usa *tu*. São resultados diversos que refletem, talvez, a não-eficácia do discurso escolar que, servindo-se da GT, prega o uso desse pronome. Dessa forma, creio que podemos dizer que não é o fator escolaridade que influencia o emprego da variante *tu*, se esse pronome já não fizer parte do dialeto do informante.

Outra forma que se realiza mais com informantes com 2.º grau é ØV3PS, embora a variação seja pequena. É um dado interessante, uma vez que essa forma de indeterminação, embora não conste da NGB e tenha sido considerada *forma nova* por MILANEZ (1982), já foi mencionada por GUÉRIOS (1964) E BECHARA (s/d) e considerada *variante estável* por MENON (1994, p. 298). Nossos dados também revelam sua estabilidade (gráfico 07) e podem indicar que não é tão nova na língua.

Gráfico 7



Vimos no gráfico 06 (p. 144) que as formas ØV3PS e VPSA apresentam maior uso com o 2.º grau, mas essa variação não é tão acentuada quanto a de *se*. Em relação à escolaridade, pode-se dizer que são elas as que apresentam o menor índice de variação pelos três níveis. Esse equilíbrio, caracterizador de variantes estáveis, também está registrado no gráfico 07.

3.2.2 Faixa Etária

Conforme vimos em 2.4.2.2, uma de nossas hipóteses é a de que, no interior paranaense, as formas *você* e *FNs* seriam mais freqüentes na fala de pessoas mais

jovens (1.^a faixa etária) ao passo que *nós* e *VPSA* seriam mais empregadas pelos mais velhos (2.^a faixa etária), a exemplo do que SETTI (1997) constatou nas capitais do Sul. A tabela abaixo nos fornece as respostas para essas hipóteses:

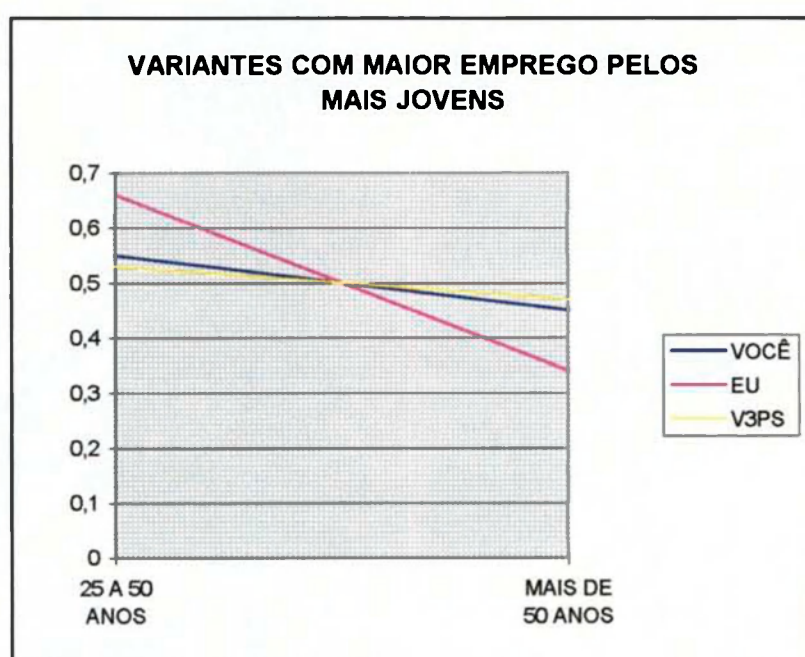
Tabela 08

Variantes / Faixa Etária (ocorrência/peso relativo)		
Variantes	De 25 a 50 anos	Acima de 50 anos
Você	1.474 - .55	1.049 - .45
Eles	390 - .44	403 - .56
ØV3PS	576 - .53	419 - .47
A gente	335 - .46	332 - .54
ØV3PP	299 - .50	259 - .50
FNs	266 - .51	213 - .49
Se	85 - .34	129 - .66
Eu	91 - .66	41 - .34
Nós	56 - .35	86 - .65
VPSA	131 - .40	158 - .60
Tu	13 - .31	21 - .69
Total	3.716 - .55	3.110 - .45

Vemos que nossa expectativa se confirma parcialmente, pois os falantes mais jovens realmente empregam a forma *você* mais do que os mais velhos. Entretanto não é com essa variante que ocorre o maior índice de diferença nas faixas etárias, mas sim com a variante *eu*. Já a *FN* ocupa apenas a 4.^a colocação, em uma posição de quase equilíbrio nesse fator (idade). Em relação aos falantes mais velhos, contrariando levemente nossa expectativa, constatamos que , **dentre os recursos mais usados**, é o *se* o que tem maior chance de realização; já as variantes *nós* e *VPSA* ocupam respectivamente a 2.^a e 3.^a colocação. Dissemos *dentre os recursos mais usados* pois, devido ao baixo número de ocorrências (34 em 6.826), excluímos dessa classificação o

tu, que, no cômputo geral de frequência, ocupa o 1.º lugar. Entretanto, deixamos essa forma nas tabelas e nos gráficos para efeito de registro. Há também a forma ØV3PP que, a exemplo da FN, apresenta distribuição equilibrada nas faixas etárias. Observemos os gráficos a seguir, com os quais procuramos ilustrar nossa interpretação desses dados.

Gráfico 08



Observamos, nesse gráfico, que as formas com maior ocorrência na fala dos informantes mais jovens **não** são as formas canônicas da indeterminação do sujeito. Assim, poderíamos dizer que o comportamento de *você*, *eu* e ØV3PS indica uma possível mudança em progresso. Entretanto, realmente é apenas uma possibilidade, pois nada garante que os informantes mais jovens continuarão a empregar essas variantes com igual ou maior frequência quando estiverem mais velhos.

No caso específico do emprego do *eu*, é possível que o discurso egocêntrico seja uma característica dos mais jovens e que essa característica se perca ou se atenu

como o passar dos anos. Associamos nossos resultados aos de MENON (1996)³⁶, em que a autora constata que, em seus dados, os informantes mais jovens empregam o pronome *eu* mais do que os mais velhos o fazem. Já os mais velhos empregam mais o pronome *nós*. O *egocentrismo* expresso por *eu* seria uma característica mais típica dos jovens, ao passo que os mais velhos expressariam mais a *modéstia* por meio do pronome *nós*.

Nossos resultados em relação a *eu* e *você* / faixa etária são análogos aos de MENON (1994, p. 281), com dados do NURC / SP. Observemos:

Tabela 09

EU - VOCÊ / FAIXA ETÁRIA			(PESO RELATIVO)		
	VARSUL (PONTO NEUTRO: .50)		NURC (PONTO NEUTRO: .333)		
	25 A 50 ANOS	ACIMA DE 50	25 A 35 ANOS	36 A 55 ANOS	ACIMA DE 56
EU	.66	.34	.539	.343	.118
VOCÊ	.55	.45	.483	.265	.252

Embora as divisões por faixa etária sejam diferentes no VARSUL e no NURC, a tabela evidencia a semelhança entre os resultados. Os mais jovens apresentam índices acima do ponto neutro de cada pesquisa; os mais velhos, abaixo.

Voltando ao fato de termos constatado maior uso de ØV3PS pelos mais jovens, temos a dizer que esse fato pode constituir um obstáculo às considerações que se fazem (e que fizemos) em torno de a língua portuguesa estar perdendo sua característica de língua de sujeito nulo. Entretanto, já vimos que, em nossos dados, o preenchimento da posição do sujeito é maior do que a ausência. Então, a questão é: que razões levariam a um número tão elevado da forma ØV3PS e por que sua maior

³⁶ O trabalho de MENON (1996), *Uso dos pronomes sujeito de 1.ª pessoa: uma análise sociolingüística*, tem por objetivo verificar se o português do Brasil ainda se comporta como uma língua que prescinde do uso do pronome pessoal. A autora analisa as ocorrências de pronome pessoal de primeira pessoa, *eu* e *nós*, além de tratar do chamado *discurso egocêntrico* e do *plural de modéstia*, utilizando um *corpus* do Projeto NURC/SP.

ocorrência se dá no discurso dos mais jovens? Em primeiro lugar, esse número, 995 casos, apesar de significativo, é relativamente baixo se comparado às 2.523 ocorrências da variante *você*, por exemplo. Em termos percentuais, ØV3PS corresponde a 39% das ocorrências de *você*. Depois, há o fato de essa forma (ØV3PS) ter uma grande realização com verbos no infinitivo. São 354 ocorrências, ou 35,5% com esse tempo verbal que, canonicamente, se usaria sem sujeito expresso.

Quanto ao fato de ela ocorrer mais com os mais jovens, poderia ser um indício de que essa forma, não prevista na NGB, mas tida como recurso de indeterminação por GUÉRIOS (1964) e BECHARA (s/d) está se tornando mais freqüente na língua. Este fato pode ser visto como uma indício de que a língua pode **não** estar se movimentando para preencher a posição de sujeito em **todas** as situações. Haveria especializações e a ØV3PS seria um dos casos em que não haveria preenchimento.

A esse respeito, DUARTE (1993), em trabalho sobre a trajetória do pronome sujeito no português do Brasil, constata que a língua está avançando em direção ao preenchimento da posição de sujeito pronominal nas 1.^a e 2.^a pessoas; porém, também constata que o mesmo não ocorre com a 3.^a.

BOTASSINI (1998, p. 74), em trabalho sobre a elipse do sujeito pronominal na linguagem falada no Paraná, constata que, ao contrário de outras formas verbais, as quais, na ausência de uma marca específica para indicar o pronome *eu*, apresentam-no expresso, o **infinitivo** traz maior peso relativo para ausência (.77) do que para presença (.23). Ela declara que a explicação para esse fato pode estar relacionada ao tipo de oração em que a maior parte dos casos de infinitivo com *eu* elíptico aparece: as orações adverbiais. BOTASSINI verificou que, dos 54 casos de orações adverbiais, 44 estão pospostas à oração principal, e constata que:

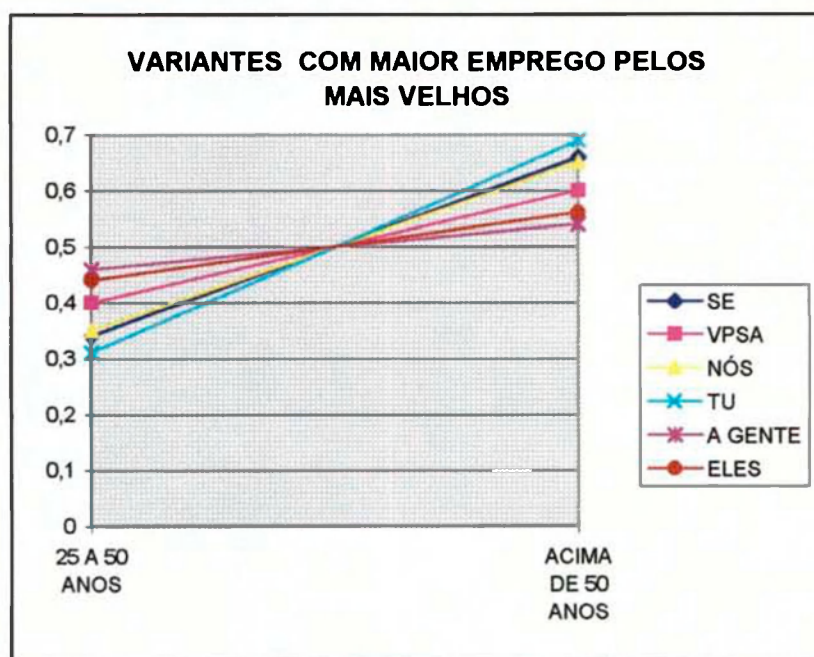
quando as adverbiais vêm pospostas à principal, parece existir uma certa inibição da língua para explicitação do pronome, com conseqüente favorecimento à omissão desse, ainda que na principal o pronome esteja elíptico.

(64) Sai de lá **pra** Ø casar. (08 CTB F A PRI SL 0862)

(65) ...mas estudei só pra Ø não parar, né ? (12 IRT F B SEG SL 0124) (p.75)

As constatações de BOTASSINI reforçam a hipótese da especialização do preenchimento da posição de sujeito. Relacionamos esse fato à produtividade de ØV3PS em nossos dados e à alta incidência de infinitivo com essa forma. Entretanto, isso não significa que ainda não possa haver um movimento para preencher a posição do sujeito também da ØV3PS. Porém, são apenas hipóteses, que somente poderão ser verificadas em pesquisas futuras.

Gráfico 09



Ao contrário dos falantes mais jovens, que empregam mais as formas típicas da situação dialogal (eu/você), os mais velhos parecem diluir a individualidade e o envolvimento do interlocutor ao empregarem as formas *nós* e *a gente*, *se*, *VPSA* e *eles*. Somente a forma *tu*, também típica do diálogo, é mais empregada pelos mais velhos. Esse fato, associado às poucas ocorrências desse pronome (34), pode significar que o *tu* está caindo em desuso, pelo menos no que diz respeito à indeterminação.

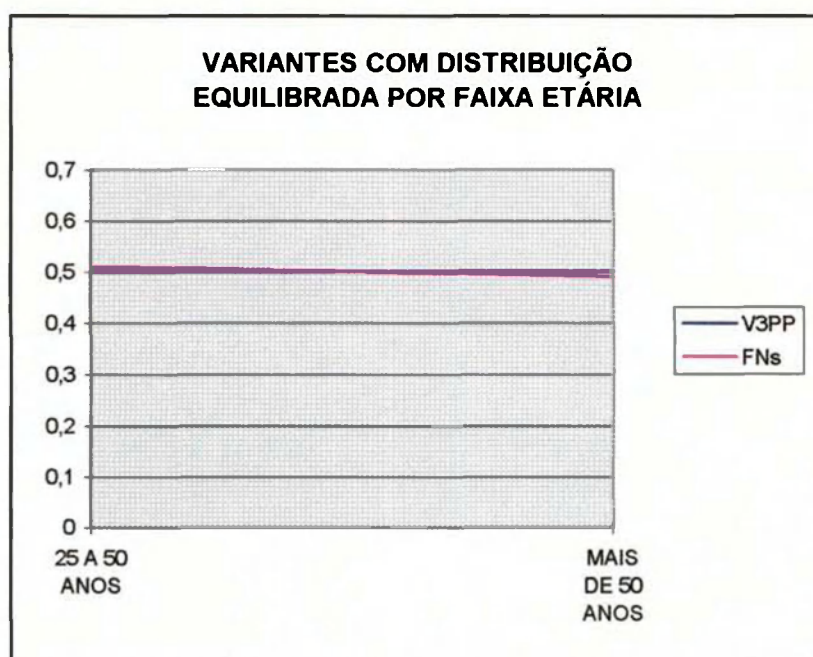
Esperávamos que os informantes mais jovens empregassem menos a forma ØV3PP e mais a forma *eles*, devido aos estudos que advogam o movimento da língua portuguesa em direção ao preenchimento da posição do sujeito. Em nossos dados, verificamos que o sujeito é preenchido com pronomes pessoais (inclusive *a gente*) em 4.291 dados, o que corresponde a 62% de preenchimento. Desses 4.291 casos, 793 são de *eles*. Se compararmos esses casos de *eles* com os 558 de ØV3PP, veremos que o preenchimento é de 58% . Entretanto, verificamos que ØV3PP está sendo empregada pelos mais jovens na mesma proporção em que é empregada pelos mais velhos (.50, gráfico 10) e a forma *eles* apresentou-se menos empregada pelos mais jovens do que pelos mais velhos (.56, gráfico 09).

Esse fato, a princípio, contrariou nossa expectativa de considerar que a ØV3PP estaria sendo substituída por *eles* e chegamos a pensar que talvez estivesse havendo, por parte dos mais jovens, um contramovimento à substituição de ØV3PP por *eles* na indeterminação. Fizemos uma investigação nos dados e verificamos que a informante da entrevista n.º 07, de Londrina, da 2.ª faixa etária, produziu a variante *eles* 36 vezes durante a entrevista. Se considerarmos que são 793 ocorrências em 72 entrevistas, o que dá uma frequência média de 11 por informante, poderíamos pensar que uma única informante pode ter exercido uma influência muito acentuada no resultado de *eles* na fala dos mais velhos. Se, ao invés dessa informante, fosse uma outra, que tivesse emitido a frequência média (11), talvez tivéssemos um resultado oposto ao que tivemos e o recurso *eles* seria mais freqüente na fala dos mais jovens. De qualquer forma, são apenas suposições e suposições não geram dados para análise. Além disso, sabe-se que uma das características do VARBRUL é anular grandes diferenças, para evitar esse tipo de problema. Entretanto, esses fatos servem para mostrar a fragilidade das interpretações quando os resultados estão muito próximos do ponto neutro.

Comparando nossos resultados com os de SETTI (1997, p. 104), verificamos que há uma certa semelhança porque, embora ela tenha observado que os informantes

mais jovens usam *eles* mais do que os mais velhos, a diferença é mínima: .51 e .49, respectivamente. Essa diferença é estatisticamente pouco relevante e coloca seus resultados, a exemplo do nosso, perto de um equilíbrio do uso de *eles* na duas faixas etárias consideradas em nossos trabalhos.

Gráfico 10



Esse gráfico, além de ilustrar o caso da variante ØV3PP, já comentado, indica que, no *corpus* analisado, tanto a ØV3PP quanto a FN estão em equilíbrio nas faixas etárias, o que lhes confere a característica de **variáveis estáveis**.

Além das constatações anteriores, esses gráficos, associados à tabela 08, evidenciam que, no universo analisado, os mais jovens indeterminam mais do que os mais velhos, mas usam com maior frequência apenas 03 dos 12 recursos que analisamos. Os mais velhos indeterminam menos, mas usam com maior frequência 06 desses recursos. Esses resultados talvez sejam um indício de que a linguagem dos mais velhos é mais rica em recursos estilísticos.

3.2.3 Localidade

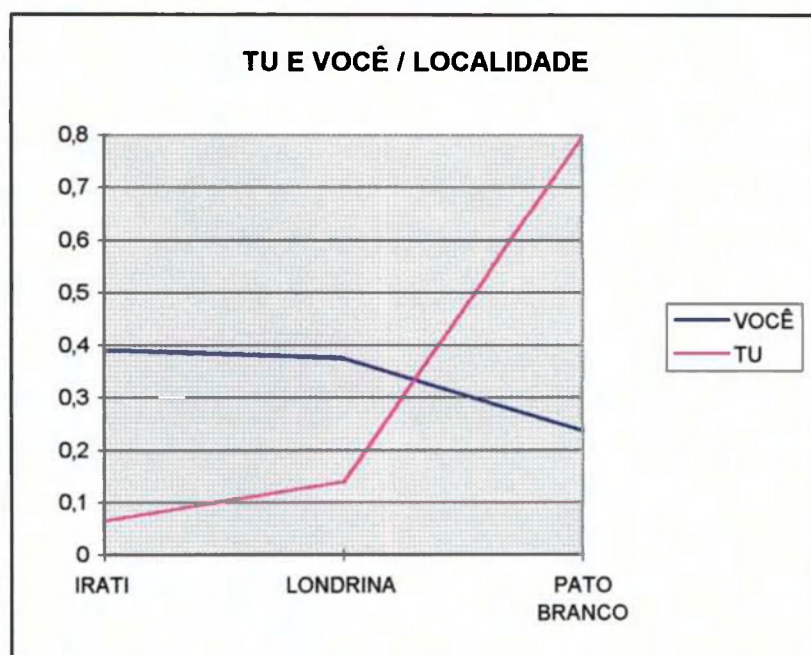
Nossa hipótese a respeito de localidade, conforme já vimos, refere-se ao uso de *tu* e de *você* em Irati, Londrina e Pato Branco. De acordo com o que esperávamos, encontramos a forma *tu* na fala de informantes de Pato Branco, porém em Irati e Londrina não se usa exclusivamente a forma *você* como previmos anteriormente. Entretanto, embora estando presente, o emprego de *tu* é bastante reduzido conforme podemos verificar nos dados abaixo.

Tabela 10

TU - VOCÊ / LOCALIDADE (ocor./peso relativo)			
	IRATI	LONDRINA	PATO BRANCO
VOCÊ	1.023 / .390	1.040 / .374	460 / .236
TU	03 / .064	06 / .139	25 / .796

Esses dados possibilitam o seguinte gráfico, em pesos relativos, em que fica evidente a oposição *tu/você* em Pato Branco, mas que também deve ser visto com reservas, dado ao baixo número de ocorrências de *tu* (34 dados) em relação a *você* (2.523 dados).

Gráfico 11



Julgamos que as 03 ocorrências de *tu* em Irati e as 06 em Londrina são irrelevantes, quando inseridas nos 6.826 dados de indeterminação que temos. Até mesmo as 25 ocorrências em Pato Branco, número significativamente maior do que o das outras cidades analisadas, não refletem produtividade de *tu* se comparadas com as 460 ocorrências de *você*, na mesma cidade. Esses dados evidenciam que, pelo menos em relação ao *tu* indeterminado, a influência do fator *etnia* não foi relevante. Embora Pato Branco, tenha sido colonizada principalmente por gaúchos e catarinenses descendentes de gaúchos, seus informantes não empregam *tu* indeterminado com a mesma alta frequência com que os porto-alegrenses o fazem, nem mesmo com a frequência verificada em Florianópolis. De acordo com os resultados de SETTI (1997), em Porto-Alegre, usa-se muito mais *tu* (366 ocor.) do que *você* (63 ocor.) na indeterminação do sujeito e, em Florianópolis, o resultado é de 187 ocorrências de *tu* contra 172 de *você*.

Para que possamos ter uma idéia geral da distribuição das variantes pelas 03 cidades abrangidas pelo nosso estudo, vejamos a tabela 11.

Tabela 11

VARIANTES DA INDETERMINAÇÃO / LOCALIDADE (OCOR./ PESO RELATIVO)			
	IRATI	LONDRINA	PATO BRANCO
VOCÊ	1.023 / .390	1.040 / .374	460 / .236
ELES	259 / .291	299 / .338	235 / .371
ØV3PS	360 / .326	382 / .352	253 / .322
A GENTE	269 / .361	224 / .309	174 / .330
ØV3PP	262 / .435	160 / .255	136 / .310
FNs	195 / .373	184 / .357	100 / .270
SE	100 / .405	62 / .273	52 / .322
EU	34 / .281	88 / .615	10 / .104
NÓS	70 / .444	40 / .251	32 / .305
VPSA	107 / .325	101 / .313	81 / .362
TU	3 / .064	6 / .154	25 / .782
TOTAL	2.692 / .384	2.589 / .341	1.561 / .275

A análise dessa tabela, à primeira vista, leva a imaginar que em Pato Branco se indetermina muito menos do que em Irati e Londrina. Porém, não se pode fazer essa leitura sem levar em conta que as entrevistas de Pato Branco são mais curtas do que as das outras duas cidades. Em número de linhas transcritas, o *corpus* de Pato Branco, com 25.201 linhas, é 22,39% menos extenso do que o de Irati (com 32.470) e também 20,45% menos extenso do que o de Londrina (31.679). Esse fato dificulta a comparação entre as cidades, mas não interferiu na resposta à nossa hipótese sobre *tu* e *você*.

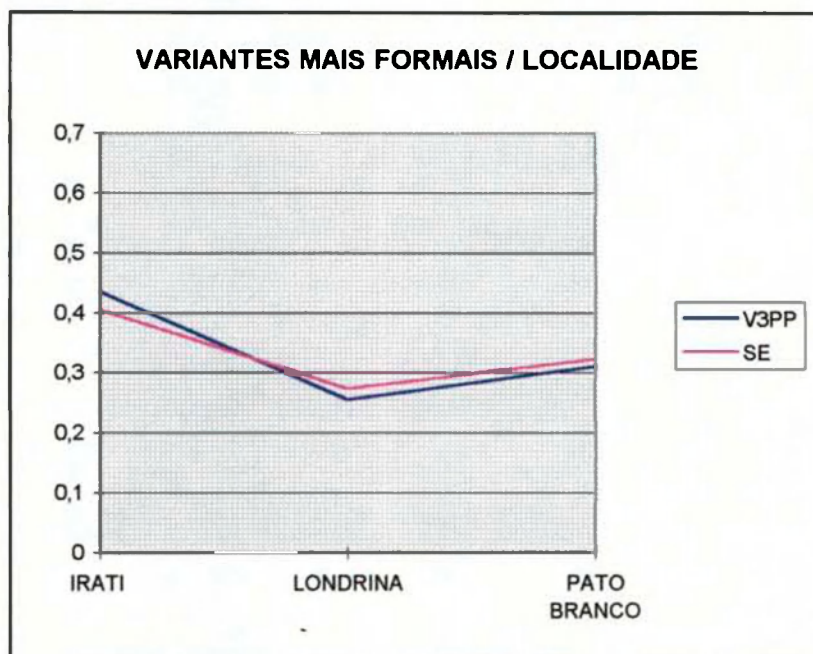
Além do uso de *tu* e de *você*, já mencionados, os dados que chamam a atenção referem-se ao uso de *eu*, acentuadamente mais alto em Londrina (.615), acentuadamente mais baixo em Pato Branco (.104) e um pouco abaixo da média em Irati (.281).

Outro caso que se afasta da média é o maior uso de *nós* em Irati (.444) contra (.251) em Londrina e (.305) em Pato Branco. Nessa mesma proporção está o emprego

de ØV3PP: (.435) em Irati, (.255) em Londrina e (.310) em Pato Branco. Podemos entender esse maior emprego de ØV3PP em Irati como compensado pelo menor uso de *eles*: (.291). A forma *se* apresentou-se menos produtiva em Londrina (.273), mais em Irati (.405) e com pouca diferença em Pato Branco (.322).

Os resultados com as formas ØV3PP e *se*, consideradas pela GT recursos de indeterminação do sujeito, possibilitam o gráfico 12, onde se pode visualizar que, dentre as três cidades, Irati é a que mais emprega os recursos mais formais da indeterminação. Parece-nos que esses resultados, associados ao maior emprego de *nós* em Irati e maior emprego de *eu* em Londrina, refletem as características de Irati em oposição às outras duas cidades, principalmente a Londrina. Irati é mais antiga, seu surgimento data de 1899, mas anteriormente já existia com o nome de Covalzinho. Assemelha-se a Curitiba (embora não seja cosmopolita) pois faz parte do Paraná tradicional. Pato Branco é de colonização mais recente; passou à categoria de cidade apenas em 1951. Anteriormente era Vila Nova Clevelândia (1924), posteriormente Distrito de Bom Retiro (1927) e Distrito de Pato Branco em 1947. Já a criação de Londrina em 1934 foi consequência de um projeto de colonização das terras do norte do Paraná. A chegada dos primeiros migrantes deu-se em 1929, quando Irati já estava estabelecida como cidade. Associe-se a isso o grande crescimento populacional de Londrina ao longo dessas décadas, em oposição à quase estagnação de Irati. Londrina transformou-se em metrópole no Norte do Paraná; é uma cidade-pólo, que atrai muita gente, onde há mais contatos entre diferentes grupos populacionais. Segundo dados do IBGE, Londrina tinha 389.959 habitantes em 1991, ao passo que Irati, mais antiga, tinha apenas 51.582 em 1998, conforme estimativa do IBGE, publicada no Diário Oficial de 27 de agosto de 1998.

Gráfico 12



Ainda em relação à variante *se* e ao fator localidade, levando em consideração que os *corpora* dos trabalhos de MENON (1994) e SETTI (1997) não têm extensão muito diferenciada do nosso, podemos dizer que o recurso *se* é menos produtivo no interior do Paraná do que nas capitais do Sul e em São Paulo, pois obtivemos apenas 216 ocorrências com essa forma, ao passo que SETTI obteve 605 e MENON 1.170. Certamente devemos ler esses dados lembrando que os nossos dados foram obtidos sob as mesmas condições do que os de SETTI, pois ambos os *corpora* pertencem ao projeto VARSUL; já o material analisado por MENON se diferencia do nosso, principalmente em relação ao fator *escolaridade*, visto que são de entrevistas do projeto NURC, em que os informantes cursaram o 3.º grau; no VARSUL, a escolaridade é de no máximo 2.º grau.

Tendo em vista esses fatos, somando-se a eles os resultados por faixa etária e o maior uso de *se* em Irati (cidade mais conservadora) e pelos informantes mais escolarizados, parece-me que a influência para o maior emprego de *se* se dá principalmente:

1.º) pelo conservadorismo de cidades tradicionais (já que informantes de municípios de colonização mais recente o empregam menos);

2.º) pela escolaridade, que parece ser ainda mais influente do que o fator etnia.

3.º) pela introdução de novos recursos de indeterminação, como mostra a análise por faixa etária (os mais velhos empregam mais o *se* do que os mais jovens, os quais empregam mais novos recursos de indeterminação).

3.2.4 Sexo

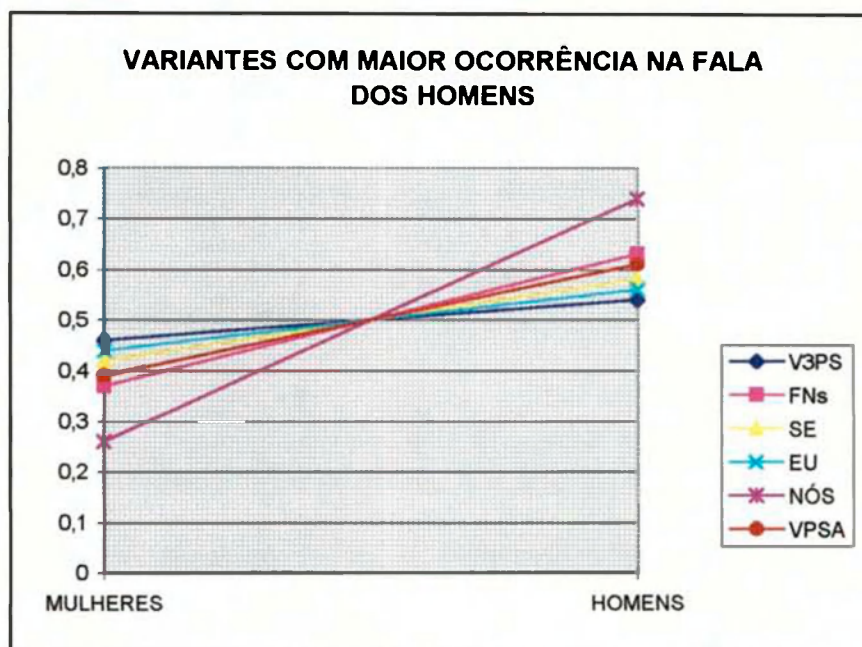
Nossa última hipótese a ser respondida refere-se ao fator extralingüístico *sexo*. Com base em trabalhos anteriores sobre a indeterminação, esperávamos encontrar comportamento lingüístico diferenciado entre homens e mulheres frente a esse fenômeno, embora não tivéssemos uma hipótese bem específica a esse respeito, conforme vimos em 2.4.2.4. Vejamos os resultados:

Tabela 12

VARIANTES DA INDETERMINAÇÃO / SEXO			(OCOR. / PESO RELATIVO)
	FEMININO	MASCULINO	
VOCÊ	1.258 / .53	1.265 / .47	
ELES	441 / .57	352 / .43	
ØV3PS	434 / .46	561 / .54	
A GENTE	375 / .58	292 / .42	
ØV3PP	271 / .51	287 / .49	
FNs	167 / .37	312 / .63	
SE	84 / .42	130 / .58	
EU	55 / .44	77 / .56	
NÓS	34 / .26	108 / .74	
VPSA	107 / .39	182 / .61	
TU	25 / .75	09 / .25	
TOTAL	3.251 / .48	3.575 / .52	

Esse quadro permite afirmar que, no interior paranaense, em relação à amostra total, os homens indeterminam um pouco mais o sujeito de seus enunciados do que as mulheres (há uma diferença de 4% entre os dois e, em pesos relativos, a diferença é de .04). As formas de indeterminação do sujeito com maior ocorrência na fala dos homens são: *ØV3PS*, *FNs*, *se*, *eu*, *nós* e *VPSA*. Já as formas com maior ocorrência na fala das mulheres são: *eles*, *a gente* e *tu*, embora essa última apresente apenas 34 ocorrências. E as que ocorreram com relativa igualdade pelos dois sexos são: *você* e *ØV3PP*, podendo ser consideradas *variáveis estáveis*. Vejamos, nos gráficos, a ilustração do comportamento das variantes por sexo:

Gráfico 13



Segundo esses resultados, poderíamos dizer que há um certo conservadorismo na fala masculina, tendo em vista o maior emprego de *se*, uma das formas previstas pela GT como forma de indeterminação e com maior ocorrência na fala dos mais escolarizados.

Observa-se, também, que os homens poderiam ser considerados mais egocêntricos, uma vez que o uso de *eu* é também maior em sua fala do que na das mulheres, as quais preferem formas em que o “eu” é mais diluído (*a gente*) ou mesmo as que pretendem sua exclusão (*eles, tu*).

Se por um lado vemos o conservadorismo dos homens expresso por *se*, por outro vemos sua característica inovadora, dado o maior emprego de formas não previstas pela GT para indeterminar o sujeito. Se observamos seu egocentrismo expresso por *eu*, observamos, também, esse *eu* mais diluído no maior emprego de *nós*.

Desses fatos, podemos inferir que deve haver outro(s) fator(es) que, quando em interação com o fator *sexo*, influencia(m) no emprego de uma ou de outra variante. Devido a essas inferências e aos resultados da Tabela 08 (Variantes / Faixa Etária),

decidimos fazer o cruzamento de dados envolvendo as variantes da indeterminação e os fatores *sexo* e *faixa etária*. Para isso, novamente submetemos os dados aos programa CROSSTAB (do VARBRUL). Vejamos na tabela 13 os resultados que se referem às formas *eu*, *nós* e *se*:

Tabela 13

EU - NÓS - SE / SEXO / FAIXA ETÁRIA				n. ocor./percentual	
	EU		NÓS		SE
HOMENS + JOVENS	52	/ 39%	40	/ 28%	56 / 26%
MULHERES + JOVENS	39	/ 29%	16	/ 11%	29 / 13%
TOTAL + JOVENS	91 / 69%		56 / 39%		85 / 40%
HOMENS + VELHOS	25	/ 19%	68	/ 48%	74 / 34%
MULHERES + VELHAS	16	/ 12%	18	/ 13%	55 / 26%
TOTAL + VELHOS	41 / 31%		86 / 61%		129 / 60%
TOTAL OCORRÊNC.	132		142		214

Em relação ao recurso *eu*, os resultados indicam que, em termos percentuais, é mais empregado pelos homens mais jovens, mas que também as mulheres mais jovens o empregam mais do que as mais velhas, embora menos do que os homens mais velhos. Devido a isso, poderíamos dizer que o egocentrismo expresso pelo *eu* indeterminado é uma característica relacionada ao sexo masculino, mas também o é aos mais jovens, independentemente de serem homens ou mulheres. Assim, as mulheres de faixas etárias mais avançadas seriam menos associadas ao egocentrismo, fato possivelmente explicável pelo contexto de submissão social em que muitas delas se inserem, o que lhes dificulta a ação de assumir atitudes próprias.

Quanto ao recurso *nós*, poderíamos dizer que se comporta de maneira oposta ao *eu* em relação a sexo masculino / faixa etária, pois são os homens mais velhos que mais o empregam. As mulheres mais velhas o empregam mais do que as mais jovens, porém menos do que os homens mais jovens.

O recurso *se* também está mais presente no discurso dos homens mais velhos. Esse recurso é menos empregado pelas mulheres mais jovens e em proporções praticamente iguais pelos homens mais jovens e mulheres mais velhas.

Para essa distribuição do *se*, recurso de indeterminação previsto pela GT e reconhecidamente típico de uma linguagem mais formal, encontramos uma explicação possível em LABOV (1992), em artigo que trata da transmissão das mudanças lingüísticas. Para ele, a dominação das mudanças lingüísticas provocadas por mulheres está ligada à *assimetria da relação com crianças*. Segundo ele, salvo exceções, é com as mulheres que as crianças adquirem a língua nos primeiros anos de vida. Assim, as mudanças lingüísticas induzidas por mulheres são aceleradas porque a criança recebe de sua mãe as formas relativamente avançadas.

Assim, podemos inferir que os homens de uma determinada geração tenham linguagem aproximada ou mais avançada em relação à das mulheres da geração anterior, também no que diz respeito a mudanças em curso.

No caso específico do clítico *se*, há trabalhos que indicam seu desaparecimento em alguns dialetos do PB³⁷. Em nossos dados, o *se* indeterminado, embora mais produtivo do que *nós*, *eu* e *tu*, apresenta muito pouca produtividade se comparado com as demais formas analisadas (ver tabela 01). Por ser menos produtivo com os mais jovens (tabela 08, gráfico 09), supõe-se que possa estar havendo uma mudança em direção ao seu enfraquecimento (talvez desaparecimento) na língua oral.

Voltando às idéias de LABOV (1992), os dados da tabela 13 indicam exatamente o resultado de uma relação assimétrica na transmissão da língua: os homens mais velhos mostram-se mais conservadores e empregam mais a variante *se*. As mulheres mais velhas, por estarem à frente na mudança, empregam menos do que os homens mais velhos e na mesma proporção que os homens mais jovens, afinal foi

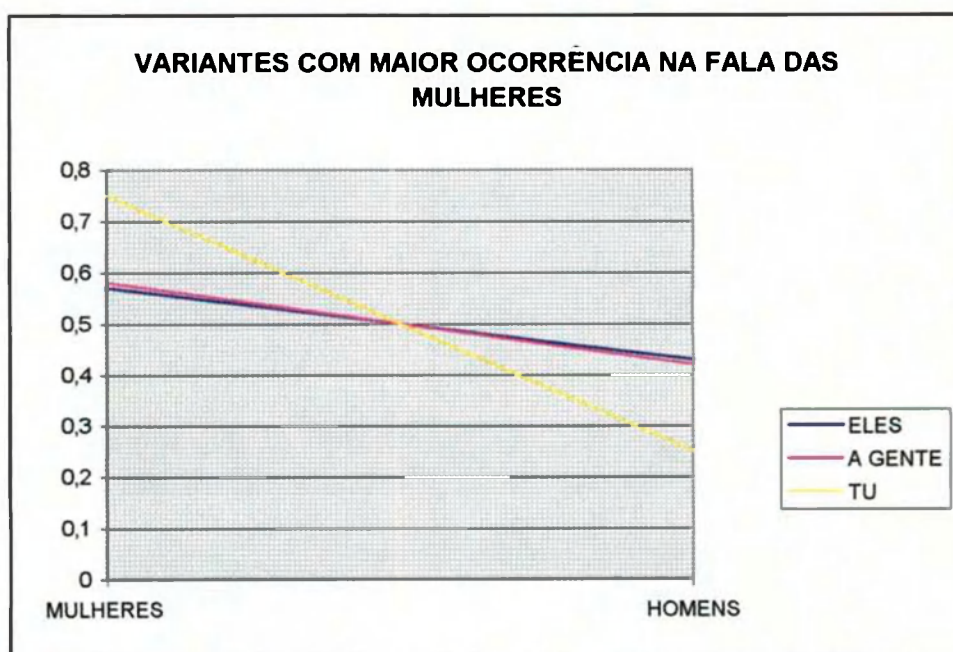
³⁷ Ver KATO & TARALLO (1986) citados por MENON (1994, p. 112-113)

com elas que os homens mais jovens adquiriram a linguagem nos primeiros anos de vida.

Por sua vez, as mulheres mais jovens, embora tendo recebido a linguagem da mesma fonte (mulheres mais velhas) que os homens mais jovens, apresentam comportamento lingüístico diferenciado. Disso, pode-se inferir que a assimetria na transmissão da língua não se dá apenas porque são somente as mulheres as que mais têm contato com as crianças em fase de aquisição da linguagem, mas também porque o contato lingüístico das mães com os meninos e os valores a eles repassados são diferenciados do contato que mantêm com as meninas e dos valores a elas repassados. No caso específico do *se*, por ser uma forma de prestígio, supomos que as mulheres mais velhas tivessem reforçado o seu uso com os meninos, talvez por entenderem que eles poderiam precisar de uma linguagem mais formal do que as meninas precisariam, devido a fatores sociais que exigem do homem maior sucesso profissional do que exigem da mulher.

Voltemos aos gráficos com a distribuição das variantes por sexo:

Gráfico 14

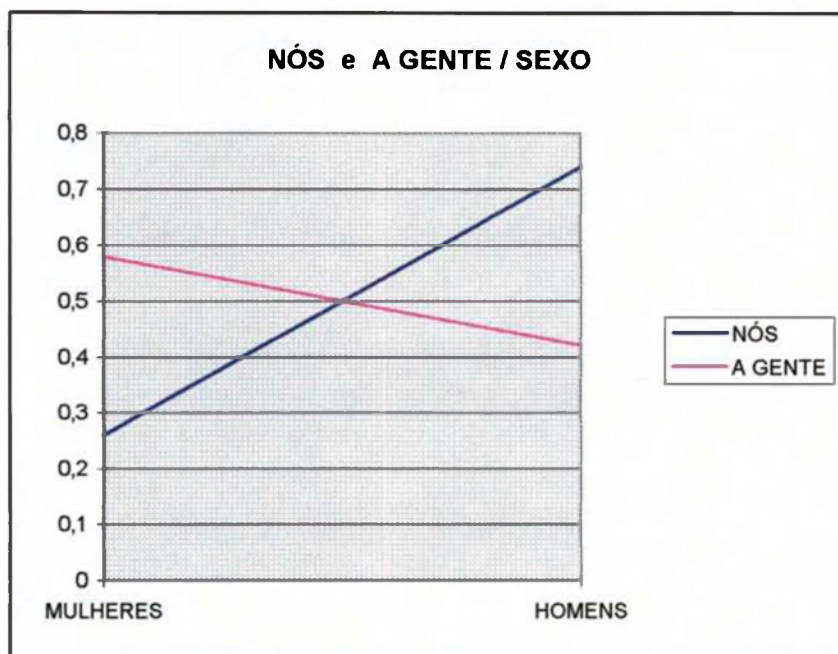


Além de ilustrar os dados da tabela 12, os gráficos 13 e 14, confrontados, tornam evidente que os homens utilizam com maior frequência um leque bem mais amplo de recursos de indeterminação do que as mulheres.

Elas, por utilizarem com maior frequência recursos não previstos pela GT como indeterminadores, poderiam ser consideradas mais inovadoras do que os homens. Em relação ao maior emprego do *tu* indeterminado pelas mulheres, temos um dado curioso: em Pato Branco, onde verificamos 25 (das 34) ocorrências de *tu*, todas elas foram na fala das mulheres. Maior emprego de *tu* indeterminado pelas mulheres também foi observado por SETTI (1997, p. 67) em que elas obtiveram .74, em um *corpus* de Florianópolis e de Porto Alegre. A esses resultados some-se o fato de essa forma ser mais freqüente na fala dos mais velhos, o que pode ser um indício de desuso.

Quanto ao emprego de *nós* e de *a gente* indeterminados, formas que têm sido objeto de diversos estudos no campo da determinação visto que são formas que se alternam, observamos que nossos resultados são análogos aos de MENON (1994, p. 274), em que para a forma *nós* os homens obtiveram (.51) e para *a gente* (.36). Nossos resultados ficaram em .74 para *nós* e .42 para *a gente*. Os resultados de SETTI (1997, p. 90) também indicam uma tendência ao maior uso de *nós* pelos homens (.62) e de *a gente* pelas mulheres (.63).

Gráfico 15



Esses dados podem levar a conclusões equivocadas se não levarmos em conta que *a gente* com sentido *indeterminador* é mais antigo na língua do que como *pronome de primeira pessoa do plural*, que se alterna com *nós*, conforme vimos em 1.3.2 e em 2.8.1.

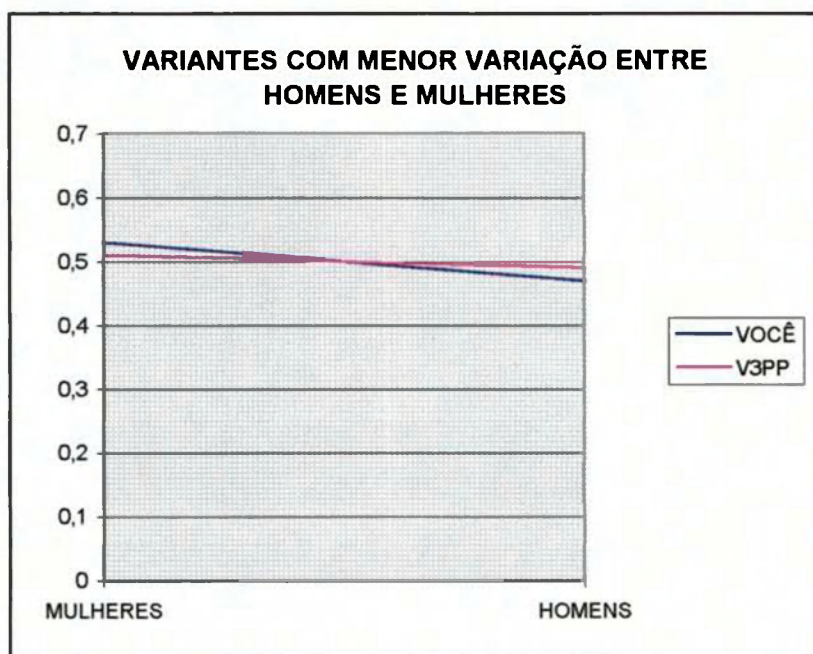
Assim, não poderíamos falar de mudança de *nós* por *a gente* no campo da **indeterminação**, e seria questionável afirmar que as mulheres são menos conservadoras por usarem mais o recurso *a gente* do que *nós*, visto que não se tem conhecimento - pelo menos na bibliografia consultada - do emprego da forma *nós* como recurso de indeterminação antes de a forma *a gente* ter esse emprego. Entretanto, cremos que se pode falar em menor conservadorismo, ou maior inovação, pelo maior uso de *a gente*, se esses rótulos se derem em função de uma comparação do uso de *a gente* com as formas de indeterminação previstas pela GT.

A gente mostrou-se menos produtivo com os mais jovens tanto em nossos dados, em que obtiveram peso relativo .46, quanto nos dados de SETTI (1997, p.71), em que obtiveram .46 também. Esse fato pode indicar que este recurso está tendo seu

emprego diminuído, enquanto indeterminador. Esse menor emprego provavelmente está relacionando à sua nova função de pronome pessoal, conforme também já vimos em seções precedentes.

Vejamos um último gráfico indicativo do comportamento das variantes em relação ao fator *sexo*.

Gráfico 16



Embora haja uma certa diferença nos pesos relativos de *você* no fator sexo (.53 para as mulheres e .47 para os homens) e nos de ØV3PP (.51 para as mulheres e .49 para os homens), são essas variantes as que se apresentam com maior equilíbrio no discurso de homens e de mulheres. A forma ØV3PP, reconhecidamente um recurso canônico de indeterminação, confere um certo conservadorismo, em doses aproximadas, tanto aos homens quanto às mulheres de nossa pesquisa.

Finda a análise dos resultados, em que procuramos responder às hipóteses anteriormente formuladas e ressaltar aspectos singulares do comportamento dos dados,

em relação aos fatores considerados, passaremos, agora, à conclusão do presente trabalho.

CONCLUSÃO

Ao iniciarmos este trabalho, partimos do pressuposto de que haveria outras formas de indeterminação do sujeito, além das previstas pela Gramática Tradicional, e que fatores lingüísticos e extralingüísticos influiriam no emprego dessas formas. Chegamos a essa pressuposição após revisarmos a literatura a respeito e analisarmos previamente o *corpus* com o qual trabalhamos. Em seguida, procedemos a uma busca dessas formas nas entrevistas constituintes do *corpus* e registramos as variantes encontradas, bem como os procedimentos adotados na seleção dessas variantes. Submetemos os dados encontrados a um programa computacional estatístico, e os resultados gerados, associados às constatações feitas nas etapas precedentes, permitem que façamos algumas considerações a respeito do fenômeno em questão:

a) Quando se trata de indeterminação do sujeito, o que se indetermina é a referência do sujeito. Assim, mesmo um sujeito sintático expresso lexicalmente, que nos moldes da GT seria considerado *determinado*, pode ser considerado um recurso de indeterminação se não houver possibilidade de recuperação de sua referência no contexto.

b) O fato de a *indeterminação* ser confundida, às vezes, com a *indefinição* se deve à característica de imprecisão que ambas apresentam, o que faz com que as fronteiras entre elas pareçam inexistentes. Para diferenciá-las é necessário atentar, principalmente, para o fator *quantificação*, presente na *indefinição*. Já a *indeterminação* e a *impessoalização* são fenômenos facilmente diferenciáveis, uma vez

que na *impessoalização*, por não existir sujeito, não há referência e na *indeterminação* há sempre uma referência possível.

c) Nossos resultados indicam uma certa tendência de o falante preencher a posição do sujeito, o que reitera resultados de outras pesquisas que postulam, para a língua portuguesa, no Brasil, a perda de sua característica de *língua de sujeito nulo*. Entretanto, em nossos dados, verificamos que existem formas mais resistentes do que outras ao preenchimento do sujeito. É, por exemplo, o caso de ØV3PS.

d) A variante *você* ocupa lugar relevante entre os recursos de indeterminação, como a mais empregada no universo analisado, em índices percentuais.

e) A *indeterminação* mostrou-se acentuadamente sensível ao fator lingüístico *tempo verbal*, com destaque de maior emprego para o *presente do indicativo*.

f) Fatores sociolingüísticos também exercem influência na escolha das variantes do sujeito indeterminado. Vejamos alguns casos que consideramos mais relevantes:

1) Recursos de interminação do sujeito que denotam um maior grau de formalidade, como *se*, *nós* e *VPSA* são mais freqüentes na fala dos homens, em especial dos homens mais velhos. Esses mesmos recursos também se fazem mais presentes na fala dos mais escolarizados de nossa pesquisa.

2) A variante *a gente*, com freqüência associada a uma linguagem mais informal, tem mais representatividade na fala das mulheres.

3) A variante *eu*, comumente associada ao chamado *discurso egocêntrico*, mostrou maior freqüência primeiramente com a fala de homens e mulheres mais jovens, depois com a dos homens mais velhos, indicando, portanto, que as mulheres mais velhas seriam menos propensas ao egocentrismo expresso no discurso, talvez porque não tenham voz expressiva na sociedade.

4) As mulheres mais velhas são as que mais veiculam as poucas ocorrências registradas da variante *tu*.

5) Em Irati, cidade considerada tradicional, com características sociais semelhantes às de Curitiba, porém menos cosmopolita, utilizam-se com maior frequência os recursos de indeterminação reconhecidos pela Gramática Tradicional: ØV3PP e SE.

6) A variante *se*, tida como recurso formal e prevista pela GT como forma indeterminadora, aparece mais na fala dos mais escolarizados. Entretanto, a forma ØV3PP, também prevista pela GT como recurso de indeterminação, mostrou-se mais produtiva na fala dos que cursaram apenas o ginásio (com pequeno favorecimento para os mais jovens). O resultado com o emprego do *se* parece indicar que a escola tem influência na transmissão do que a GT considera correto. Já o resultado com a forma ØV3PP indica que deve haver outros fatores que interferem nessa influência, uma vez que ela é incisiva em algumas situações, mas não em outras. Exemplos de pouca influência mostram-se na pouca produtividade de *VPASSINT* e de *tu*, sendo que este último, o único pronome de 2.^a pessoa do singular previsto pela Gramática Tradicional e ensinado pela escola, praticamente já foi substituído pela forma *você*.

Esses resultados mostram que, certamente, a escolha do falante por uma ou outra forma de indeterminar o sujeito não se deve a um único fator. Essa escolha é resultante das forças de todos os fatores considerados, quando em confronto entre si. Incluímos entre esses fatores também os de outra natureza, por exemplo, os discursivos ou os psicológicos, também relevantes para o fenômeno da indeterminação, mas que, por uma questão de opção teórica, não figuram neste trabalho.

Assim, esta abordagem da indeterminação não contempla, e nem tinha a pretensão de contemplar, todas as nuances do fenômeno. Entretanto, cremos que nossos resultados poderiam servir de ponto de partida para a elaboração de trabalhos que se aprofundem em outros níveis, como o discursivo, por exemplo. Outras espécies

de condicionamentos, como *gêneros do discurso* e *graus de formalidade* poderiam ser utilizados; além disso, a interação com outras disciplinas, como a Psicolinguística, seria relevante para o tratamento do fenômeno.

Nossos resultados, que reiteram os de outros trabalhos comentados nesta dissertação, mostram a enorme distância entre o que a Gramática Tradicional considera como recursos de indeterminação e o que se produz verbalmente em situações concretas de interação. Isso pode significar que também é enorme a distância entre a língua escrita e a falada, no âmbito da indeterminação. Entretanto, sabemos que somente a produção de trabalhos com *corpora* de língua escrita é que pode permitir qualquer afirmação mais categórica sobre o assunto. Fica evidente, portanto, a necessidade de pesquisas científicas que visem a lançar luz sobre os problemas provocados por essa distância, seja ela real ou simplesmente suposta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [196-].
- BENVENISTE, Emile. *Problemas de lingüística geral*. Campinas: Pontes, 1988.
- BOTASSINI, Jacqueline Ortelan Maia. *A elipse do sujeito pronominal na linguagem falada do Paraná: uma análise variacionista*. Curitiba, 1998. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
- CEGALLA, Domingos Pascoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. 31.ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989.
- CHEDIAK, Antonio José (org.). *A Elaboração da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Ministério da Educação e Cultura. 1960.
- CUNHA, Claudia de Souza. *Indeterminação Pronominal do Sujeito*. Rio de Janeiro, 1993. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In ROBERTS, Ian e KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro. Uma viagem diacrônica*. Campinas: Edunicamp, 1993, p. 107 – 128.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento *você* em português: uma abordagem histórica. *Fragmenta*. Curitiba: Editora da UFPR, n. 13, 1996, p. 51-82.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. *Português Ginásial: gramática e exercícios*. São Paulo: Saraiva, 1964.
- HAUY, Amini Boainain. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. 3.ª ed., São Paulo: Ática, 1987.
- KNIES, Clarice Bohn; COSTA Iara Bemquerer (org. e redação final). *Manual do Usuário - Banco de Dados Lingüísticos "VARSUL"*. UFPR, UFSC. UFRGS. PUC-RGS. 1996.

- LABOV, William. A transmissão das mudanças lingüísticas. Trad. Gilberto Galvão Oliveira. Original in: *Langages*, n. 108. 1992.
- LOPES, Célia Regina dos Santos. Comportamentos Lingüísticos de Homens e Mulheres com relação ao uso de nós e a gente. In: OLIVEIRA, Maria Thereza Indiani & LOPES, Célia Regina dos Santos (Org.). *Sexo - Uma Variável Produtiva*. Universidade Federal do Rio de Janeiro - Faculdade de Letras / Projeto NURC/RJ. 1995.
- MENON, Odete Pereira da Silva. Considerações em torno do SE: 1. SE passivo? *Revista Letras*. Curitiba, Editora da UFPR. n. 41-42. 1993, p. 171-193.
- _____. *Analyse sociolinguistique de l'indétermination du sujets dans le portugais parlé au Brésil, à partir des données du NURC/SP*. Paris, 1994. Tese de doutorado. Universidade de Paris VII.
- _____. A questão das afirmações generalizantes sobre o português do Brasil e os dados do Projeto NURC. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.) *Diversidade Lingüística e Ensino*. Salvador: EDUFBA. 1996.
- _____. *Uso dos pronomes sujeito de 1.^a pessoa: uma análise sociolingüística*. Curitiba, 1996. Tese para concurso público para professor titular. Universidade Federal do Paraná.
- _____. *A gente/a pessoa dans le portugais parlé du Brésil, ou comment un fait du présent peut en expliquer un autre du passé*. Comunicação apresentada no XVI.ème Congrès International des Linguistes. Paris. Société de Linguistique de Paris/Comité International Permanent des Linguistes. 20 a 25.07.1997.
- MICHELETTI, Helena ; FRANCHETTI, Susan Klein. A indeterminação do sujeito: um estudo sociolingüístico. In: *Estudos sociolingüísticos XXV* (Trabalhos apresentados no XLIII Seminário/1995 – UNAERP - Ribeirão Preto, SP). Anais de Seminários do GEL. Taubaté. p. 629-635.
- MILANEZ, Wania. *Recursos de Indeterminação do sujeito*. Campinas, 1982. Dissertação de Mestrado. Unicamp.
- OMENA, Nelize Pires de. *As Formas de Referência da 1.^a Pessoa, no Plural*. Ensaio. Rio de Janeiro. p.56. 1987.
- PERRONI, Maria Cecília. *Desenvolvimento do Discurso Narrativo*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- PONTES, Eunice. *O Tópico no Português do Brasil*. Campinas: Pontes. 1987.

- ROLLEMBERG, Vera *et al.* Os pronomes pessoais e a indeterminação do sujeito na norma culta de Salvador. *Estudos Lingüísticos e Literários*. Salvador, UFBA, n. 11. p. 53-74. 1991.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Introdução ao pacote VARBRUL para microcomputadores*. Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Letras/Departamento de Lingüística e Filologia/Programa de estudos sobre o uso da língua (PEUL); Brasília, DF: Universidade de Brasília/Instituto de Letras/Departamento de Lingüística, Letras Clássicas e Vernáculos. 1992-1993.
- SCLIAR – CABRAL, Leonor. *Introdução à Psicolingüística*. São Paulo: Ática, 1991.
- SETTI, Adriane Cristina Ribas. *A indeterminação do sujeito nas três capitais do Sul do Brasil*. Curitiba, 1997. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. 5.^a ed. São Paulo: Ática, 1997.